



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - UNICAP
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA – PRAD**

COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

DE UM NASCIMENTO A OUTRO:

O processo de Filiação numa Adoção de Crianças Maiores

SHEILA SPECK

RECIFE

2013

SHEILA SPECK

DE UM NASCIMENTO A OUTRO:

O processo de Filiação numa Adoção de Crianças Maiores

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Católica de Pernambuco, composta pelas professoras Dra. Lídia Levy Alvarenga e Maria Consuêlo Passos, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientadora: Profª Dra. Edilene Freire de Queiroz

RECIFE

2013

S741d

Speck, Sheila

De um nascimento a outro : o processo de filiação numa adoção de crianças maiores / Sheila Speck ; orientador Edilene Freire de Queiroz, 2013.

115 f : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Psicologia Clínica, 2013.

1. Psicologia clínica. 2. Crianças adotadas - Aspectos psicológicos. 3. Adoção. 4. Pais adotivos - Aspectos psicológicos. 5. Psicanálise. 6. Família. 7. Adoção - Aspectos sociais. I. Título.

CDU 159.964.2

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA - PRAD
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LABORATÓRIO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL E PSICANÁLISE

SHEILA SPECK

DE UM NASCIMENTO A OUTRO:
O processo de Filiação numa Adoção de Crianças Maiores

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. LIDIA LEVY ALVARENGA – Examinadora Externa

Profª Dra. MARIA CONSUÊLO PASSOS – Examinadora Interna

Profª Dra. EDILENE FREIRE DE QUEROZ - Orientadora

RECIFE

2013

A Fernando, pelo imenso companheirismo e carinho.
A minha filha Juliana, que ao chegar iluminou a minha vida.
A meus filhos Filipe e Thiago, que me ensinaram a ser mãe.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, amores da minha vida, por tudo que me ensinaram.

Aos meus irmãos, que mesmo sem o saber, ajudaram-me nessa caminhada.

A Carolina Lemos da Silva, pela sua generosidade e confiança em ceder sua pesquisa para a reanálise e a todos aqueles que participaram do estudo anterior, aos quais, sou imensamente grata.

A Edilene Freire de Queiroz, minha orientadora, pelos caminhos que me fez seguir, pela confiança no meu trabalho e por todo o aprendizado que me proporcionou.

A Nanette Zmeri Frej, por todo o carinho e incentivo a este trabalho.

A Rosane Senna Salles, pelas interlocuções sempre estimulantes, e por ter me incentivado a seguir esse caminho.

A todos os professores do mestrado pelos ensinamentos, disponibilidade e respeito.

Às professoras Dras. Maria Consuêlo Passos e Lidia Levy Alvarenga, por aceitarem me acompanhar neste estudo e por suas valiosas contribuições.

Aos meus companheiros de mestrado, em especial Débora, Jackeline e Julianne, que se mostraram sempre disponíveis na arte de acolher.

A Paula Barros, pela companhia e cumplicidade nesse percurso, com quem construí uma amizade e parceria.

“Não teve lugar no corpo da mãe adotiva,
mas no fantasma do desejo dos pais adotivos.”

René Kaës

RESUMO

No contexto da situação adotiva de crianças maiores há um confronto entre passado e presente, são histórias que se cruzam e se fundam a partir de um novo encontro. Desse modo, destacamos a importância de se considerar essa dinâmica e os efeitos decorrentes dos antigos laços na construção da nova filiação adotiva. Partindo dessa perspectiva, realizamos um estudo de meta-análise do trabalho de dissertação sobre: “O processo de Tornar-se Pai, Mãe e Filhos na Adoção de Crianças Maiores”. Com base nos depoimentos coletados no decorrer do período da destituição judicial e do acompanhamento do estágio de convivência, pudemos reconstruir parte da história das crianças, da família adotante, e realizar uma análise clínica pelo viés psicanalítico. O presente estudo evidenciou que as antigas imagens parentais e as marcas da história anterior não cessam de se (re)inscrever, e que as situações angustiantes do passado das crianças em processo de adoção desencadeiam defesas e interferem nos novos laços afetivos, ressaltando a necessidade de se considerar a vida anterior da criança em adoção. Revelou ainda, a importância que deve ser conferida ao estágio de convivência, visto que, a construção da nova filiação tem seu início nesse período.

Palavras-chave: adoção de crianças maiores, abandono, desejo, formação de vínculo e processo de filiação.

ABSTRACT

The adoption context of older children faces confrontation between past and present. It is made of stories that intersect and merge into the new gathering. Thereby, we highlight the importance of considering such dynamics and the resulting effects from old bonds on the new adoptive filiation construction. From this perspective, we have done a meta-analysis study of the dissertation “The Process of Becoming a Father, a Mother, and Children in the Adoption of Older Children.” Based on accounts collected along the judicial dismissal period and in the adjustment period follow up, we were able to reconstruct part of the children’s and the adoptive families’ stories and, then, conduct a clinical analysis from a psychoanalytical bias. The present study has demonstrated that the old parental imagos and the marks from the previous story never cease to re-inscribe themselves. It has also been shown that distressing situations from the prospective adopted children’s past trigger defenses and interfere in the new affective bonds. This study has pointed out the need to consider the prospective adopted child’s previous life and also the importance of the adjustment period, since the new filiation construction has its start during this time.

Keywords: adoption of older children, abandonment, wish, bond formation, and filiation process.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
<u>CAPÍTULO 1</u>	
FILIAÇÃO E VÍNCULO NA ADOÇÃO: POSSIBILIDADES RECONSTRUTIVAS	18
1.1. Ausência e presença dos pais biológicos	21
1.2. Rompimentos de vínculos.....	23
1.3. Transição e Acolhimento pela palavra	26
1.4. O “romance familiar” e o “ <i>unheimlich</i> ” na adoção	31
<u>CAPÍTULO 2</u>	
A PRÉ-HISTÓRIA DA ADOÇÃO: RECONSTRUINDO O CASO DE DUAS	
CRIANÇAS	34
2.1. História das crianças e sua família biológica.....	34
2.2. A destituição do poder familiar e o acolhimento.....	36
2.3. A história do casal e seu desejo de adotar	44
<u>CAPÍTULO 3</u>	
O PERÍODO DE CONVIVÊNCIA: UM DESAFIO A ADOÇÃO	48
3.1. Construindo Laços	50
3.2. Regressões e Projeções : colocando à prova a filiação.....	58
3.3. Endereçamento ao lugar materno	65
3.4. De um nascimento a outro: colocando em cheque o amor dos pais	68
3.5. Aproximando histórias.....	76
3.6. Imagens parentais x mudança de perfil desejado de filhos e suas repercussões na nova filiação.....	80
3.7. Pertencimento e filiação	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	102

ANEXOS

Anexo A. Preparação para a adoção – Desenho de Mila e Rico	106
Anexo B. Desenho livre de Rico	107
Anexo C. Joaquim, o rei pinguim.....	108
Anexo D. Desenho de Rico e Mila.....	109
Anexo E. Desenho de Rico e Mila	110
Anexo F. Desenho da família	111
Anexo G. Diário de Luz	112
Anexo H. Diário de Mila	113
Anexo I. Diário de Rico	114

INTRODUÇÃO

O estudo que ora apresentamos tem como propósito fazer uma análise do processo de filiação na adoção de dois irmãos, oriundos de família destituída do Poder Familiar, realçando os reflexos das imagens das figuras parentais da família de origem no contexto da família adotiva. Os dados foram coletados em pesquisa de campo pela pesquisadora Carolina Lemos da Silva,¹ para efeito de elaboração de sua dissertação de mestrado em Psicologia, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISSINOS, em São Leopoldo-RS, sob a orientação de Silvia Pereira da Cruz Benetti, defendida em 2011, e intitulada: *O Processo de Tornar-se Pai e Mãe e Filhos na Adoção de Irmãos Maiores*. A leitura do seu trabalho nos convocou a refletir sobre essa passagem e as repercussões do fantasma parental na nova constituição familiar.

Trata-se de um estudo meta-analítico, método investigativo bastante utilizado nos Estados Unidos, que se baseia na “sistematização de um conjunto de dados obtidos principalmente na literatura científica” (Lovatto, 2007), ou numa reanálise dos dados de um trabalho com outro foco metodológico, ou teórico, e se constitui em uma ferramenta importante para mostrar áreas onde a evidência disponível não se esgota, possibilitando assim, novos estudos. Conforme indica Calligares (1999, p.80), “é um trabalho que reúne pesquisas que já existem, podendo assim chegar a novas interpretações dos dados ou mesmo descobrir tendências que não apareciam nas pesquisas originais”, é o sentido de meta-análise, definido por Calligares, que tomaremos em nosso estudo. Em vista do exposto, os dados serão tomados no sentido de focar a dinâmica que envolve as inscrições da família anterior e os seus efeitos na filiação adotiva, objeto, então da nossa meta-análise.

O interesse pelo tema surgiu a partir da leitura da dissertação de Silva (2011), quando alguns elementos se destacaram, entre eles: a identificação dos aspectos da história das crianças e dos pais adotivos que se manifestam no novo processo de filiação; as imagens parentais formadas pelas crianças e sua repercussão na nova relação familiar; as marcas e feridas narcísicas revividas e transferidas aos pais adotivos sob a forma de regressão e

¹ Psicóloga jurídica da Prefeitura de Arroio do Sal exercendo suas atividades na Casa de Acolhimento Estrela Guia de Torres/RS, vinculada a 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Torres. Acompanha bebês e crianças em situação de acolhimento institucional e em processo de destituição do poder familiar, bem como, encaminhamento para a família adotiva e estágio de convivência. Os dados utilizados neste estudo nos foram autorizados pela autora em 27 de junho de 2011, que seguiu todo o protocolo ético exigido para pesquisas com seres humanos.

agressividade; a mudança do perfil desejado de filho pelos adotantes, e sua repercussão no processo de filiação; aspectos facilitadores e dificultadores do processo de filiação. Questões que nos chamaram atenção por implicar diretamente na clínica da adoção, ressaltando a importância que devemos conceder às formações imaginárias defensivas e aos fantasmas de origem, uma vez que, podem se transformar em uma armadilha à re-fundação de uma filiação.

O trabalho anterior visou compreender o processo de filiação na perspectiva dos pais adotivos e das crianças em adoção, a partir das motivações conscientes e desejos subjacentes ao processo de adoção, procurando identificar: medos, temores, lutos e identificações. Além de acompanhar as características descritas por Campos² no estágio de convivência. Teve como base conceitual a psicanálise e acompanhou o processo de adoção de dois irmãos maiores: um menino de 10 anos e uma menina de 3 anos e oito meses.

A pesquisa foi realizada, ao longo de um período de cinco meses, perfazendo um total de 14 encontros, dos quais, os quatro primeiros ocorreram apenas com as crianças, ainda na Casa de Acolhimento, antes de serem encaminhadas à família candidata à adoção; e os encontros seguintes realizados quinzenalmente, durante o período de “estágio de convivência” – após o desacolhimento institucional. O trabalho incluiu: anamneses, entrevistas, pesquisa documental, testes projetivos do desenho da família e diários pessoais. Teve como questão disparadora, em sua pesquisa: “Como estava sendo o processo de tornar-se pai, mãe e filhos na adoção de irmãos maiores” (Silva, p.93). Foram ainda disponibilizados quatro livros infantis de apoio à adoção.

Os resultados apontaram que o processo de filiação pode ser construído a partir das identificações e percursos pessoais. No decorrer do acompanhamento, observou-se “a instalação na família da fase da Lua-de-Mel e, posteriormente, a Lua-de-Fel” (Silva, 2011, p.78), conceito utilizado por Lévy-Soussan, ao apontar as relações de afetividade e agressividade comuns ao processo adotivo, comportamento apresentado, principalmente em relação a uma das crianças, a ponto de ser pensada a devolução, ideia que foi superada no

² Campos, citado por Silva (2011, p. 40) : 1. Comportamento regressivo; 2. Agressividade em geral após a fase de encantamento; 3. Agressividade contra a mãe adotiva; 4. Ritmo acelerado de desenvolvimento; 5. Enfrentamento de preconceito social; 6. Esforço significativo da criança para se identificar com os novos modelos parentais; 7. Construção do vínculo com atropelamento de etapas; 8. O vínculo de filiação podendo se dar de forma diferenciada; 9. Aquisição de novos costumes; 10. Aquisição de novos hábitos alimentares; 11. A criança constrói um novo “eu”; 12. Sentimento de vulnerabilidade, impotência e culpa – os pais adotivos tendem a sentir que têm que ser pais perfeitos; 13. Mobilização de emoções intensas e carregadas de ambivalência; 14. A criança mostra-se “imatura” para determinadas coisas e “muito avançada” para outras.

decorrer da etapa de adaptação familiar. Durante o acompanhamento do estágio de convivência puderam ser constatados os passos descritos por Campos pertinentes a essa fase.

Segundo Silva (2011), no decorrer do percurso da família adotiva, “várias marcas simbólicas funcionaram como facilitadores do encadeamento da família” (p.79). Entre elas: a repetição da história materna de adoção de crianças maiores; a criação de dois sobrinhos – também irmãos maiores – pelo casal adotante; a necessidade da criança de 10 anos ser submetida a uma cirurgia de coluna, como o pai adotivo; a mesma etnia do casal e das crianças, dentre outras identificações e repetições da história transgeracional.

As pesquisas dela levaram-na a concluir a necessidade de uma maior capacitação da equipe técnica quanto ao processo de adoção e a necessidade de ampliar o número de profissionais habilitados nas comarcas do judiciário, uma vez que, tanto os acompanhamentos quanto a orientação psicológica, no decorrer do estágio de convivência, foram considerados ainda, segundo a pesquisadora, ínfimos em todo Brasil.

Os dados coletados por Silva (2011), em sua dissertação de mestrado, forneceram os subsídios necessários para o desenvolvimento do nosso trabalho. O rico material, colhido ao longo dos cinco meses de pesquisa, permitiu-nos ter acesso: à história anterior à destituição familiar das crianças e da família de origem; a pré-história da família candidata a adoção; a passagem pela Casa de Acolhimento; o acompanhamento do processo de preparação à adoção e, por fim, todo o período do estágio de convivência. Acreditamos que a experiência e o trabalho como psicóloga jurídica na 2ª Vara de Infância e Juventude e sua responsabilidade no acompanhamento no processo de adoção, especialmente nos casos de acolhimento institucional em decorrência de destituição do Poder Familiar, contribuíram para o acesso ao vasto material coletado.

O nosso estudo tomou como base os dados em questão, por possibilitar uma interpretação analítica a partir de um novo enfoque e hipótese: Na análise e na avaliação do processo de formação de vínculo, na adoção de crianças maiores, deve-se considerar a história anterior à adoção e sua influência na nova filiação, pois as imagens parentais não desaparecem com a destituição judicial do poder familiar e surgem como sintomas, aspectos não realçados na primeira pesquisa por não ser o objeto de estudo em questão.

Portanto, o nosso estudo propõe fazer uma reflexão sobre uma adoção de duas crianças maiores, oriundas de família destituída do Poder Familiar, considerando a dinâmica que envolve essa passagem da família de origem para a família adotiva. Leva-se em conta a categoria de adoção de criança maior quando o adotado tem mais de dois anos, anteriormente

indicado como adoção tardia. A abolição do termo, segundo Carvalho e Ferreira, citado por Peiter (2011), é resultado do entendimento de que o termo adoção tardia remete à ideia de uma adoção fora do tempo conveniente, ou que, por analogia, houvesse uma idade adequada para adotar. Desse modo, o termo reforçaria um preconceito quanto a essas adoções, pois colocaria a prerrogativa da adoção aos bebês. “Apesar de, juridicamente essa adoção configurar-se como qualquer outra, a própria denominação especial reflete a existência de singularidades. É a adoção de crianças que vivenciaram algum tempo o desligamento da família biológica” (Peiter, 2011, p.87).

Os motivos do afastamento dos pais biológicos até a destituição do poder familiar, são bastante complexos e envolvem diversos fatores. A decisão do Poder Judiciário de separar a criança dos genitores é uma atitude drástica, tomada só depois de constatada a impossibilidade dos pais de se encarregarem de seus filhos, justamente por serem julgados incapazes de mantê-los sob os seus cuidados, notadamente, nos casos em que a criança se encontra em situação de risco, de maus tratos ou de abandono. Ou seja, quando põe em risco a saúde física e psíquica da criança, sua condição de bem-estar e crescimento. O Poder Público assegura que a criança só poderá ser colocada para adoção quando todos os recursos de reinserção na família de origem forem esgotados. Logo, a decisão de afastar uma criança de sua família de origem é bastante delicada e sua ocorrência se dá quando o motivo é grave como: negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, como reza o artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quando não é possível outro caminho, a não ser o da destituição da família de origem, a criança é cadastrada para adoção. Por conseguinte, o Poder Judiciário – ao deliberar pela adoção, – institui, inscreve e filia a criança em outra família a partir do desejo de outros pais. Entretanto, isso não apaga as marcas do abandono e maus tratos anteriores, tampouco as imagens que construíram de pai e de mãe.

Universo da pesquisa

Foi nesse universo de crianças entregues a si mesmas, marcadas pelo desamparo e de casais à espera de filhos, que Silva (2011) encontrou: Mila, Rico, Luz e Juca³, sujeitos de sua pesquisa. Em nosso estudo meta-analítico, tentaremos identificar, nos depoimentos coletados

³ Optamos por conservar os mesmos nomes utilizados na pesquisa anterior, todos fictícios, para proteger a identidade dos envolvidos na pesquisa.

por Silva, fragmentos da história das crianças – fatos anteriores à adoção –, bem como a manifestação e projeção desses fatos no processo de filiação adotiva. Isto porque, há poucos relatos da pesquisadora quanto às condições de convivência das crianças com a genitora e familiares; como também, do período em que permaneceram na instituição de acolhimento. Entretanto, inferem-se registros desses acontecimentos nos comportamentos e expressões na relação com os pais adotivos.

Contemplaremos ainda, o caminho percorrido pela nova família em vistas ao processo de filiação, a partir dos dados coletados em entrevistas e das observações realizadas no decorrer do período do estágio de convivência familiar, no intuito de entendermos como se deu o acolhimento dos novos pais em relação à história das crianças e suas representações inconscientes, de modo a compreender as fantasias que habitam o imaginário dos pais e das crianças, e que antecedem à adoção. Acreditamos que a filiação por adoção principalmente no caso de crianças maiores – passa também pelo acolhimento da história anterior, e que a forma como lidam com essas questões interferem, a nosso ver, na (re)inscrição de uma nova história das crianças, dos pais e da família.

O nosso primeiro passo para a análise foi a reconstrução da história dos sujeitos envolvidos na pesquisa anterior, a partir de uma sistematização criteriosa dos fragmentos encontrados ao longo do trabalho e da filtragem desses dados, permitindo, a partir desse ponto, um distanciamento da pesquisa original.

No primeiro capítulo, intitulado “Filiação e vínculo na adoção: possibilidades reconstrutivas” apresentaremos algumas considerações teóricas relevantes para a nossa pesquisa, privilegiando o estudo da filiação, vínculo e o processo de desvinculação nos casos de adoção, entre outros temas considerados relevantes, a saber: abandono, luto, desamparo e restauração narcísica, na medida em que são conceitos essenciais que serviram de alicerce ao nosso trabalho, e sem os quais, não seria possível desenvolver uma argumentação plausível sobre o caso em questão, pois a construção teórica é que possibilita o trabalho de análise dos dados recolhidos. Freud e Lacan constituem o aporte teórico subsidiando os estudos relacionados à identificação, romance familiar, filiação e tensões do vínculo, desejo e narcisismo; e autores contemporâneos entre eles: Pichon-Rivière, Ferreira, Isidoro Berenstein e Kaës teorizam a questão do vínculo. Françoise Dolto, Nazir Hamad, Christian Flavigny, Ozoux-Teffaine, Levy Soussan e Sophie Marinopoulos, por terem um diálogo com a clínica da adoção, além de outros teóricos que abordam conceitualmente a categoria do abandono e da renúncia.

No segundo capítulo, tratamos da pré-história da adoção de Rico e Mila, que tiveram sua família destituída do seu Poder Familiar. Privilegiamos a história das crianças e sua família biológica, considerando os motivos que envolveram a destituição do Poder Familiar, a passagem e o acolhimento na Instituição, um período de aproximadamente um ano e meio. Em casos de irmãos, o Poder Judiciário privilegia a preservação da fratria, evitando o rompimento definitivo do vínculo entre eles. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 12.010) a lei determina que os grupos de irmãos devam ser colocados numa mesma família, salvo, quando seja comprovado algum risco que justifique a separação.

Consideramos ainda, a importância da preparação da criança para a transição à família substituta, uma vez que a coloca frente à angústia da separação, um desafio à construção de novos vínculos familiares, pois implica rompimentos e luto da família de origem. Sustentar a criança nessa passagem favorece a elaboração do luto e permite que novos investimentos afetivos se constituam.

Teceremos algumas considerações quanto ao termo “adotabilidade”, referindo-nos à disponibilidade psíquica de algumas crianças para ingressar em novos vínculos familiares. Autores como Berger (2008) chamam a atenção para as crianças que sofreram traumatismos repetitivos, apontando as dificuldades dessas crianças em se filiarem a novos pais, tendo em vista o aprisionamento às situações angustiantes do passado, tema de grande controvérsia entre alguns estudiosos. Por fim, trataremos a história do casal pretendente à adoção e seu desejo de adotar.

No terceiro capítulo, intitulado “O período de convivência: um desafio à adoção” discutiremos sobre a construção dos laços afetivos, as regressões e projeções que colocam à prova a filiação. Nesse contexto, destacaremos: o endereçamento ao lugar materno, as imagens parentais e a mudança de perfil desejado de filhos – por parte dos adotantes – e consequentes repercussões na nova filiação. Nosso propósito é entender a repercussão das vivências anteriores na nova família a partir de uma leitura psicanalítica. Para tanto, tomaremos para análise as falas e os depoimentos dos sujeitos da pesquisa, no decorrer do período do estágio de convivência. A reconstrução da história das crianças nos permitiu fazer uma reflexão dos elementos subjetivos relevantes e demonstrar, por inferência, como se articulam o processo de desinvestimento das antigas figuras parentais e o investimento nos novos laços familiares. Considerar a pré-história dos pais em adoção e o “acompanhamento” do período de convivência se mostrou revelador por possibilitar entender as motivações que levaram Juca e

Luz ao processo de adoção, o jogo de identificação entre pais e filhos, bem como, medos, desafios, alegrias e ódios momentâneos. Mattei (1999), ao falar da filiação, observa que todos esses aspectos fazem parte do intrincado processo de ser pai e mãe.

Finalmente, a última etapa do nosso trabalho será dedicada às considerações finais do estudo, onde se evidencia que a adoção deve ser pensada de forma dinâmica, considerando o funcionamento da família biológica e o efeito do antigo laço afetivo na filiação adotiva. Rico mostra que o processo de filiação é atravessado pelas antigas imagens parentais, comprometendo, por vezes, o estabelecimento de novos vínculos. Destacamos ainda, que a construção dos laços afetivos pode ocorrer já no estágio de convivência, daí a importância do acompanhamento a pais e crianças em adoção no decorrer desse período.

CAPÍTULO 1

FILIAÇÃO E VÍNCULO NA ADOÇÃO: POSSIBILIDADES RECONSTRUTIVAS

A clínica da adoção sempre suscitou inquietação pela sua complexidade e singularidade. São sempre construções de uma nova história e, como refere Schettine (2009), são histórias envoltas em uma infinidade de fantasmas: medo, abandono, rejeição, impotência em que passado e presente se misturam e se confundem, interferindo no processo de filiação. A importância desse processo está em possibilitar o reconhecimento e a nomeação dos lugares de cada um numa família. A filiação tomada no sentido psicanalítico designa não somente um laço de parentesco que liga de forma simbólica um ser humano ao outro; mas, sobretudo, uma forma de subjetivação. Nesse contexto, a filiação é fundamental para o engajamento da criança no sentido de pertencimento e para a sua constituição como sujeito.

Segundo Eiguer (1985), o sentimento de pertença se constitui em um dos componentes essenciais para a organização da estrutura familiar; é preciso ser investido pelos membros da família para que se possa ser reconhecido nela, independente da existência ou não de uma consanguinidade. Mattei (1999) vai referir que toda filiação é, antes de tudo, uma adoção. Portanto, é preciso que o filho seja investido como objeto de amor para que possa se construir imaginariamente na história familiar e ser reconhecido como um de seus membros e, em contrapartida, reconhecer a família como sua.

Autores como Lévy-Soussan (2010) contemplam a ideia de que a filiação está ligada a três eixos: biológico, jurídico e psíquico, inscrevendo o indivíduo numa rede entre gerações. A filiação biológica se daria pela transmissão genética e pela procriação, tendo sua legitimidade pautada pelos “laços de sangue”; por outro lado, não se pode pensar na filiação simplesmente como um derivado da concepção, pois correríamos o risco de confundirmos reprodução com filiação, e genitor com pai. O laço biológico não é suficiente para transformar um genitor em pai ou uma genitora em mãe e de criar uma filiação psíquica. Esta última se constitui na legitimidade do desejo, a partir do reconhecimento afetivo e da enunciação da palavra, ou seja, pela inserção subjetiva do desejo que se dá ao longo do tempo.

A configuração da filiação jurídica se encontra intimamente ligada ao reconhecimento cultural de uma sociedade dentro de um processo de nomeação (Castoriadis, citado por Marinopoulos, 2010). A lei é responsável pela formalização da configuração simbólica, introduzindo o ser no social; se, por um lado, o filho ao nascer transforma filhos em pais; por

outro, é pela ordem jurídica que se pode produzir a ficção parental, familiar e genealógica, como refere Lebovici (1992).

A lei formaliza, no real, uma configuração simbólica, ela permite ao sujeito passar do individual aos valores universais operando como ‘reguladores internos’, como por exemplo, a proibição do incesto e do parricídio. Tais interdições estão na origem das representações culturais e das estruturas sociais (Jullierat, citado por Lévy-Soussan, 2010), desse modo, a lei funciona como um terceiro. Um terceiro que possibilita um lastro de sustentação à família e, ao mesmo tempo, permite que ela exista. Tal legitimidade aparece bem clara nas palavras de Lévy-Soussan (2010), ao referir a Lei como a “ossatura”, ou seja, o suporte do laço de filiação, e citando Legendre, define a instituição da Lei como o “cordão mítico” que permite a sobrevivência da humanidade.

Graças ao poder jurídico, é possível a crianças abandonadas (re)inscreverem sua história a partir do desejo de novos pais. Segundo Levy-Soussan (2010, p.54) há um valor criador na ficção jurídica “capaz de fabricar uma família, um pai, uma mãe, a fim de fazer funcionar o artifício edipiano”. Desse modo, permite instituir pais na ausência do laço biológico, mas na garantia de um laço jurídico e psíquico. Segundo Lévy-Soussan e Sophie Marinopolos (2010), o grande desafio da adoção é sustentar a filiação nestes dois planos. O plano jurídico sustenta o biológico, permitindo que a criança possa se declarar como *filho de...*, independente de ser adotiva ou não. Seu poder legal permite instituir e legitimar uma família, mas permite também, destituí-la de seu poder e reconhecer legalmente a interrupção da filiação – prevista nos casos de abandono, maus tratos ou qualquer uma situação de perigo reconhecida.

Tal estudo nos permite compreender a importância da pré-história no processo de filiação; muitas vezes, o passado se mostra como um fantasma que ameaça pais e filhos adotivos. Os genitores devem ser considerados, sendo eles conhecidos ou não, pois o abandono e a adoção são dois tempos que devem ser acompanhados quando pensamos na questão da filiação.

A literatura tem-nos mostrado que em casos como o da adoção de crianças maiores, seu sucesso depende do olhar mais atento a essas questões pertinentes à história da criança e à pré-história dos pais em adoção. Com relação à criança, devemos considerar que, antes de ser adotada por outra família existiu uma anterior, que não desaparecerá simplesmente com a destituição judicial. No imaginário infantil, as imagens parentais se encontram presentes e interferem diretamente no novo processo de filiação, pois marcas e feridas narcísicas são, em

muitos casos, revividas e transferidas a esses novos pais por diferentes manifestações: agressividade, regressão, etc. Conforme Ozoux-Teffaine (1987) uma *identificação-projeção* opera sobre a criança como uma imagem combinada, constituída pelo retorno fantasmático da família de origem, projetado nos pais adotivos, indicando uma condensação de duas imagens. Isso, muitas vezes, mostra-se de difícil sustentação para a família adotante, uma vez que tais manifestações não são percebidas como resposta a uma situação anterior, já que no inconsciente as coisas funcionam atemporalmente. Assim, os novos pais são desafiados na sua incondicionalidade de amor, para garantir à criança a segurança de pertencimento na nova família.

O termo *imago* é tomado no sentido de uma imagem inconsciente, por meio da qual um sujeito designa a imagem que tem dos seus pais. Segundo Roudinesco (1998), o termo (introduzido por, C. G. Jung) foi retomado por Lacan em *Os Complexos Familiares*, onde associou a *imago* ao complexo⁴, permitindo compreender a dimensão cultural que determina uma família, bem como os laços imaginários que a organizam. Para Lacan (1977), a *imago* como representação inconsciente tem um lugar fundamental nos complexos mais estáveis e mais típicos: a família. Os complexos familiares desempenham um papel de “organizadores” do desenvolvimento psíquico; domina os fenômenos que na consciência parecem integrar-se à personalidade.

Desse modo, uma hierarquia em três patamares formou o modelo de uma interpretação do desenvolvimento individual: o complexo de desmame, o complexo de intromissão e o complexo de Édipo (Roudinesco, 1998). O complexo do desmame representa para Lacan (1977) a forma primordial da *imago* materna que dá origem aos sentimentos mais arcaicos e mais estáveis que unem um indivíduo à família. O complexo de intromissão representa a experiência que realiza o sujeito quando comprova que tem irmãos – o ciúme (arquétipo dos sentimentos sociais⁵). Suas condições dependem, por um lado da cultura e da extensão que outorgam o grupo doméstico; e por outro, das continências individuais, ou seja, o lugar ou destino do sujeito dentro da ordem do nascimento. E, por fim, o patamar do complexo de Édipo; conceito de complexo elaborado por Freud a partir de suas descobertas na análise das neuroses, dos atos edípicos. Tal complexo define mais particularmente as relações psíquicas

⁴ O Complexo, cujo elemento constitutivo é a *imago* (Roudinesco, 1998, p.372).

⁵ Implica a introdução de um objeto terceiro que substitui a confusão afetiva e a ambiguidade especular mediante a concorrência de uma situação triangular [...] O sujeito, introduzido pela identificação do ciúme atinge uma nova alternativa em que se joga com o destino da realidade. [...] Em resumo, encontra ao mesmo tempo o outro e o objeto socializado. [...] O ciúme humano se distingue da rivalidade vital imediata, já que constituem seu objeto em maior medida do que os determina: se revelam assim, como o arquétipo dos sentimentos sociais. (Lacan, 1977, p.45).

na família (Lacan, 1997); para o autor, sua importância é fundamental na medida em que permanece inscrito no psiquismo em duas instâncias permanentes: a que reprime (superego) e a que sublima (ideal do ego⁶). Ambas representam a culminação da crise edípica.

Assim, mesmo que a adoção de crianças maiores ocorra como uma nova história de vida das crianças e esperança de novos encontros gratificantes, as relações entre pais e filhos são influenciadas pela história de vida anterior, pois a adoção será sempre marcada por fantasias e fantasmas parentais. Os pais, como observa Zornig (2010), também são influenciados pela história infantil de cada um deles e pelo modelo de relação amorosa que internalizaram. O desejo de filho é marcado por várias representações parentais que incidem sobre o filho: a criança fantasmática que cada um traz a partir da própria história; a criança imaginária, criada pelo casal, como: sexo e característica física; a criança ligada à representação idealizada; e, por fim, a criança mítica ou cultural, que se refere a um grupo de representações coletivas de uma determinada sociedade em um determinado momento (Golse, comentado por Zornig, 2010, p.03). Portanto, é possível observarmos que a construção da parentalidade⁷ se dá ao longo de um percurso, tendo seu início muito antes do nascimento de um filho. Nesse sentido, o desejo de ter um filho reatualiza as fantasias da própria infância e do tipo de cuidado parental que cada um pôde ter. Essas representações influenciam nas diferentes formas de interação, que ocorrem entre crianças e pais, podendo facilitar ou dificultar a instauração dos vínculos afetivos.

1.1. AUSÊNCIA E PRESENÇA DOS PAIS BIOLÓGICOS

A ausência dos pais biológicos não designa uma inexistência destes, visto que, o mundo interno da criança é habitado pelas relações de objeto, originadas por introjeção e por projeção com esses primeiros outros parentais. Berenstein (2011) refere que cada pessoa produz sua subjetividade no marco de uma pertença a uma família de origem, onde se nasceu e cresceu. Para muitos, a família de origem está nas lembranças, sua existência se dá na ordem da representação. São essas representações que ficam como marcas de identidade e como

⁶ Expressão utilizada por Freud no quadro da segunda teoria do aparelho psíquico: instância da personalidade resultante da convergência do narcisismo (idealização do ego) e das identificações com os pais, com os seus substitutos e com os ideais coletivos. Enquanto instância diferenciada, o ideal do ego constitui um modelo a que o indivíduo procura conformar-se (Laplanche e Pontalis, 1976, p.289).

⁷ A parentalidade é um termo utilizado na literatura psicanalítica para marcar a dimensão do processo de construção no exercício da relação dos pais com os filhos (Zornig, 2010, p.01).

marcas em nossa subjetividade, que “remetem a experiências com objetos do passado, ou seja, que se encontram sob a categoria de ausência. Também estamos e nos fazemos em nossas famílias de pertença, aquela ou aquelas que fundamos” (Berenstein, 2011, p.13). Portanto, a família que corresponde ao vínculo atual, também nos produz como sujeitos.

Nesse sentido, a construção familiar é constituída por um conjunto de vários planos e conforme Berenstein (2011) pode haver linhas de cisão cujas consequências são variadas, ocorrendo, por exemplo: entre o casal e os filhos; entre o casal; entre os irmãos; entre a família atual e as representações da família anterior.

O vínculo familiar é atual e a família como um conjunto de representações derivadas do que foi a família de origem determinam a diferença que existe entre os efeitos de presença e o papel dos objetos internos, cuja marca deriva dos efeitos da ausência, essa qualidade que nos faz “viver” no mundo interno do sujeito (Berenstein, 2004). Percorrem dois caminhos diferentes, às vezes simultâneos, outras vezes sucessivos, mesmo que com frequência pareçam sobrepor-se em consequências dos mecanismos de projeção. Mas obrigam ao psiquismo trabalhos distintos. (Berenstein, 2011, p.13)

O vínculo familiar resulta de um fazer *entre* sujeitos. Por conseguinte, falar em subjetividade vincular é reconhecer que um sujeito se torna outro, a partir do vínculo com o outro. Dito de outra forma, que ambos se produzem como sujeitos a partir de algumas relações de poder que percorrem o vínculo (Berenstein, 2011).

A subjetividade, então, é marcada pelo pertencimento à família de origem – representações que marcam o mundo interno da criança – e, pela presença, a partir do vínculo com os novos objetos familiares. Berenstein (2011, p.137) propõe a noção de borda para discutir na teoria vincular o entrelaçamento dos registros do passado e presente. Para o autor, esses registros se misturam, uma vez que, “o vincular cria e marca uma borda entre os sujeitos, em que o exterior se faz interior e o interior se faz exterior”, como se fosse uma fronteira. Nesse lugar “cada um dos territórios subjetivos se separa e se une, envia-se o alheio, enquanto o próprio pertence cabalmente ao interior do mundo próprio”. Assim, o que habita nessa borda é difícil de ser absorvido como próprio e é vivido antes como algo estranho dentro de um território de pertença. O passado fará borda com a situação atual, definindo e recortando uma nova história, é do passado que alguns elementos fazem o agora entre os sujeitos, é das experiências e dos registros anteriores com outros sujeitos que há uma relação vincular.

Considerado que o passado faz borda com a situação presente, de forma a definir e recortar o atual; e que é desse passado associado – à fantasia de uma vida familiar anterior –, que as questões são postas em evidência sob a forma de inúmeras repetições, numa

combinação “identificação-projeção”, que propomos pensar a adoção de crianças maiores, visto que os registros da família de origem marcam o psiquismo da criança. Por um lado, a transição de uma família à outra não ocorrerá sem suscitar sentimentos contraditórios, pois, como desligar-se dos antigos pais sem os destruir? Esta parece ser uma questão primordial para esses pequenos seres. Kaës (2010, p.173) chama a atenção para o duplo movimento de reconhecimento e de negação para o lugar dos pais adotivos e dos pais consanguíneos. Sendo assim, podemos observar que a especificidade da situação adotiva reside também na possibilidade de (re)criar esses fantasmas parentais (re)fundando um novo romance familiar.

ROMPIMENTOS DE VÍNCULOS

No contexto da adoção, principalmente no caso de crianças maiores, cada situação e experiência vivida são singulares. São sempre trajetórias únicas, não sendo possível qualquer generalização. No entanto, implicam sempre separações e perdas e, há normalmente rompimentos de vínculos significativos, repercutindo e interferindo na construção dos novos laços afetivos.

Autores como Ozoux-Teffaine (1987) sustentam a ideia de que as crianças, no decorrer do processo de adoção, experimentam duas fases de ruptura: a primeira ocorrida pela separação da família de nascimento, momento em que elas passariam por um período de transição, onde poderiam conhecer uma família que pudesse cuidá-la; a segunda ligada à decisão judicial, que lhes pode permitir ou não ficar com a família candidata à adoção, com base nos resultados do estágio de convivência.

Entre a situação de ruptura com a família de origem e a possível adoção há, ainda, a passagem pelo acolhimento institucional, o que muitas vezes pode se constituir em mais do que uma simples passagem, haja vista, o longo tempo em que essas crianças permanecem nas Casas de Acolhimento, principalmente crianças maiores. Logo, a saída da instituição para a família adotiva se configura em mais um rompimento. Propomos então, fazer algumas reflexões sobre como esses momentos de descontinuidade, separações e rompimentos de vínculo afetivo podem ser vividos pelas crianças.

Ora, sabemos dos muitos motivos que levam uma criança à adoção, são crianças que foram abandonadas em lugares públicos ou largadas à própria sorte, crianças vítimas de abusos, maus tratos, em situação de risco, que foram destituídas do poder familiar. Há, ainda, aquelas que foram entregues à adoção pela própria família, geralmente pela genitora. Segundo

Martinez, comentado por Peiter (2011, p.47), são sempre as mães que entregam seus filhos à adoção. Na maioria das vezes, isso ocorre porque os pais já se encontram excluídos da história da família. Martinez aponta para essa ausência de referências do pai que se exclui da história, afirmando que ele não é nomeado, nem condenado e nem se sabe ao certo quem ele é, na maioria dos casos. As mulheres encobrem a identidade do homem com quem conceberam o filho, “para o imaginário social não existe um mau pai, mas somente uma mãe má, o homem parece não ter a participação na procriação. A que toma a decisão, a única responsável pela entrega da criança é a mulher”.

São histórias que marcam a criança pela rubrica do abandono, embora alguns autores considerem que não se pode pensar em abandono, no caso das crianças entregues pela mãe à adoção, uma vez que há uma passagem. A entrega de um filho, por vezes, não se liga à falta de amor, mas sim, pelo reconhecimento da impossibilidade de criá-lo, de materná-lo, seja por condições concretas ou psíquicas, existem casos em que o gerar está dissociado do ser mãe. O sofrimento passado por algumas dessas mulheres é suficiente para afastar qualquer possibilidade de indiferença. No entanto, toda situação que envolve separações e rompimentos assumem, por assim dizer, dimensões pessoais, sujeitas a distorções e fantasias. Mesmo que as condições em torno da separação entre mãe e filhos não impliquem um abandono intencional, haverá sempre consequências psíquicas, pois, a separação desse primeiro objeto de amor, será vivido no plano fantasmático como abandono psíquico. A questão a saber é: que marcas seriam impressas no psiquismo infantil decorrentes de tais experiências ou passagens, ou ainda, se é possível restaurar o já vivido. cremos que ao articular tais questões com a própria condição de desamparo no ato do nascimento, e a função do cuidado na estruturação do ser humano, talvez possa trazer à luz alguns elementos que nos ajude a pensar nas implicações dessas separações ou perdas afetivas.

Sabemos que o ser humano é marcado pela condição de desamparo no ato do nascimento. A esse respeito, Rocha (2012, p.121) refere que a criança ao nascer, “se encontra em um completo estado de desamparo, [...] cuja essência é a total incapacidade do recém-nascido de poder ajudar a si mesmo”. Esse primeiro desamparo lança a criança a um outro, há aí um apelo para o cuidado. O que está sendo referido não é a simples ocupação de cuidar, uma vez que, para o ser humano é preciso mais do que cuidados básicos, é necessário um cuidado que imprima, uma “*solicitude amorosa [...] uma disposição fundamental de abertura para o outro*” (Rocha, 2012, pp. 121-122). Essa abertura do ser humano para o outro, faz com que ele possa constituir-se a partir do modelo da subjetividade.

Essa condição de desamparo irá imprimir marcas com a qual o sujeito terá que lidar ao longo de toda sua vida, mesmo que de diferentes formas e por diferentes reedições. Daí reviver situações que os remetem àquele antigo estado de dependência absoluta ou desamparo que os assusta, pois os leva a angústias e medos conhecidos e desconhecidos, mesmo que não sejam lembrados conscientemente (Peiter, 2011). Nessa mesma linha de reflexão, Winnicott (1990, p.153) resalta a importância das angústias primitivas a partir das experiências vividas em um momento que não se podia sequer assimilá-las psiquicamente, denominada por ele, de angústias impensáveis. Portanto, somos todos marcados pelo desamparo, daí ser tão difícil desligar-se das pessoas.

No caso das crianças que passaram por uma adoção, pensamos que as marcas decorrentes da ruptura com a família de origem carregam também o registro do abandono das primeiras inscrições psíquicas, ou seja, do primeiro desamparo. Isso justificaria o movimento psíquico regressivo – comum a crianças adotivas – de expressarem a necessidade de retorno ao ventre materno, como se buscassem um novo nascimento, *“uma nova solitudine amorosa”*, mesmo nos casos de adoção quando ainda bebê. Em crianças destituídas do Poder Familiar, ainda que a adoção signifique salvar a criança, não é fácil separar-se da família de origem. Há um esforço das instituições para garantir um mínimo de cuidado e de condições de acolhimento necessários para a construção psíquica dessas crianças, cujos cuidados eram insuficientes (Peiter, 2011). Entretanto ela representa um espaço de transição entre o passado e as futuras ligações com a família adotiva. Dessa forma, a criança institucionalizada fica numa espécie de “estado de suspensão”, tomado aqui, no sentido do ato ou efeito de suspender, interromper seu destino que passará a depender da decisão judicial. Logo no período de acolhimento, o destino de criança é incerto; ela poderá retornar à família de origem, ser colocado em uma família acolhedora, ser adotada ou até mesmo permanecer na instituição até que complete maior idade (Peiter, 2011, p.45). Nos processos de adoção, como salienta Paiva, descrito por Peiter (2011, p.37) é necessário que levemos em conta “a desarmonia entre o tempo cronológico, o tempo jurídico e o tempo psíquico da criança, sendo que este último deve merecer prioridade”.

Diante do exposto, vê-se o quanto é importante o bom acolhimento dos profissionais das instituições, no sentido de ajudar as crianças nessa difícil passagem de um universo a outro. Deve-se considerar também, que mesmo nos casos em que a adoção seja vivida com expectativas, ainda assim representa novas despedidas, com revivências de perdas e de separações. Promover intervenções que ajudem a criança a elaborar melhor tais rupturas

poderá facilitar no investimento dos novos objetos. De fato, essas crianças aprendem de forma sofrida que as relações estão sujeitas a interrupções.

Considerar a vida anterior da criança em adoção nos permite pensar nas rupturas e rompimentos de vínculos precoces, elementos importantes para que possamos compreender as vicissitudes dos futuros processos de formação de vínculos entre a criança e os novos pais. Para Berenstein (2011, p.127), há casos em que o vínculo pode perder sua condição instituinte se transformando num lugar de impossibilidades, ou seja, no que ele vai chamar de *vazio na relação*, que perpetua o sujeito em sua forma de ser e fazer, sem lhe permitir se tornar sujeito da situação vincular. No entanto, a vivência do vazio vincular, para o autor, não anula o vínculo, mas estabelece um impedimento para entrar nele, mesmo que a nova família favoreça essa relação, pois esse lugar estaria sempre passível de desafios e sofrimentos.

Nesse sentido, seria necessário um acompanhamento psicológico para ajudá-la a vencer medos e temores, quanto a esses novos pais, desafiando limitações internas e externas para que possa se autorizar e se implicar numa nova relação. Isso permite que a maternidade e a paternidade possam ser assumidas de uma nova forma, transformando-se numa nova relação. Assim, a fonte de sofrimento que impossibilitava o novo vínculo tende a desaparecer.

1.2. TRANSIÇÃO E ACOLHIMENTO PELA PALAVRA

“[...] um menino de três anos que ouvi certa vez gritando num quarto escuro: ‘Titia fale comigo! Estou com medo do escuro’ Sua tia respondeu-lhe: ‘De que adiantaria? Você não pode ver-me’. ‘Não importa’, respondeu a criança, ‘se alguém falar a luz vem’ ”. (Freud, 1986 [1905], p.231)

A transcrição dessa passagem de Freud (1905), nos Três Ensaio da Sexualidade, deixa claro o lugar da palavra e a sua importância para o ser humano. Frej (2012, p. 163), ao comentar tal passagem destaca sua relevância: “quando a palavra traz a luz, ela também dá a luz”. Aproveitaremos tal afirmação, no sentido de realçar a necessidade de se abrir espaço, ainda na instituição, para o livre discurso da criança sobre sua história e seu destino, favorecendo a observação e a compreensão das ansiedades subjacentes ao processo adotivo e permitindo a elaboração de lutos e/ou outros elementos que possam surgir.

Decerto, a homologação da adoção garante uma família, mas não impede que os sofrimentos anteriores venham a emergir como uma sombra do passado que paira no cotidiano da família adotiva. A criança, muitas vezes, busca razões que justifiquem seu abandono, sentem-se por vezes responsáveis, culpam-se por ações imaginárias ou reais que a

levaram a ser punida pelo abandono. Nesses casos, é preciso que haja um resgate narcísico da criança “machucada” por um primeiro abandono, para que seja facilitada a nova filiação.

Ozoux-Teffaine (1987) salienta que esse resgate narcísico é indispensável para que a criança possa assumir a separação, em definitivo, da genitora; e poder, ao mesmo tempo, renascer da mãe adotiva. Ou seja, é o trabalho do luto que possibilita essa condição de renascer das cinzas como uma Fênix.

A elaboração do luto deve dar-se sob a forma de destacamento identificatório com a figura materna, imprescindível para que ocorra o novo processo de filiação. Ozoux-Teffaine (1987) sustenta ainda, que o sentimento de pertença será tecido progressivamente durante sua história. Somente assim, a criança poderá elaborar um novo romance familiar, necessário para sua organização emocional e familiar.

O acolhimento institucional – que antecede a adoção – nos casos das crianças que são afastadas dos pais biológicos e aguardam a decisão judicial sobre o seu destino, constitui-se sempre em um momento difícil, uma vez que a criança se manterá num quadro fictício de adoção, permanecendo entre a ilusão de manter a ‘filiação’ anterior e a de ser adotado por uma nova família. Nesse contexto, a vida da criança parece ser colocada em suspensão, pois ao outro é delegado o poder de sua vida, longe de sua família de origem e imersa na angústia de descobrir, por si só, qual será seu destino, ainda incerto e solitário. Para Ozoux-Teffaine (1987) apostar na criança, na sua futura relação e prepará-la para os futuros pais será de suma importância para a saúde psíquica da criança e dos pais.

A destituição do poder familiar demove juridicamente a antiga ligação, mas não é capaz de retirar, de imediato, os pais biológicos da vida psíquica dessas crianças. Como bem expressou uma criança a quem foi tirada o poder familiar: o juiz tirou os meus pais, mas eu ainda não os tirei de dentro de mim.

O ingresso na nova família, como destaca Peiter (2011), introduz um tipo de descontinuidade histórica em relação aos genitores, pois se trata de uma história que foi interrompida. Bleichmar (citado por Peiter, 2011) chama a atenção para a difícil tarefa dos filhos adotivos na resimbolização das vivências anteriores. No caso das crianças que foram acolhidas por instituições, essas separações tendem a ser mais complexas, pois implicam duas separações: a da família de origem e a dos cuidadores da instituição.

Se no tocante à criança – na transição da família de origem para a adotiva há vivências de separação, necessidade de elaboração de luto –, no tocante aos pais adotivos não é diferente, pelo menos para uma maioria. As pesquisas apontam que a maior demanda por

adoção vem de casais inférteis, muitas vezes com vivências de várias tentativas fracassadas de fertilização e gestação. Ora, isso significa dizer que será preciso desinvestir do projeto de filho biológico, o que para muitos não é fácil, portanto, requer luto. A adoção, nesse sentido, é vista como substitutiva daquela criança que não veio. Queiroz (2009, p. 9) considera que no caso da adoção, “a vulnerabilidade de alguns casais afetados narcisicamente pela impossibilidade de gerar, pode constituir-se num problema”. Portanto, as dificuldades de procriação tanto significam feridas narcísicas que remetem a questões antigas relacionadas à castração e ao complexo de Édipo, quanto podem ser causadas por feridas narcísicas antigas. De acordo com Ribeiro: A infertilidade promove um abalo considerável na economia narcísica do sujeito e do casal: o projeto narcísico de imortalidade do eu e do par é ameaçado; o casal adulto se vê em posição infantil diante da comunidade e de seus familiares. (Ribeiro, citado por Peiter, 2011, p.117).

A adoção evoca a própria história dos pais. Se, por um lado, a criança adotiva torna possível a realização de um antigo sonho; por outro lado, aponta suas impossibilidades e os fazem reviver lutos e angústias do passado. Portanto, se os sentimentos relativos à infertilidade não forem bem elaborados podem colocar em risco o estabelecimento do vínculo, razão pela qual o desinvestimento do filho desejado biologicamente se faz necessário.

O luto da transmissão genética passa pelo luto da gravidez e do filho enquanto projeto narcísico: filhos à sua imagem e semelhança. Sem esse luto fica difícil um novo investimento para que possibilite a “criança real existir”, independentemente do laço consanguíneo. Quando isso não acontece, seu desejo continuará a ser endereçado ao biológico. Hamad (2002, p.68) ressalta a importância do trabalho do luto, visto que, de outra forma, “a criança adotada é chamada a renunciar o que ela é para entrar na pele de uma outra e a renunciar, por fim, ao seu estatuto de sujeito”.

A consequência da ausência do trabalho de luto também incide nos próprios pais, que se veem em dificuldade de se posicionarem no lugar de pais, pois continuam a valorizar o lugar de pais biológicos, portanto, apossaram-se de um lugar que não sentem como seu de fato, vendo-se como usurpadores desse lugar. Se, por um lado, defendem-se de qualquer implicação dos sintomas da criança atribuindo-os à herança genética; de outro, são menos pais porque não legaram aos filhos sua genética. Assim, a herança genética é um fantasma na vida da família, alimentando medos e fantasias, capaz de produzir efeitos devastadores. A origem da criança funcionará como um enigma, difícil de ser falado e digerido, razão pela qual tal questão ocupa um lugar central no imaginário dos pais adotivos.

Do ponto de vista de alguns autores, como Levinzon (2009), falar à criança sobre a adoção constitui-se em um dos temas mais sensíveis e perturbadores para os pais adotivos, visto que, a revelação é por essência angustiante e desnarcisante, mobilizando nos pais adotivos grandes ansiedades. Para Queiroz (2004), a revelação é um significante-chave gerador desse estado de ansiedade, principalmente quando a adoção se refere a crianças menores. No caso de crianças maiores, falar sobre sua história permite a ela ser acolhida por inteiro na sua identidade. Nesse sentido, a palavra funciona como o amparo necessário para suportar a condição de desamparo anterior, ao mesmo tempo a palavra funciona como um elo entre a situação anterior e a atual, fazendo com que sua história tenha uma continuidade e não ser vivida partidamente, evitando que a criança se fixe ao passado.

Levy-Soussan (2010, p.71) considera que, para “a criança, a construção de sua origem, como para qualquer um, é feita em função da elaboração subjetiva da ficção parental e de seus fantasmas originários, edipianos e narcísicos a seu respeito”. Com efeito, a construção da identidade ou reconstrução da narrativa interna da criança se dá a partir dos fantasmas parentais e estão intrinsecamente ligados ao romance familiar.

De acordo com Françoise Dolto (2006), falar à criança sobre os pais de nascimento a ajuda no sentido de possibilitá-la a entender que foi amada, pois não sendo, não estaria ali, mesmo que nem os genitores saibam o real motivo de não poderem criá-la. Tal atitude faz com que uma criança adotiva não seja reduzida a uma única dimensão: a de ser abandonada. Assim, ela pode libertar-se do passado para existir por si mesma. Para Levinzon (2009, p.76) “um aspecto de fato preocupante no adotivo é a impossibilidade de se questionar quanto a seu lugar no mundo, e de considerar as particularidades de sua história”. Acredita ainda que o conhecimento da verdade sobre a origem é uma questão ética, além de que revelar um fato que está “marcado inconscientemente na criança ajuda-a a desfazer a confusão entre o que sente e aquilo que sabe” (Levinzon, 2009, p.50).

Hamad (2002) classifica essa atitude de manter em segredo a história da criança equivalente aos segredos de família que todos falam, mas ninguém o revela. Segredos que por vezes são conhecidos pela criança, mas elas não estão autorizadas a saber deles. Para o autor, as crianças “constroem todo o tipo de fantasias em torno dele, mas não têm a palavra adequada para dizê-lo” (Hamad, 2002, p.109), a questão então, permanece intocada e pode mais tarde se revelar como ponto de “tropeço” na transmissão familiar ou como sintoma.

Se, de um lado, não se deve estancar a história da criança ou reduzi-la à dimensão do abandono, como observamos anteriormente; por outro, deve-se considerar o abandono, por ele

ocupar uma parte fundamental na pré-história da adoção. Levy-Soussan e Sophie Marinopoulos (2010, p.88) apontam a necessidade de nos debruçarmos sobre a singularidade do sujeito que vem “se” contar. Singularidade que começa para algumas crianças pela situação de abandono e, tal situação, fica inscrita no sujeito por mais que se omita ou denegue sua existência. Portanto, é preciso saber que ele existiu e conhecer suas condições.

O abandono de crianças pode se dar de diversas formas: precocemente, após seu nascimento; ou em outras etapas de sua vida. Existem casos, em que a criança não é abandonada, mas se encontra “em uma situação de abandono [...] entregue a si mesma, vivendo na rua, em seguida recolhida em uma instituição ou, ainda, sofrendo maus tratos, abusos” (Levy-Soussan e Marinopoulos, 2010, p.83). Nesse sentido, o contexto que envolve o abandono terá uma importância fundamental, pois o estado de sofrimento anterior poderá ser novamente evocado e se manifestará de diferentes modos: por projeção, por auto-comiseração, por identificação com o agressor, etc.

Para Christian Flavigny (2006) o abandono não cria uma categoria diferente de crianças, caracterizadas por pessoas nascidas do anonimato. Embora conserve em si uma dor, ele deve ser pensado para além do próprio ato do abandono, ou seja, como uma alternativa de dar à criança a chance de viver como as outras; um corte que lança a criança no fluxo da vida. O abandono não se constitui apenas em um ato de renúncia, mas numa impossibilidade da genitora fazer um laço ou vínculo materno, podendo ser entendido ainda, como uma forma possível de a criança continuar seu caminho, mesmo que seja em outro local.

Levy-Soussan e Sophie Marinopoulos (2010) chamam a atenção para a necessidade de acolher aqueles que renunciam aos filhos, mesmo que para muitos o abandono de uma criança seja um ato incoerente e ilógico. Esperar um filho e depois decidir a ele renunciar “pede” que seja ligado a uma narrativa – possibilitando através das palavras – significar a impossível acolhida dessa criança. Em muitos casos, renunciar a uma criança é renunciar a uma parte da história que não foi desejada.

Ao renunciar à criança, os pais colocam em ato um “impossível” que vai encontrar sentido em suas próprias inscrições de filiação. Esse impossível estará sempre sendo interrogado no sentido de ir além do abandono (Marinopoulos, 2010, p.109). Desse modo, a criança deve ser pensada antes do seu nascimento, ou seja, é na preocupação com os pais de nascimento que se pode preservar o valor humano e a dignidade daquele que vai nascer.

“Se a criança nasce privada de memória, ou seja, se sua mãe não pôde contê-la em sua mente ao pensar nela, ela de fato nascerá – mas nascer vivo não quer dizer que a pessoa esteja

com vida (psíquica)” observa Marinopoulos, (2010, p.116). Assim, possibilitar à mãe biológica falar dessa – criança que ainda está em seu ventre – é dar condições para que uma rede de representações possa preexistir. Isso nos parece claro, sobretudo por considerarmos que tais questões estão marcadas no inconsciente da criança.

Melanie Klein (citada por Levinzon, 2009), vai falar em “lembranças de sentimento”, ao referir-se a essas sensações primitivas pré-verbais que deixam suas marcas no psiquismo em uma época em que o ego ainda era insipiente para o registro no plano representacional.

Expor essas questões revela o quão é limitado pensar no vínculo biológico como o que consolida uma filiação. O processo de filiação é um complexo no sentido de que nele se enreda uma teia de afetos, representações arcaicas que se reatualizam com a formação de novos laços ou vínculos. Construimo-nos a partir do desejo e da palavra do Outro, independente da nossa condição de nascimento.

1.3. O “ROMANCE FAMILIAR” E O “*UNHEIMLICH*” NA ADOÇÃO

O estudo da parentalização nos permite compreender que, mesmo que essas questões sejam bem elaboradas e o vínculo filiativo seja construído, não há garantias de que os fantasmas do passado não retornem; evocam-se fantasias em relação ao nascimento, colocando em dúvida o casal parental. Sabemos, desde Freud, que tais pensamentos e fantasias não são prerrogativas da adoção. No artigo, *Romances Familiares* (1908), Freud já considerava que, em determinados momentos da vida, a criança atribui sua filiação a outro casal parental ao comparar seus pais com outros pais e considera que eles não são tão bons quanto os dos seus amigos, e coloca em dúvida a paternidade, fantasiando ser filhos adotivos. Para ele, isso se daria devido às frustrações inevitáveis impostas pelo processo educativo e das dificuldades naturais passadas por todos nós, principalmente quando nos submetemos à autoridade dos pais.

Freud designa a expressão “romance familiar” a essa tendência que é comum e natural a toda criança de se imaginar adotiva, fantasiando que seus pais seriam pessoas melhores; uma tentativa de dar conta das frustrações e das dificuldades surgidas no decorrer sua vida. Tal fantasia constitui, também, uma espécie de ‘compensação’ pelos dias felizes de uma época passada, quando as crianças tinham seus pais como seus verdadeiros heróis e quando os adultos viviam para a satisfação de seus desejos – o tempo de “Sua majestade, o bebê”. Essa fantasia tem um importante papel defensivo e a duplicidade parental permite ao filho se

defender dos desejos edípicos incestuosos e, ao mesmo tempo, recuperar aqueles pais idealizados.

Se para toda criança a questão das origens é enigmática, é ainda mais vital para a criança adotiva, para elas o “romance familiar” é vivido como uma realidade e, nesse caso, podemos pensar que tais fantasias não evocam necessariamente uma satisfação de desejo e sim certa confusão e desprazer. A fantasia de que os outros pais seriam melhores e que estes as teriam compreendido mais, é vivido, como dúvida, justamente por ser atravessado pela realidade do abandono. Algumas crianças preferem sustentar que se perderam dos genitores ou que seus genitores foram forçados a entregá-los e que até hoje eles as procuram. Outras se sentem culpadas pelo abandono; são eles que não são pessoas boas. Essas variações dessa fantasia são importantes de serem consideradas. Para Kaës (2010) o romance familiar é produzido na evolução do sujeito, quando começa a se tornar estranho a seus pais, sustentado por uma atividade fantasmática, que se dá particularmente na época pré-pubertária. “O romance familiar permite ao mesmo tempo, que o filho esteja em seu meio familiar e saia dele: permite conservá-lo e ficar livre dele, preservá-lo de sua própria hostilidade e ternura” (Kaës, pp. 175-176).

Queiroz (2004, p.101) aponta que, no caso da adoção, as crianças parecem viver a duplicidade do casal parental presente na fantasia do romance familiar, em ato e na realidade, aquilo que é vivido pela maioria das pessoas em sonhos. Retoma Freud ao falar desse duplo, no sentido do estranho e familiar vivido, tanto por pais biológicos quanto pelos pais adotivos.

Em “O estranho”, escrito em 1919, Freud, vai tomar o termo *Unheimlich*, como o da “categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar” (p.277), são impressões que despertam um sentimento de estranheza e familiaridade ao mesmo tempo. Queiroz destaca nesse mesmo artigo, outro sentido para o termo *Unheimlich* apresentado por Schelling na obra de Freud, que se aproxima ao sentido de estranho visto na adoção que, “... refere-se a tudo que deveria ter permanecido secreto e oculto mas veio à luz” (p.106). No contexto da adoção essa condição de familiar e estranho, da ordem da aproximação e do afastamento se destacam, remetendo por vezes – pais e filhos – à condição de sofrimento.

A clínica nos tem mostrado o sofrimento de algumas mães em não se reconhecerem nos filhos, como no caso de uma mãe que, ao olhar seu filho dormir, busca um traço, qualquer sinal, um fio que os unam, que faça dele sua imagem. Um encontro que o remete ao desencontro; um olhar que lhe impõe a estranheza daquela criança que, ao mesmo tempo,

completa-o por existir, mas que denuncia a dor de não ter conseguido tê-lo. Assim, aquele que tanto ama e lhe é familiar é, ao mesmo tempo, um estranho e lhe desmente como mãe-mulher. Ele é seu *Unheimlich*.

A adoção parece, a todo o momento, suscitar o *duplo*, como na relação especular ou na divisão subjetiva do eu e talvez essa seja a razão de sua inquietude. Mas não temos como escapar disso. Somente o investimento e a continuidade na construção familiar permitirá que cada um encontre seu lugar na relação, tomando consciência de sua identidade, indispensável para a vida psíquica.

A criança, no fim desse percurso psíquico, nasce Sujeito, sujeito do inconsciente não mais fundido, separado, mas ligado àqueles que o desejaram e que se inscreveram como pais em relação a ele. Toda sua vida ele não deixará de buscar sua verdade. A verdade de um sujeito que não se situa num corpo, nem numa verdade biológica, nem nos genes, e sim no seu psiquismo. (Levy-Soussan e Marinopoulos, 2010, pp.87-88).

Se, por um lado, se faz necessário “desfazer-se” do aprisionamento do passado: daquele filho que não veio ou do abandono dos pais; por outro, é preciso não ignorar que essa falta, esse abandono foi o que possibilitou esse encontro, e que essa história só pode ser construída a partir de uma anterior, vividos por estados de sofrimento. A clínica da adoção põe em relevo a realidade histórica e a realidade fantasmática na construção da história familiar.

Enfim, o estudo da adoção de crianças maiores nos permite, como refere Ozoux-Teffaine (1987, p.16), esclarecer o que é habitualmente passado de forma silenciosa no processo adotivo, notadamente nos casos que envolvem uma adoção precoce. Assim, tentaremos em nosso trabalho apontar as particularidades que acompanham e envolvem a chegada de crianças maiores na família adotiva, no intuito de buscarmos uma maior compreensão no “jogo” que envolve toda adoção, e entendermos como se opera o processo de filiação com os futuros pais, a partir dos antigos laços afetivos, uma vez que apostamos na hipótese de que muitas das dificuldades encontradas na filiação adotiva se traduz por não se considerar a história anterior e as condições inerentes da passagem de uma vida a outra, principalmente no caso das crianças maiores. Considerar e respeitar essa passagem pode se apresentar como um momento fecundo no entendimento do seu desenvolvimento. Desse modo, os lugares que foram ocupados pela família biológica e sua passagem para a nova família, longe de se reduzir a uma simples transição se constitui, na verdade, numa fase essencial de toda adoção.

CAPÍTULO 2

A PRÉ-HISTÓRIA DA ADOÇÃO: RECONSTRUINDO O CASO DE DUAS CRIANÇAS

Propomos, neste capítulo, reconstruir a história da adoção de duas crianças (um menino de dez anos e uma menina, de três anos e oito meses) que tiveram sua família destituída do seu Poder Familiar⁸. A reconstrução do caso se dará com base nos depoimentos coletados por Carolina Lemos da Silva, psicóloga jurídica, vinculada à 2ª Vara da Infância e Juventude da comarca de Torres/RS, que defendeu uma dissertação de mestrado sobre essa temática, nos quais constam o relato dos motivos que envolveram a destituição do poder familiar, a passagem, o acolhimento na Instituição e, o acompanhamento da adoção, que discutiremos no capítulo seguinte. A reconstrução do caso e sistematização das informações sobre a história das crianças e da família candidata à adoção, foi possível a partir da extração e filtragem dos fragmentos relatados no trabalho de dissertação. Mila, Rico, Luz e Juca, nomes fictícios dados respectivamente para a menina, para o menino, para a mãe adotiva e para o pai adotivo, pela pesquisadora anterior, serão mantidos neste trabalho. Tais relatos mostram as vivências das crianças, antes da destituição do poder familiar, o que nos levou a indagar a transição das inscrições anteriores para a família adotiva.

A história vivida pelos pais – antes da adoção – e a escuta da demanda do desejo de filho ganha sentido, quando sabemos que questões ligadas à história anterior à adoção se entrelaçam à nova história gerando, por vezes, desafios à nova filiação.

2.1. HISTÓRIA DAS CRIANÇAS E SUA FAMÍLIA BIOLÓGICA

A destituição do Poder Familiar ocorreu quando a genitora das crianças estava com 38 anos. Segundo os autos do processo, ela era usuária de drogas, sem emprego e endereço fixo. Além de Mila e Rico, a genitora tinha mais seis filhos, sobre os quais não sabia informar os paradeiros, apenas um deles, ela sabia que morava com o pai. Acreditava também que os demais “tinha ido para adoção” (sic). Ela saía constantemente em busca de um namorado e para utilizar drogas, deixando sempre os filhos sozinhos na casa, sem roupas e sem alimentos. Sabe-se ainda, que a família extensa não possuía condições de dar suporte a essa família, e

⁸ Nova nomenclatura para o antes conhecido Pátrio Poder, pelo Antigo Código Civil.

que havia outros casos de destituição, um irmão perdera a guarda de doze filhos e uma de suas irmãs foi destituída do poder de seus dois filhos. O que nos leva a pensar que, nessa família não havia lugar para o cuidado, o ato de gerar uma criança era dissociado do desejo de ser mãe, logo, não havia adoção dos filhos. O contexto do próprio núcleo familiar indica essa dificuldade, a de sustentar os filhos na relação de sujeito com o desejo, essência da transmissão pela família na constituição subjetiva da criança, como referido por Lacan (2003 [1969]). Para o autor, o nome da mãe marca os cuidados vitais; enquanto o nome do pai teria a função de introduzir a lei, barrando o desejo materno a partir de sua nomeação.⁹

Retornando à família em questão, partimos do pressuposto que a genitora de Rico e Mila não assegurou às crianças a função materna. Ao que parece, os investimentos dela era sempre para os parceiros, sua posição era mais a de mulher do que de mãe. A perda dos seus seis filhos e o pouco interesse dela por seus parceiros não podem ser ignorados. Rico, como veremos a seguir, também foi retirado da mãe pelo Conselho Tutelar e depois “devolvido” a ela. Durante o tempo que se mantiveram na instituição, Mila e ele não receberam visitas da mãe. No entanto, acreditamos que algo foi significado nessa primeira relação materna que permitiu um engendramento do enlace afetivo, mesmo considerando as condições precárias vividas pelas crianças. Seremos cautelosos quanto à qualidade do vínculo na família de origem, por não termos subsídios suficientes.

Por outro lado, o retorno de Rico ao convívio materno denota que estar ou não com as crianças era indiferente para a genitora. Cabe lembrar que ela era usuária de drogas, portanto não conseguia se sustentar em casa para cuidar dos filhos, nesse sentido, podemos inferir que o objeto de seu desejo era a droga. São fragmentos importantes que indicam a negligência materna e trarão repercussão, como veremos mais adiante, quando Rico vê-se novamente “abandonado” pela mãe adotiva quando do seu retorno ao trabalho.

A negligência materna é constatada pelo Conselho Tutelar¹⁰ bem antes da destituição definitiva. Com a idade de dois anos, Rico foi retirado da mãe e levado a uma Instituição, a mesma que o acolheu tempos depois. Posteriormente ele foi reinserido na família, sob a

⁹ A função do pai não é apenas a do interdito, mas sim, aquele que também goza da mãe. A sua entrada barra o desejo da mãe e evita que o filho fique capturado na fantasia materna (Lacan, 2003[1969]).

¹⁰ É uma estrutura representativa da sociedade com poderes de agir contra o próprio Estado e/ou família, sempre que um direito ou necessidade básica esteja sendo violado ou sob ameaça de sê-lo (Vogel, citado por Frizzo e Sarriera, 2005). É da responsabilidade do Conselho Tutelar tomar as providências para que os direitos e necessidades das crianças e adolescentes sejam atendidos e satisfeitos, e, zelar pelas suas condições de vida.

guarda de sua madrinha¹¹, mas sabe-se que ela o “devolveu” a mãe. Mila, nessa época, ainda não era nascida. Vale ressaltar, que nenhum deles tinha registro do nome paterno em sua certidão de nascimento e, ao que parece, são filhos de diferentes parceiros.

No momento do segundo recolhimento institucional, Rico estava com a idade de oito anos e seis meses, aproximadamente, e Mila com a idade de dois anos e dois meses. Se considerarmos que aos dez anos ele cursava o 3º ano, podemos concluir que, provavelmente, ele frequentava a escola na época em que vivia com a genitora. O comportamento de proteção a Mila, no momento do recolhimento, sugere que na ausência materna era ele que assumia a responsabilidade pela irmã. E apesar de não haver nenhuma evidência de agressão física por parte da genitora, as crianças se encontravam em situação de total abandono, não havia comida nem o mínimo de higiene, o que configura a negligência materna. O incômodo dos vizinhos quanto aos constantes choros sinaliza o sofrimento de Rico e Mila.

Segundo Silva (2011) e Luz (mãe adotiva), Rico é uma criança mais reservada, distante, sério sem muito sorriso; enquanto Mila se apresenta de maneira mais espontânea. Elas apresentavam ainda, problemas graves de saúde, requerendo cuidados médicos. Mila apresentava dificuldades respiratórias, decorrente de hipertrofia das amígdalas e adenoides, com um comprometimento de 84% da respiração, necessitando ser submetida a uma intervenção cirúrgica. Rico, por sua vez, apresentava um diagnóstico de “Deformidade torácica importante de clavícula e escápulas” (Silva, p.98), o que lhe ocasionou um grave problema de escoliose. No período em que estava na Casa de Acolhimento, foi submetido a exames que indicaram uma suspeita de “cardiopatia congênita, hipertrofia ventricular PA:140/70, sopro sistólico 3/4+” (Silva, p.98). Ambas as crianças receberam, durante o período de acolhimento, os tratamentos necessários, tais tratamentos continuaram quando adotados.

2.2. DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR E O ACOLHIMENTO

O acolhimento das crianças foi possível a partir das denúncias dos vizinhos, em virtude de se sentirem incomodados pelo choro destas. O Conselho Tutelar, ao chegar ao local, encontrou-as: sujas, assustadas e com fome, e Rico assumia a postura de protetor da

¹¹ A manutenção ou reintegração da criança à sua família terá sempre preferência em relação a qualquer outra providência, de acordo com o artigo 19, parágrafo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesses casos, a família é incluída em programas de orientação e auxílio.

irmã. Elas não apresentavam qualquer indício de lesão decorrente de violências físicas. Diante do exposto, e da constatação de negligência e abandono por parte da genitora, as crianças foram levadas para uma Casa de Acolhimento.

As instituições de abrigo são espaços de acolhimento em que as crianças permanecem durante o período em que aguardam a decisão judicial, podendo – a partir da sentença – retornar à família de origem, ou ser efetivamente desligada desta, por determinação judicial. O tempo de permanência se estende até a colocação em família substituta, guardiã ou outra forma de acolhimento. Atualmente, a exemplo de outros países, como no caso da França, já existem outras formas de proteção e cuidado, são as chamadas famílias acolhedoras. São lares provisórios, habilitados para receber essas crianças, um modelo que busca oferecer um ambiente semelhante ao da inserção familiar. Entretanto, devemos ressaltar que esses acolhimentos, “são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade” como é explicitado no Estatuto da Criança e Adolescente, Lei 12.010 de 03 de agosto de 2009, artigo 101º.

No caso de Rico e Mila, elas permaneceram na Instituição por aproximadamente um ano e meio, nesse ínterim, participaram ativamente do que lhes era proposto: passeios, teatro, circo etc. Gostavam ainda de brincar com os meninos da vizinhança; estudavam no mesmo turno, o que lhes permitia se deslocar numa mesma condução. Rico cursava o 3º ano na Escola Estadual e fazia aula de capoeira; Mila cursava a pré-escola na Escola Municipal Infantil.

Durante o período de acolhimento não receberam visitas, nem mesmo da genitora ou da família extensa. No dia da audiência, ocorrida nove meses após o recolhimento pelo Conselho Tutelar, a família não compareceu, mesmo com a garantia de ampla defesa, pelo Ministério Público. Com a expiração do prazo de contestação, foi homologada a destituição do poder familiar e as crianças foram encaminhadas à adoção.

Nos casos de irmãos, o Poder Judiciário privilegia a preservação desses laços no sentido de que estes sejam adotados por uma mesma família. Para Hamad “a separação de uma fratria vem, de todo modo, redobrar o abandono que permitiu a adoção e constitui um traumatismo potencial” (2002, p. 105). Com efeito, as reformulações ocorridas no Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990 (Lei Federal 8.069) e recentemente em 2009 (Lei Federal 12.010), promoveram um avanço significativo na história da infância no Brasil, por priorizar

as necessidades das crianças e adolescentes e reposicioná-las como sujeitos de direito. No caso das fratrias, o Artigo 28 °, do ECA, introduzido em 2009, determina que:

Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais.

Resguardar os membros de uma fratria, sempre que possível, ajuda crianças e adolescentes à preservação de uma memória, de um passado comum, de uma história partilhável e contável, como refere Hamad (2002). A possibilidade de serem acolhidas em uma única família se constitui num reconhecimento da importância da função fraterna. Moguillansky e Vorchheimer, citado por Goldsmid e Féres-Carneiro (2011) outorgam ao vínculo fraterno um lugar central como modelo dos sentimentos de pertencimento, condição necessária para a formação das relações sociais entre pares. Ainda, segundo Goldsmid, a fratria estabelece laços de cumplicidade que permite, em muitos casos, poder desafiar a proibição de autoridade. Além do mais, os sentimentos, conflitos e angústias vividos na intimidade familiar durante a permanência na família de origem “constrói uma memória”, deixando uma marca indelével no inconsciente, um ponto de referência para a própria identidade. Ou seja, mesmo quando as figuras parentais primeiras faltam ou se mostram deficitárias, elas continuaram - enquanto objetos de investimentos pulsionais – a constituírem importantes objetos de identificação, conforme Goldsmid e Féres-Carneiro (2011) e, por conseguinte, a manutenção das fratrias funciona como uma rede de apoio para tais identificações. O vínculo fraterno se forma no tempo, a partir das vivências, experiências e lembranças, contribuindo para a manutenção da unidade familiar. Assim, o acolhimento pela família substituta de irmãos pereniza os vínculos, além de amenizar a angústia no delicado momento de transição e inserção da criança, na nova família. Sempre que há uma destituição do poder familiar, significa que uma criança é liberada para ser integrada a uma nova família e um outro lugar ela irá ocupar, considerando o desejo dos pais adotivos. O novo vínculo de filiação deverá permitir-lhe “ultrapassar a dimensão biológica da parentalidade, assegurando sua construção identitária e subjetiva” (Queiroz e Passos, 2012, p.21).

Do ponto de vista jurídico, é direito da criança a convivência familiar, quer seja em uma família biológica ou família substituta¹². Segundo Élio Braz Mendes, Juiz da 2ª Vara da Infância do TJPE: “Este principio da filiação afetiva é superior à condição da filiação

¹² A família substituta é aquela que por exceção vem exercer o poder familiar pela ausência da família biológica ou sócioafetiva, através da guarda, da tutela ou adoção (Mendes, 2012, p.193)

natural¹³” (2012, p.189); observamos, nesse sentido, que o Judiciário prioriza a convivência familiar, mas, com efeito, entende que esta é caracterizada pelo vínculo afetivo e não somente pelos laços sanguíneos. Portanto, é possível decretar a destituição do poder da família de origem, rompendo com o antigo estado de filiação, para garantir à criança, a filiação em outra família capaz de fornecer-lhe um ambiente saudável para seu desenvolvimento.

Todavia, essa passagem não se dá sem consequências psicossociais, o que requer uma preparação, atenção e cuidado com a criança no momento do desacolhimento conforme reza o ECA, no Artigo 28, parágrafo 5º, ou seja:

A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar. (Lei 12010 de 2009)

No entanto, apesar de estar previsto na lei e da preocupação dos órgãos competentes, alguns autores como Peiter (2011) e Guimarães (2010), apontam que o acompanhamento dessas crianças ainda se mostra deficitário e incipiente na maior parte do Brasil.

Assim, gostaríamos de ressaltar a importância dessa etapa de transição da Instituição para a família adotiva, visto que, coloca a criança frente a angústias de separação e ao desafio de constituir novos vínculos familiares. Melhor dizendo, ao mesmo tempo em que se dá a alegria frente à possibilidade de uma nova família, implica separações, rompimentos e luto; a criança mais uma vez será lançada ao desconhecido, irá morar com aqueles que serão seus novos pais, mas, ao custo do abandono daqueles que até o momento eram sua “família” envolvendo a de origem, os cuidadores, os amigos da instituição, a escola e, por vezes, até a cidade ou o país quando a adoção requer deslocamentos físicos.

Por sua vez, os cuidadores e terapeutas têm por função sustentar a criança na passagem da família de origem à Casa de Acolhimento e à família substituta, favorecendo a elaboração do luto pela separação, permitindo à criança a construção de novos investimentos afetivos, como destaca Peiter (2011). Exercer tal função implica um preparo profissional adequado, requerendo treinamentos específicos.

Rico e Mila foram acompanhados por Silva (2011) durante os cinco meses que compreenderam o período final de acolhimento na Instituição, o de destituição familiar e o estágio de convivência na família adotiva, o qual buscava entender os sentimentos das

¹³ Entende-se por família natural, segundo a Constituição Federal, a comunidade formada pelos pais ou qualquer um deles e seus descendentes (Mendes, 2012, p.191).

crianças e as expectativas em relação aos futuros pais. Pedia que elas imaginassem os novos pais e a nova casa, bem como a família e a possibilidade de uma mudança para uma cidade diferente. As crianças já tinham expectativas de serem adotadas, principalmente Rico, ao deduzir que, por já estarem acolhidos há bastante tempo, o passo seguinte seria a adoção, como ocorreu com um primo seu, de idade equivalente, que passou pela mesma instituição. Tal procedimento facilitou, segundo Silva, a liberação de fantasias e desejos quanto aos futuros pais.

Consta, no relato da pesquisadora, que Mila acatou prontamente a ideia da adoção respondendo: “*Sim, né Rico?*” Rico confirmou o desejo da irmã, mas impôs a condição de aceitar, se fossem juntos para uma mesma família; acenando com a preocupação de não se separar da irmã, apelando para que se encontrasse uma família que adotasse os dois. Ele criava histórias e sonhava com a ida dos dois para uma “*boa família*” (Silva, p.100), mostrava-se curioso com os novos pais, querendo saber como eles eram e de onde viriam. Mencionava saber falar três línguas: português, inglês e italiano, e pronunciava palavras em inglês “*new*” e em italiano como “*passione*”. Vale ressaltar que, nessa época, fazia sucesso uma novela - *Passione* - cujos protagonistas eram italianos. Com isso, Rico conotava a sua disponibilidade em se adequar a qualquer ambiente que o acolhesse independente da língua, ao mesmo tempo em que ele sinalizava para a mudança da língua materna.

Rico tinha uma paixão por animais: vacas, porcos, cavalos; desejava ter uma fazenda e gostava bastante de desenhar, ainda que sua preferência fosse copiar a fazê-los livremente. Mila, ainda se encontrava na fase da garatuja (Anexo A), era comunicativa e apresentava grande interesse em maquiagens. Em todos os encontros pedia, com frequência, produtos de maquiagem, principalmente batons, como pode ser observado nos fragmentos a seguir: “*Tia Carol, tu tem batom? Me dá um Baton? [...] Tia Carol, tu tens batom na tua bolsa?*” (Silva, p. 100), Quando a pesquisadora dizia não tê-lo, ela retrucava, dizendo: “*tem sim, me dá? E sorria..*”. Gostava de mostrar seus pertences: mochila, chupeta, remédio do nariz, bolsa, batons e esmaltes; sempre que podia carregava-os com ela. Além do mais, a bolsa, o baton e a cor do esmalte de Silva, também lhe exerciam grande fascínio.

Foram somente quatro encontros de preparação para adoção; no último, já para o encaminhamento, as crianças se mostraram bastante ansiosas e impacientes, pois não desejavam continuar na Instituição, queriam morar logo com a nova família e reclamaram não mais aguentar morar lá. A ansiedade de Rico repercutiu na vida escolar, pois ficou bastante apreensivo quanto à possibilidade da família não se interessar por eles. Mila, no entanto,

continuava falante e tranquila. Ao término dessa primeira fase, as crianças foram consideradas “aptas” para o encontro com a possível família substituta (Silva, 2010). Entretanto, observa-se no relato da pesquisadora que todo processo de preparação foi direcionado para a expectativa das crianças quanto à família adotiva, e nada consta sobre o desligamento da família de origem.

Antes de prosseguirmos com o detalhamento da história do casal candidato à adoção, gostaríamos de tecer algumas considerações sobre o discutível termo: “adotabilidade”, ou seja, a condição de algumas crianças de serem adotadas. Peiter (2011), ao pesquisar sobre os cuidados psicológicos com a criança, faz referencia ao trabalho avaliativo, que busca determinar a disponibilidade psíquica desta para ingressar em novos vínculos familiares. Do ponto de vista de Alvarenga (2012, p.180), é necessária certa cautela quanto aos instrumentos que apontem para perigos ou riscos, uma vez que, a “ênfase nos riscos e a caracterização de sintomas sob o rótulo de uma psicopatologia da adoção” tendem a reforçar o preconceito.

Berger (2008), a partir do seu trabalho como Chefe do Departamento de Psiquiatria Infantil do Hospital de Saint-Etienne (Loire) e dos seus estudos sobre a patologia dos traumatismos relacionais precoces, chama atenção para as crianças em situação de “risco”, ou seja, aquelas que foram submetidas a traumatismos repetitivos¹⁴, via de regra por parte daqueles que deveriam protegê-las: os pais. Conforme o autor, está incluído no quadro de crianças em situação de risco aquelas que sofreram violência, negligência, abusos, maus-tratos, aquelas expostas a ambientes inadequados e/ou a longos períodos em berçários ou “espaços” com poucos cuidadores, enfim, crianças que nos seus primeiros dois anos de vida, tenham passado por longo tempo de privação da relação com o outro, ou, longo tempo submetidas a uma relação individual.

Ainda conforme o mesmo autor, a gravidade dos problemas em consequência desse tipo de traumatismo é subestimada e, por vezes desconhecida por muitos profissionais. É uma patologia específica que se exterioriza sob a forma de “*quinté perdant*” (alguém que se vê como perdedor), podendo evoluir eventualmente para uma deficiência intelectual, hiperatividade associada a dificuldades de atenção, severos problemas de apego dos mais variados tipos: desorganização-desorientação, problemas psiquiátricos, e uma violência patológica extrema com ou sem fugas compulsivas (Berger, 2008, p. 14). Para ele, esses

¹⁴ Segundo Berger, não existe uma, mas diferentes espécies de traumatismos repetitivos, a violência, o abuso sexual, as negligências graves, o abandono dos pais, a exposição à violência ou a cenas sexuais familiares, a implicação na loucura parental ou nas relações perversas, uma sedução narcísica (que impeça a criança de se prender nas relações com o outro, pela não satisfação das necessidades afetivas mínimas e sua necessidade de segurança), etc. (2008, p.18).

problemas são encontrados na maioria dos sujeitos e identificados como casos graves, geralmente fixados em idade precoces (antes dos 2 anos). Nesse contexto, a mudança de ambiente ou de família não será suficiente para a reversão do problema, é necessário submeter a criança a longos tratamentos psiquiátricos ou psicológicos, com a ressalva de resultados incertos, uma vez que, tais problemas, por si só fazem obstáculo ao tratamento. Isso porque toda tentativa de relação ou ajuda empreendida pelo adulto em direção à criança, irá evocar às primeiras relações vividas, ou seja, as relações primárias com os genitores, desencadeando na criança uma defesa sob a forma de “ataque sistemático” a toda e qualquer tentativa de laço ou vínculo. (Berger, 2008, p. 14).

O trabalho de Berger aponta para a extrema dificuldade de algumas crianças de se filiarem a novos pais, ou, até mesmo a impossibilidade de construir novos vínculos. Há assim, uma inadotabilidade psíquica em decorrência do aprisionamento às situações angustiantes do passado. A aposta seria, então, no cuidado, como capaz de inscrever novas experiências, libertando a criança de um destino de repetição do passado.

Winnicott (1956) ressalta a importância da inter-relação mãe-bebê, denominado por ele como Preocupação Materna Primária. Trata-se de um estado “especial” desenvolvido pela mãe, que fornece “um *setting* no qual a constituição do bebê pode se mostrar, suas tendências de desenvolvimento podem começar a se revelar, e o bebê pode experimentar um movimento espontâneo e dominar as sensações apropriadas a esta fase inicial da vida” (Winnicott, 1956, p.495). O bebê então é sustentado a partir de um ato físico, do acolhimento das necessidades ou, nas palavras de Winnicott, através do *holding*, descrito por ele, como a capacidade materna empática e intuitiva de comunicação, que ocorre silenciosamente entre mãe e bebê. O *holding* permite à criança um sentimento de integração em si mesmo, possibilitando aos poucos uma diferenciação do mundo. Quando a função *holding* constantemente é falha, pode provocar no bebê um desconforto de tamanha intensidade que causará “angústias inimagináveis de aniquilamento”, semelhantes às vivências de desintegração. Razão pela qual Winnicott (1953) observa que, nos casos de adoção, melhor seria que a família adotiva assumisse os cuidados nos primeiros estágios do desenvolvimento, preferencialmente logo após o nascimento. Segundo o autor, uma perturbação ambiental complicaria estágios muito iniciais do desenvolvimento emocional, quando o ego ainda é muito incipiente para lidar com a tensão que isso representa.

Levinzon (2009), comentando Winnicott observa que, mesmo quando há um fracasso da mãe biológica no estado de “preocupação materna primária” e na capacidade de *holding*, a

criança ainda poderá restaurar a sua tendência inata ao desenvolvimento, desde que tais cuidados sejam efetivados pela mãe substituta e/ou pela mãe adotiva. Alerta, entretanto, que quanto mais tempo durar o espaço entre a vivência com a genitora e o vínculo com a mãe adotiva, mais danosos, serão os efeitos no psiquismo da criança.

Esse processo embora complexo, não está destinado ao fracasso, uma vez que, a situação ambiental que se segue pode oferecer um ambiente de sustentação (*holding*) adequado, de modo que a marca registrada passa a ser sentida apenas como uma cicatriz. Algumas vezes, no entanto, encontramos em algumas pessoas marcas relativas ao processo de adoção que funcionam como verdadeiras feridas abertas. (Levinzon, 2009, p.37)

Sobre isso, Penot (2010) num artigo sugestivo, intitulado *Quando a adoção transforma origem em armadilha* acrescenta que, em muitos casos, quando o fantasma dos pais adotivos é negativo com relação à origem da criança, acarreta um efeito desastroso com relação ao narcisismo desta criança. “Tudo acontece como se a representação negativa que esses jovens fazem de si próprios tivesse sua origem nas ideias negativas que seus adotantes fizeram, defensivamente, a respeito dos genitores desconhecidos” (p.139). Penot realça a importância do narcisismo primário freudiano, em que a instância narcísica está ligada àquelas primeiras interações e mensagens emitidas pelos pais, e condicionam, em parte, o narcisismo secundário. O déficit narcísico primário apareceria então, como determinante de algumas patologias da adolescência, mais precisamente, quando o remanejamento pubertário coloca à prova a instância narcísica primeira, fragilizada por defesas imaginárias dos pais adotivos, como refere Penot (2010, p.141), o que favoreceria “sintomatologias comportamentais”, consideradas como de “caráter difícil” ou de “personagens limítrofes com despersonalização”. Nas situações clínicas, é frequente observar que uma das dificuldades subjetivas está nos preconceitos mantidos vivos pelos pais adotivos.

Hamad (2010) ressalva que a criança adotiva não é uma criança com dificuldades específicas, pois o mais traumático não é o abandono e sim como ele se dá. Mesmo assim, considerando os trabalhos de Penot e os estudos comparativos entre anglo-saxões, Hamad (2010) reconhece algumas características da criança adotiva identificadas em casos de fracassos na adoção. Comenta ele:

Quanto mais cedo a criança é adotada, menos problemas ela apresenta; quanto mais o meio adotivo oferece um acolhimento caloroso e uma estabilidade na vida do casal e na vida familiar, mais pode estabilizar a criança em sua vida afetiva e social; a adolescência aparece como um momento difícil para muitos jovens adotivos. Essas dificuldades tendem a se agravar pelo fato de que os pais adotivos veem nisso um ressurgimento do desconhecido ligado à história da

origem da criança; e, um quarto ponto, pouco lembrado, parece primordial; ele diz respeito ao sofrimento da criança antes da adoção. (p.94)

Para o autor, síndrome de hospitalismo grave, fechamento autístico ou as perturbações profundas da relação, não nos dá condições para avaliar com precisão as consequências desse sofrimento sobre o futuro das crianças. Assim é possível afirmar que a fragilidade e a má qualidade do acolhimento pelos pais adotivos podem agravar esse estado.

Desse modo, todos os autores acima indicados são unânimes quanto à atenção aos cuidados maternos primários, no sentido de prevenir distúrbios psíquicos. Como Levinzon (2009), recomenda-se que a prevenção de tais distúrbios seja uma preocupação das instituições jurídicas que cuidam da adoção, no sentido de reduzir o tempo entre a separação da mãe biológica e o acolhimento dos pais adotivos. Para tanto, é necessário capacitar os profissionais envolvidos, no sentido de saberem reconhecer as crianças vítimas de maus tratos e as sequelas decorrentes.

2.3. A HISTÓRIA DO CASAL E SEU DESEJO DE ADOTAR

O casal pretendente à adoção estava habilitado há cinco anos. Havia seis anos que estavam inscritos em uma lista de espera. Desejavam adotar uma criança negra, de até um ano de idade e sem nenhuma deficiência; não tinham preferência quanto ao sexo, “aceitavam irmãos, desde que fossem gêmeos e bebês” (Silva, p.54). A mudança do perfil da criança foi motivada pelo longo tempo de espera, e, após um curso realizado na comarca de sua cidade, resolveram então, mudar o perfil da criança pretendida e “concordaram com a adoção de dois irmãos maiores” (Silva, p. 54), no caso, Rico e Mila¹⁵.

Vale salientar que o tempo de espera por um filho adotivo, no Brasil, pode ser longo, o que costuma gerar desconforto em grande parte dos candidatos; muitos não entendem a necessidade de um processo de avaliação. No entanto, sabemos que tais cuidados aumentam a possibilidade de sucesso na adoção. A esse propósito, as varas da Infância e da Juventude dispõem de assistentes sociais e psicólogos, objetivando conhecer os reais motivos do desejo de adoção. Enquanto tais motivos não são analisados pela equipe técnica, e considerados pelo juiz, o casal permanece na fila de espera. Somente depois da audiência, o casal é habilitado para adoção, razão pela qual o tempo de espera não coincide com o tempo de habilitação.

¹⁵ Nos relatos da pesquisadora não constam referências sobre o teor desse curso que produziu a mudança do perfil da criança pretendida.

O cuidado na avaliação está previsto na Legislação Brasileira sobre a Adoção, na medida em que realça os direitos e a proteção da criança e do adolescente, colocando a necessidade da criança, acima dos interesses das famílias candidatas à adoção. O artigo 43º do ECA, deixa claro essa posição, ao afirmar que: “a adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotante e fundar-se em motivos legítimos”.

O casal candidato à adoção em questão, estava casado há 23 anos. Luz tinha 49 anos de idade e era funcionária pública, Juca estava na época com 52 anos e se encontrava aposentado. Durante longo tempo (aproximadamente 17 anos), não desejaram filhos devido ao tipo de trabalho de Juca. Isto é, a atividade profissional o mantinha afastado de casa, por longos períodos, primeiro por trabalhar em construções de estradas, e depois por ser caminhoneiro.

A ideia da adoção partiu do marido, após uma cirurgia da coluna, que o obrigou a ficar mais em casa em função do gozo do benefício, inclusive esta foi a razão de sua aposentadoria. Antes, porém, já havia sido identificado como portador de um quadro de oligospermia, ou seja, uma diminuição acentuada dos espermatozoides no sêmen. Mesmo assim, nunca cogitaram a possibilidade de se submeterem a um procedimento de inseminação artificial. Segundo Silva (2011), o casal pouco informa a respeito dessas questões, mostrando-se mais introspectivo e silencioso.

Para Luz, era impensável a ideia de um filho, considerando as frequentes viagens do marido, como é possível observar nos seus depoimentos:

Eu nunca tinha pensado em ter filhos, porque Juca viaja muito...aí, depois né Carol?¹⁶A princípio eu, né? Não tinha nunca pensado na ideia da adoção, porque o Juca viaja muito, não era presente em casa, era caminhoneiro, trabalhava na construção de estradas, ele vinha, ficava um, dois, três dias em casa e viajava de novo por um mês, dois meses. Era complicado para mim[...]Eu não tinha estrutura para criar um filho sozinha, entendeu?Eu sou muito assim, apegada...Para mim foi muito difícil essa fase... Não houve um dia sequer que ele não fosse viajar, que ele saía e, eu não ficasse chorando [...] Então, ahã... Eu pensava, mas não pensava com aquela convicção, sabe? Que é isso que eu quero. Né, Carol? Sabe eu não tinha [...]Aí depois... depois que ele sofreu cirurgia, daí que ele começou a ficar mais em casa. [...] Ele parou... também né, a gente vai ficando mais velho...Vai amadurecendo, a gente vai

¹⁶ Referência a pesquisadora Carolina Lemos da Silva.

amadurecendo, vai tendo aquele desejo de família[...] a ideia partiu de Juca de “quem sabe a gente adota, né? E a princípio eu não tinha pensado nisso [...] aí ele... Eu comecei a pensar na ideia, porque pelo fato da família, porque daí ele, a gente ia poder ficar juntos... Entendeu? Ajudar nisso... Entendeu?”. (Sic Luz)¹⁷

É importante destacar que apesar de Luz não sentir-se segura para criar um filho sozinha, sustenta um lugar de passagem para outros filhos, uma vez que, ao longo de sua vida de casada, criou vários sobrinhos. A primeira foi sua sobrinha, que ficava mais em casa nos finais de semana; depois, criou um sobrinho do marido, que foi morar com eles com a idade de nove anos, ficando com a família, até seus vinte e poucos anos. Na época da adoção, ele não residia mais com o casal há dois anos. No período das entrevistas, outra sobrinha morava com eles – ela já estava há seis meses na casa, tinha 24 anos e Luz a descrevia como adulta e independente. Trabalhava fora em período integral e o trato diário com ela era tranquilo.

A convivência do casal com essas “adoções” familiares se dava de forma muito tranquila, isso porque, já havia outras experiências na família extensa de adoções de crianças maiores. A mãe de Luz teve, ao todo, nove filhos biológicos, um deles faleceu quando tinha apenas um ano e meio de idade, era uma menina. Além dos filhos biológicos, havia ainda dois filhos adotivos, eram afilhados de sua mãe e foram adotados após a morte da genitora. Eles eram irmãos e entraram para a família em períodos diferentes: a primeira foi a caçula, quando tinha apenas dois anos de idade, na época do falecimento da mãe; o mais velho, que na época em que a mãe morreu, estava com seis anos, foi primeiro morar com o pai, mas não se adaptou bem à convivência com a madrasta, motivo que o levou a ser adotado por sua mãe.

Juca vinha de uma grande família e seus pais também tiveram muitos filhos: foram doze ao todo. Ainda que fossem muitos, havia época em que além de seus irmãos, moravam com eles outros de criação. Lembrou ainda, que sua avó criou alguns filhos de “forma adotiva” (Silva, p.106), embora não soubesse precisar quantos. Luz aproveitou o relato do marido para acrescentar: *“A nossa família é grande, né Carol? Nossa família é um montão”* (p.106). Juca, logo após, retoma a palavra, abordando os vários relacionamentos de seu avô paterno:

“meu avô paterno, teve 3 esposas, tudo ele tinha ao mesmo tempo. Não contavam muito sobre isso, mas tem 10 filhos do casamento legítimo com a minha avó, que são dez

¹⁷ Todos os relatos foram retirados da Dissertação de Mestrado de Carolina Lemos da Silva.

irmãos do meu pai...mais dois de um outro por fora, e mais três de outro por fora também. Ai, são 15 irmãos.” (Sic)

Diante do que foi exposto pelo casal, em relação às várias “adoções” familiares, podemos considerar que a própria configuração da família se mostrou facilitadora à adoção de crianças maiores, mesmo que, de início, não fosse o desejo de Juca e Luz. A esse propósito, sabemos que, muitos casais que procuram um filho por adoção, têm na família outros casos de adoções e, aqueles que optam por uma adoção de criança maior, por sua vez, possuem no meio familiar outras experiências similares. Nesse caso, em particular, podemos observar que, inicialmente houve uma atitude adotiva, repetindo a história familiar. A adoção formal de Rico e Mila legitimou o desejo de ambos de constituir uma família, deixando de ser simplesmente cuidadores de filhos de outros.

O material descrito neste capítulo objetivou acompanhar a trajetória de Rico e Mila, uma história de duas crianças que, mesmo sem saber, nos ofereceram condições para compreendermos um pouco mais das vicissitudes do universo da adoção. Rico e Mila apesar de todo sofrimento, nos ensinam que são capazes de construir novos investimentos afetivos.

A adoção nos convida a entrar em contato com aspectos fundamentais da experiência constitutiva de cada ser, como bem refere Catafesta¹⁸ (2009), se considerar todas as repercussões sociais que o tema suscita, a adoção nos coloca frente a algumas questões básicas do ser humano, a saber: o sentimento de pertencer, o de sentir-se incluído em um grupo e de construir uma família.

Contudo, o vínculo familiar não se constrói facilmente, como poderemos observar no capítulo a seguir. A dinâmica que envolve os encontros põe em relevo conteúdos traumáticos relacionados a: medos, fracassos e feridas narcísicas. Nos casos, como os de Juca, podemos pensar no quanto a esterilidade se inscreve como uma ferida narcísica, que o leva, muitas vezes, a revivências de angústias anteriores. Portanto, são conteúdos instigantes, que nos convocam a refletir sobre os efeitos dos laços anteriores na filiação adotiva.

¹⁸ Mota Catafesta, I. F.; prefácio do livro de Levinzon (2009 a), intitulado: A criança adotiva na psicoterapia psicanalítica.

CAPÍTULO 3

O PERÍODO DE CONVIVÊNCIA: UM DESAFIO À ADOÇÃO

O período ou estágio de convivência do adotado ao novo lar propicia condições de conhecimento mútuo e uma adaptação da criança na nova família, ao mesmo tempo em que se consolida a decisão da adoção. Para o Poder Judiciário, o estágio de convivência é um período avaliativo quanto “às condições necessárias ao exercício da guarda, do sustento e da educação” (Mendes, 2012, p.201); o apoio da equipe interprofissional (psicólogos, assistentes sociais etc.), fornece subsídios para a decisão judicial. É previsto no novo Estatuto do Menor lei nº 8.069/90, Art. 46, e na lei nº 12.010/2009, § 4º, que reza o seguinte:

A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, observada as peculiaridades do caso.

§4º O estágio de convivência será acompanhado pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política de garantia do direito à convivência familiar, que apresentarão relatório minucioso acerca da convivência do deferimento da medida.

Para Carvalho (2009), o estágio de convivência pelo prazo que o juiz fixar é fundamental para verificar se a criança adotada adaptou-se à família e, para saber se os adotantes, realmente se encontram preparados para assumir a criança como filho. Do seu ponto de vista, essa etapa é “imprescindível para demonstrar a convivência do deferimento do vínculo” (p.134), devendo ser acompanhada por profissionais especializados que, ao final do estágio de convivência, apresentará um relatório de estudo psicossocial, onde deve espelhar a situação vivida pela família, no intuito de subsidiar a decisão do magistrado.

A importância dessa fase é revelada no estudo apresentado por Silva, cuja riqueza de conteúdo nos permitiu proceder a uma análise dos aspectos psicossociais implicados no processo de transição. Nosso propósito, neste capítulo, é justamente proceder a essa análise. Relembrando: foram cinco meses de estágio de convivência, com 10 encontros da psicóloga pesquisadora. O que discorreremos a seguir refere-se justamente a esses 10 encontros.

Discutiremos sobre a construção dos laços afetivos, as regressões e projeções que colocam à prova a filiação. Nosso propósito é entender a repercussão das vivências anteriores na nova família. Para tanto, tomaremos para a análise as falas e os depoimentos dos sujeitos da pesquisa, no decorrer do período do estágio de convivência. Nesse contexto, destacaremos:

o endereçamento ao lugar materno, as imagens parentais e a mudança de perfil desejado de filhos, por parte dos adotantes, e consequentes repercussões na nova família.

O acompanhamento das crianças no estágio de convivência nos permite evidenciar não só a complexidade de alguns momentos vividos pelas crianças, mas principalmente vê-las nascer como filhos na família adotiva, ou seja, “*em estado nascente*”¹⁹, expressão de Melanie Klein para designar o romance familiar que se elabora, tomado aqui, no sentido do novo nascimento operado pela adoção. São situações que portam, em sua essência, o sofrimento de uma ruptura, evocando um processo de luto. Ozoux-Teffaine (1987, p.207) destaca que não é fácil precisar se o processo de **luto** das figuras de apego originárias se efetuiu realmente, para permitir à criança investir nas novas representações imaginárias. Sabemos, nesse sentido, que nem sempre a informação ou a intervenção realizada pelo trabalho interdisciplinar da equipe judiciária e pelos voluntários e/ou profissionais ligados às instituições são suficientes e efetivas para influenciar na elaboração fantasmática do laço originário da criança; daí pensarmos no período de convivência como um verdadeiro desafio à adoção.

Se, por um lado, temos crianças que precisam se desligar das antigas figuras parentais para investir em novos laços familiares; por outro, temos um casal que deve fazer o luto de suas próprias crianças imaginárias para adotar a criança que lhe foi proposta. Esse trabalho de luto precisa ser concomitante para que se efetue uma mudança interior, favorecendo a inserção da entrada da criança real e do novo casal parental. Condição, a nosso ver, fundamental para a filiação e para o enfrentamento das possíveis dificuldades surgidas na formação do vínculo familiar. Faremos isso considerando a literatura vigente, especialmente quanto à adoção de crianças maiores.

A inserção de um novo membro na família adotante altera a antiga dinâmica familiar, instalando-se por vezes, situações de crise, que tendem a pôr em risco a construção de novos vínculos. Tais “crises” são provocadas por despertar uma intensa resposta emotiva, que parece provir não somente de um passado, mas também, de um presente muito imediato, como refere Berenstein (2011). Por outro lado, mostra-nos a dinâmica de um novo devir, e da possibilidade de um “fazer entre”.

¹⁹ < In statu nascendi> Expressão de Melanie Klein comentada por Teffaine (1987, p.40).

3.1. CONTRUINDO OS LAÇOS

O primeiro encontro de Juca e Luz com Mila e Rico se deu na Casa de Acolhimento. Inicialmente, Rico e Mila se encontravam bastante quietos, apresentando um comportamento mais de observação. Aos poucos, eles foram se soltando, Mila foi a primeira a se aproximar, perguntando a Luz se ela tinha batom; em seguida, convidou o casal para ir ao seu quarto olhar suas “*coisas*”: vestidos, batons, roupas e remédios. Rico, a exemplo de Mila, fez o mesmo: mostrou seus cadernos e expressou seu gosto por estudos. Nota-se aí, o movimento das crianças para estabelecer algum laço. Essa demanda de batom, por Mila, repetindo o que ocorria nos encontros com Silva, pode ser entendida como uma primeira demanda de amor e de reconhecimento não só do feminino, mas também daquilo que valoriza e gosta. Já Rico quer impressionar pelo saber, o que não é a mesma coisa de estar bem nos estudos, aspecto que naquele momento Rico apresentava dificuldades decorrentes de sua ansiedade.

O comportamento observado nas crianças com relação ao casal, de aparente facilidade e rapidez no estabelecimento da relação, é comum a elas quando recebem visitas de candidatos. Isso expressa o quanto as crianças estão sedentas em ligar-se afetivamente a uma nova família. Para Oxoux-Teffaine (1987), esse momento é caracterizado pela busca de um contato corporal e desejo de um recomeço. Sobre essa questão, convém ressaltar que o papel da instituição é fundamental no ajuste desses anseios, pois ela não representa uma transição na vida dessas crianças; a instituição deve funcionar como um porto seguro, dando às crianças os recursos psicossociais necessários para o seu desenvolvimento, independentemente da alternativa da adoção, que poderá vir ou não. Isso minimiza as ansiedades das crianças por um lar.

Luz, em atenção ao comportamento das crianças, olhou o material que lhe foi mostrado e aproveitou para se inserir na conversa através de assuntos pertinentes à vida escolar. Mila, mais falante, contou que ia para a escolinha de ônibus com o irmão, queixando-se que ele não a deixava levar as passagens. Rico retrucou, dizendo que não a deixava levar, porque ela poderia perdê-las; contou ainda, que fazia aula de Capoeira e que estava fazendo a catequese. Os irmãos demonstravam, segundo Silva (2011), entrosamento e companheirismo entre eles.

Rico ocupava uma posição de *cuidador* em relação à irmã. Talvez aqui, devêssemos lembrar que, ao ser encontrado pelo Conselho Tutelar, o comportamento descrito na época, foi o de uma criança que assumia uma posição de proteção à irmã. Comportamento que se

estendeu ao longo do período em que estavam abrigados na Casa de Acolhimento; observamos ainda, a preocupação apontada por Rico, ao tomar conhecimento da destituição do Poder Familiar, no sentido de encontrar uma família que acolhesse a fratria; o que nos fez supor, na ausência materna, – e aqui nos referimos ao período que ele ainda convivia com a genitora –, que Rico precisou assumir os cuidados da irmã. E, assim sendo, podemos pensar que Mila apresentava mais facilidade no contato com o outro, talvez, porque seu “abandono” foi suprido um pouco pela atitude do irmão que sempre estava pronto para defendê-la e protegê-la, o mesmo não pode se dizer de Rico, que viveu o abandono em diferentes fases: primeiro o abandono da mãe, segundo a separação com sua ida à Casa de Acolhimento, depois o abandono da madrinha, e, pela segunda vez, o abandono da mãe. Ainda, que consideremos que cada criança apresenta um nível de sensibilidade próprio à experiência de separação e privação (Levinzon, 2009), além da capacidade de algumas crianças, em se ligar mais facilmente a outros vínculos, nas adoções em questão isso fica evidente.

Nesse primeiro contato do casal com as crianças, Luz foi a que demonstrou maior facilidade no entrosamento. Juca permanecia mais calado, ainda que, tenha sido possível perceber uma maior interação com Mila. É interessante observar que foram as crianças que tomaram a iniciativa para interagir com o casal: comentando o que faziam ou estudavam, mostrando seus pertences, os lugares que ocupavam na instituição (quartos e sala de brinquedos).

Quando estavam na sala de brinquedos, as crianças aproveitaram para fazer alguns desenhos. Juca, ainda ao lado de Mila, ajudou-a em sua produção gráfica, enquanto Luz, tecia elogios aos desenhos realizados por Rico. Ao término desse encontro, Juca e Luz perguntaram às crianças se gostariam de passar um final de semana com eles, o que elas concordaram. Na despedida, Luz disse sorrindo: “*aí meu Deus, são meus Bombons!*” (sic). Esse primeiro encontro conota uma aproximação positiva em relação à adoção, ou seja, fica implícita uma demanda de amor que foi acolhida pelos adotantes e revelam o impacto vivido pelo casal ante a possibilidade dos seus possíveis filhos. Observa-se também que, paradoxalmente ao mesmo tempo em que demanda uma adoção, temem não serem adotados pelas crianças. Há um jogo de sedução também por parte dos pais, mais especificamente com relação a Luz.

Na data marcada e autorizada pelo judiciário, Juca e Luz buscaram as crianças para passar o final de semana na casa de campo da família, que ficava em uma cidade próxima da instituição. Do segundo encontro, decorreu o pedido da guarda provisória com o processo de desacolhimento institucional, encaminhamento à família substituta e estágio de convivência.

Rico e Mila ainda permaneceram na instituição por mais uma semana, antes de serem efetivamente levados para morar com o casal, que residia em outra cidade.

No dia da saída das crianças da instituição, Carolina Silva²⁰ teve o cuidado de intermediar essa saída e entrada na família substituta. Chegou antes à Casa de Acolhimento e ao encontrar Rico, perguntou: “*Vamos para casa?*” a resposta dele foi enfática: “*Vamô!*”. No momento em que Juca estacionava o carro, Mila correu gritando: “*Tia Luzzz!*”. Luz de imediato respondeu: “*Oi! Ah! Que linda, então já estava com as malas prontas esperando? É, que legal, que gostoso, amada, ai senti muitas saudades...*” Rico observava tudo de dentro da instituição. (Silva, p.102).

Enquanto transportavam as bagagens para o carro, Carolina Silva aproveitou para ter uma última conversa com Rico. O assunto abordado foi em relação às mudanças que provavelmente ocorreriam no seu dia a dia, ou seja, a mudança de rotina, a cooperação que precisaria haver com a nova família, entre outras questões de ordem prática. Procurou ainda, tranquilizá-lo dizendo que, aos poucos, ele iria se acostumar com a nova família e gradativamente iria se sentir filho... E poder chamá-los, de pai e mãe. Rico retrucou: “*Já?!*” com espanto. O que fez Carolina Silva retroceder e explicar que seria um processo e só ocorreria quando ele se sentisse preparado, acostumado com a ideia e, quando ele quisesse chamá-los dessa forma. Essa intervenção o tranquilizou, como pode ser notado pela resposta dada por ele: “*Ah, até eu me acostumar!*” (Silva, p.102).

Apesar do desejo de Rico de ter uma família, era difícil para ele identificar, de pronto, as figuras parentais, naquele casal. Como sabemos, é necessário um tempo, para que a criança possa incorporar simbolicamente os pais adotivos e, como refere Ozoux-Teffaine (1987) fazer em si uma nova imagem de pai e mãe. A forma abordada por Carolina Silva parece ter mobilizado e confrontado Rico com uma realidade dolorosa, – a de anular toda a sua origem, o que não ocorre sem sofrimento –, e a de aceitar rapidamente “estranhos” como seus pais.

O momento da passagem da instituição à família adotiva, principalmente em relação a crianças maiores, é particularmente delicado, pois consolida a separação em definitivo da criança com a genitora e o seu passado. Daí entendermos que a condução dessa passagem deve ser cuidadosa e acompanhada por profissionais habilitados, que possam ajudá-las na reconstrução interna da história familiar. Para Ozoux-Teffaine (1987), a reconstrução de uma nova história só será possível a partir dos fragmentos inconscientes da própria história do sujeito.

²⁰ Optamos por chamar a pesquisadora pelo primeiro nome para facilitar a leitura, uma vez que, tanto os pais adotantes, quanto as crianças, se endereçam a pesquisadora pelo seu primeiro nome.

É possível perceber, que para Mila estava sendo mais fácil essa passagem e acompanhada de uma ansiedade natural; talvez, sua pouca idade tenha lhe possibilitado deslizar de uma realidade a outra. Carolina Silva lhe pergunta se estava feliz com a mudança e a viagem, e ela sem responder, pede que pegue sua mochila. Mila ainda ajudou Luz e Juca no transporte de suas coisas, gritando: *“Dá aqui que eu levo”*. Mila demonstra estar bastante mobilizada para sair da instituição e conhecer sua nova casa. Esse momento da mudança e da viagem foi muito significativo, no sentido das trocas que se estabeleceram entre adotante e adotado. Rico conseguiu interagir mais com Luz, aproximando-se dela para comentar: “Eu levei a metade do roupeiro”. Ratificado por Juca por um sonoro “É” (Silva, p.103). Luz, por sua vez, parecia bem mais receptiva, não só ajudando no transporte da bagagem das crianças, como expressando uma expectativa positiva com a ida das crianças para sua casa; chamou, em algum momento, Mila de filha, e Rico de filho; com entusiasmo, exclamou: “vamos ser muito feliz! Vamos ser muito felizes...” Ratificado por Juca (Silva).

É interessante, nessa passagem, o comentário feito por Rico, o de levar a metade do roupeiro, pois, se por um lado refere-se a uma quantidade significativa de roupas, em relação a outras crianças; por outro, levar a “metade” indica que parte de seus pertences ficarão na instituição, entreando-se aí, uma porta aberta para um possível retorno. O que sugere certo receio e defesa contra possíveis angústias ligadas a experiências de fracasso. Uma saída encontrada sob a forma de uma proteção do próprio aparelho psíquico, visto que, ele já havia passado por uma experiência anterior de “devolução”.

Luz se coloca num lugar materno, endereçando a eles o lugar de filhos. Parece que as demandas das crianças a ela, como a feita por Rico, pedindo que o acompanhasse ao quarto (pois havia esquecido seu casaco vermelho), mobilizava nela atitudes de cuidado. Sua expectativa de felicidade junto com as crianças já indica sua posição fantasmática de família. Tomaremos aqui, de empréstimo, as belas palavras de Flavigny: “A história só é pessoal para cada um quando ela está baseada no seu destino. A criança esperada [...] torna ator de sua história [...] apoiada por seus pais”. Na adoção, a história “inscreve o tempo desde uma origem que não é uma data, mas uma força desejante [...] Projeta um futuro criando uma direção” (2012, pp.74-75).

No que concerne a Juca, seu comportamento era mais introspectivo, mostrava-se mais calado, mantendo uma atitude reflexiva e concordava sempre com Luz. Para Carolina Silva, seu comportamento assemelhava-se mais a de um acompanhante, o que demonstra que ela via pouco engajamento dele no processo de adoção. cremos que é preciso ponderar que cada um

dos pais tem seu tempo no ato de adotar, e o que à primeira vista pode ser interpretado como pouco envolvimento. No caso em questão, como veremos mais adiante, pode ser a expressão de uma ponderação. Mila, mais uma vez é quem toma a iniciativa de se aproximar dele, puxando conversa: *“Eu tenho o meu bico!”* ao fazer referência a sua chupeta. Juca respondia de forma brincalhona, mas sem dar muita atenção, *“Ai, ai, mas que barbaridade, tu tens um bico...”* e emenda com comentários ligados ao transporte da mudança das crianças: *“É isso aqui as coisas que vão? Vou começar levar pro carro”* (Silva, p.103). Apesar de não manifestar muito envolvimento, seu semblante é de alegria, demonstrando com isso que buscar as crianças, transportar suas coisas para o carro, estava sendo uma tarefa prazerosa.

Antes de partirem, a psicóloga pesquisadora entregou a eles quatro diários pessoais, para que registrassem: sentimentos, ideias, lembranças, acontecimentos, fotos e desenhos que achassem importantes, acontecidos durante o estágio de convivência. Nos diários havia uma questão norteadora: *“Como estava sendo o processo de tornar-se pai, mãe e filho através da adoção de irmãos maiores?”*. Também foram deixados com a família quatro livros infantis que contam histórias sobre adoção. O clima na despedida era de alegria, euforia e risos. Comenta Silva, que ao saírem era possível ouvir as crianças em coro dizerem: *“tchau, tchau”*, acompanhados de muitos acenos (Silva).

As primeiras anotações do diário de Luz registram o quanto estava feliz com a chegada das crianças, deixando transparecer todo o encantamento vivido naquele momento.

“Estou muito feliz porque chegaram meus filhos. Rico com 10 anos e Mila com 3 anos. Não estava em nossos planos adotar dois, mas como são irmãos, decidimos adotá-los quando os conhecemos, me apaixonei por eles, sua história de companheirismo um com o outro”.

“O Rico é um pouco reservado, não fala muito nem sorri, não é muito receptivo ao carinho, mas acredito que ele vai mudar. A Mila é toda prosa, sorridente e falante, gosta de chamego e muito batom, ela é uma graça de menina, carinhosa, gosta de dançar e cantar o ‘reboleixon’. Estou amando meus filhos e peço a Deus para que eu possa educá-los e fazê-los muito felizes. Que sejam adultos amados, respeitados, honestos, pessoas de boa índole”. (Diário pessoal de Luz)

Convém realçar que as anotações descritas se deram logo no início do estágio de convivência, Luz ainda estava num processo de conhecimento das crianças. Entretanto era possível observar que ela já lhes oferecia um olhar narcisante. Uma inserção fundamental em casos de adoção de crianças maiores, uma vez que oferece um sentido de existência, demovendo-as do estado de abandono, e aqui nos referimos à ausência do olhar de um outro (Peiter, 2011). Essa função especular da mãe é fundamental para a constituição do narcisismo e para o estabelecimento das identificações, como referido por Winnicott (1971[1967]).

O registro em seu diário de que não estava nos planos à adoção de duas crianças, remete-nos à mudança de perfil da criança originalmente desejada. É interessante ressaltar que nos autos do processo eles “aceitavam irmãos, desde que fossem gêmeos e bebês” (Silva, p.54), o que fugia dos planos era o fato de serem crianças maiores.

A decisão da adoção, em decorrência do ter se apaixonado pelas crianças e *pela história de companheirismo um com o outro*, terá sua relevância, como veremos, no decorrer do estágio de convivência, embora não tenhamos dados suficientes para entender o porquê dessa relevância para Luz. O que sabemos, é que sua mãe teve nove filhos. Uma irmã falecera com a idade de um ano e meio. Além dos irmãos biológicos, havia dois adotivos, afilhados de sua mãe, que foram adotados em períodos diferentes. Há um comentário de Luz sobre sua família que pode justificar a relevância dada por ela ao companheirismo. Diz ela que sua “família é um montão”, ou seja, como se fosse um amontoado de gente, de irmãos, que necessariamente não significaria laços de companheirismo, de cumplicidade entre os irmãos. Por outro lado, o que ela refere como companheirismo diz mais respeito à postura de Rico com relação à irmã, ou seja, de cuidar dela.

Por outro lado, Luz comentou que não havia pensado em filhos antes porque o marido trabalhava viajando e ela “não tinha estrutura para criar o filho, sozinha”. O fato de ter filhos companheiros parece que a ajudaria nesta tarefa.

Retomando o estágio de convivência, podemos dizer que é um espaço que proporciona a adotivos e adotados a oportunidade de se exercitarem nesse lugar de pais e filhos, antes da homologação da adoção. Se, por um lado o desejo de ter filhos, ou seja, de filiar uma criança é bem anterior ao ato de adotá-lo, é no estágio de convivência que esse desejo poderá se efetivar ou não. Na adoção de crianças maiores, essa efetivação da filiação também estará condicionada ao desejo das crianças de adotarem novos pais. Essa convivência mobiliza sentimentos contraditórios e ambivalentes decorrentes da existência concomitante de dois

sentimentos antagônicos: fazer o luto da família biológica e, ao mesmo tempo, permitir a entrada de uma nova família.

Para Freud (1986[1920]), em *Além do Princípio do Prazer*, a ambivalência afetiva pode ser entendida pelo dualismo das pulsões no desenvolvimento psíquico da criança. Esse dualismo se dará entre as pulsões de vida e de morte. Ainda, segundo ele, “o próprio amor objetual nos apresenta um segundo exemplo de polaridade semelhante; a existente entre o amor (ou afeição), e o ódio (ou agressividade)” (1920, p.74). Dessa forma, entendemos que o percurso da criança adotiva é marcado alternadamente pelo dualismo de pulsões, principalmente, nos casos de crianças maiores. Realmente, há um confronto da relação parental originária com a que está se estabelecendo. Isso requer da criança desinvestimentos psíquicos em antigos objetos e investimentos em novos objetos. Como observa Ozoux-Teffaine (1987), é necessário um trabalho de conciliação entre as antigas figuras parentais e as novas, o que não é uma tarefa fácil, pois se trata de duas famílias reais, uma que a abandonou, e outra que a elegeu como filha ou filho. Flavigny (2012) enfatiza que isso não significa sentimentos bem definidos nas duas direções, ou seja, rejeição da primeira e aceitação da segunda; o comum é as crianças viverem uma grande confusão de sentimentos em que aceitação e rejeição se manifestam frequentemente.

Para Heidegger, consoante por Zeferino (2012, p.120) o “passado e futuro estão mutuamente entrelaçados no instante presente. O passado não deixa de existir porque passou, pois o que fomos ontem está presente naquilo que somos hoje [...]”, daí a transição para a família adotiva promover o reviver das histórias de vínculos e separações. No que concerne a Rico e Mila, essa imbricação do passado com o presente é observado no decorrer do estágio de convivência; período em que a família passou a ser acompanhada quinzenalmente pela pesquisadora.

Os primeiros encontros da pesquisadora com a família tiveram o propósito de conhecer melhor a história de vida de Juca e Luz já referida no capítulo 2, sobre: *A história do casal e seu desejo de adotar* (ver p.44). Acrescentaremos apenas, que em um desses encontros, Rico fez um desenho (Anexo B) enquanto escutava o relato das histórias familiares dos pais. Antes de iniciar sua produção dobrou a folha ao meio, desenhando sequencialmente: a grama, dois coqueiros (cada qual com dois cocos), um avião entre os coqueiros e um sol na parte superior da folha. Ao término do desenho, riscou por cima de um dos coqueiros e do avião, dobrando a outra borda do papel e assim, transformando seu desenho, num envelope, com o desenho para o lado de fora (Silva, pp.106-107).

Mesmo que não tenhamos aqui o objetivo de analisar as produções gráficas dos participantes da pesquisa, chamou-nos atenção no desenho de Rico, o fato de ele ter desenhado em cada extremidade da folha um coqueiro, cada qual com dois frutos, o que nos remeteu às duas mães e seus frutos (ele e a irmã). O avião em direção ao segundo coqueiro deixa para trás o primeiro, assim como sua história. O que estaria ele expressando ao riscar o primeiro coqueiro? Deixar para trás a primeira família? O importante a realçar é que Rico foi capaz de representar no desenho suas “duas” histórias familiares, ao ouvir seus pais relatarem suas histórias de família.

Entre os livros infantis deixados com as crianças, Rico mostrou bastante interesse no que continha a história: *Joaquim, o rei pinguim*. Trata-se de um livro de Armelle Boy (2006), que versa sobre um pinguim, cujo ovo apareceu inesperadamente em uma fazenda, sem que os animais soubessem de onde teria surgido aquele ovo tão grande. A história se desenrola, a princípio, com o movimento dos animais no sentido de chocar o ovo, até que um dia, nasceu um pinguim. Ele cresceu feliz, vivendo na fazenda, o seu jeito alegrava a todos e era adorado pelos animais. Vivia cercado de amigos, mas havia algo que o atormentava: não era semelhante a nenhum outro animal da fazenda; tinha a pele lisa como a do cachorro, as patas achatadas como as dos patos e o bico longo como os de passarinho, afinal, que animal seria ele? Ante a angústia do pinguim, os animais se uniram para ajudá-lo a descobrir qual era a sua espécie. Para esse fim, procuram na enciclopédia, descobrindo tratar-se de um *Pinguim real*. Joaquim se sentiu muito orgulhoso ao saber que era um rei, e a partir dessa descoberta queria ser reverenciado por todos. No início, todos se divertiam muito com esse comportamento, mas após um tempo, cansados e impacientes pelo excesso de exigência de Joaquim, agravado pelo seu novo desejo: formar um exército para guerrear, os animais resolveram não mais lhe obedecer. O pinguim, muito chateado, foi embora para o Polo Sul. Lá, certamente os pinguins saberiam reconhecer nele o seu rei. Com a partida de Joaquim, a fazenda ficou triste e sem graça. Joaquim descobriu ao chegar a seu destino, que todos no Polo Sul eram pinguins reais iguais a ele, logo ele não era o único rei. Passado um tempo, triste e com saudades, resolveu retornar à fazenda, esperando que o aceitassem de volta. Os animais ficaram felizes, e para festejar seu retorno, fizeram um grande baile à fantasia, mas quem seria o rei da festa? Joaquim rapidamente respondeu: Ah, não! Eu não! Rei, nunca mais!

Parece que a história da autora francesa, Armelle Boy (2006), mexeu com Rico, talvez por ter apontando esse lugar diferenciado. Em um dos desenhos realizado por ele, em seu diário, retrata o pinguim com a coroa real; copiando a passagem em que Joaquim estava em

cima de um barril, sendo reverenciado pelos animais (Anexo C). É interessante que ele tenha copiado o pinguim, mas substituindo o barril por uma ilha, e em vez dos súditos desenhou o mar ao seu redor. No desenho, copiou o Joaquim com toda sua altivez, mas solitário. Será que naquele momento era assim que se sentia diferente e solitário? Há sempre nas crianças disponíveis para a adoção uma certa fantasia de que na nova família ele será um rei, todos vão acatar o seu desejo, e se frustram com a realidade. Rico vê-se como rei, mas sem súditos. O interesse de Rico por essa história mostra os dois sentimentos vividos por ele na nova casa: foi acolhido, tem uma família, é importante para ela, mas sua fantasia de majestade não se cumpriu. Na sessão seguinte, vamos expor as regressões e projeções vividas por Rico e Mila.

3.2. REGRESSÕES E PROJEÇÕES: COLOCANDO À PROVA A FILIAÇÃO

Abordaremos então, o acompanhamento das crianças e dos pais adotivos relatados por Carolina Silva, verificando os movimentos psíquicos vividos por cada um nesse período, procurando refletir sobre as possíveis consequências do rompimento dos laços anteriores e seus desdobramentos na realização dos novos vínculos.

Na quinta visita da pesquisadora, Rico e Mila já estavam com a família há quarenta dias, o entrosamento entre todos era visível, embora houvesse uma clara disputa entre as crianças pela atenção materna. Mila buscava, a todo o momento, chamar a atenção de Luz, pedindo inúmeras vezes mamadeira, mochila e os seus batons. Rico, apresentava um movimento semelhante, pedia suco e salgadinho. Luz, na medida do possível, atendia às solicitações: *“pega meu filho. Já estou fazendo filha, a sua mamadeira”* (sic). A convivência com eles, segundo Luz era ótima e todos estavam muito felizes, embora ela tenha referido ser muito cansativo cuidar de duas crianças. Para Juca, a chegada dos meninos tornou a vida diária deles uma correria.

Havia muitas trocas de carinho entre pais e filhos: Luz beijava os filhos, enquanto eles pulavam em suas pernas e tentavam subir até o seu colo. Algumas vezes Mila deixa de brincar com a mãe para sentar-se no colo do pai; enquanto Rico, continua sua brincadeira, mesmo quando Luz vai à cozinha, pois a acompanha, pendurando-se nela. Comporta-se como um bebê de colo, inclusive a querer enfiar-se dentro de sua blusa. Comenta Luz, que na semana anterior ele estava querendo mamar em seu peito. Mila faz a mesma brincadeira e Juca assiste a tudo sorrindo. Luz aceita e corresponde aos carinhos de Rico, *“dando-lhes afago e chamando-o de meu filho”* (sic, Silva, p.108).

“‘Aí mãe, eu quero mamar no seu peito’, disse o Rico... e eu disse ‘Ai, Jesus amado!’... Ele tem umas crises de carinho também, né? Ele tem umas crises de carinho... de vez em quando, porque assim sabe, eu não gosto muito pra não dar muita, pra não dar muito... Muita... Confiança... Assim, sabe? Ele apronta. Mas, do tipo assim, a coisa que ele tem de bom, é que se parece bastante comigo, assim, a gente não tem rancor. A gente briga, daqui um pouco ele já vem contar umas coisas e coisarada... Aí, então, quando ele vem beijando do nada, aí já deu a crise de carinho! Eu sinto assim isso de bom nele, sabe?”(sic Luz)

Luz aproveitou para reiterar o quanto eles estavam realizados e felizes com os filhos e a nova família. Ao comentar a rotina familiar refere que Rico já frequentava a escola, porém Mila ainda ficará em casa por mais um tempo. Falou ainda do trabalho que as crianças davam e o quanto elas aprontavam, mas também dos muitos prazeres que lhes proporcionavam. Não havia nenhuma queixa em relação às crianças, ainda que as coisas estivessem desorganizadas em casa. Eles tinham consciência de que seria necessário algum tempo para reorganizarem tudo. Além do mais, existiam assuntos pendentes em relação à adoção: a solicitação da inclusão dos meninos no convênio de saúde e outras questões da vida prática.

Nos casos de adoção de crianças maiores, o processo de filiação é atravessado por alguns movimentos psíquicos próprios da construção da família adotiva. Ou seja, fases ou manifestações marcadas por ilusões e decepções. Convém ressaltar que diferentes autores descrevem esses dois movimentos, embora nem sempre usando a mesma denominação. Ozoux-Teffaine (2011), por exemplo, considera ilusão e decepção como manifestações próprias da adoção. Para a autora, quando a passagem da família biológica à adotiva ocorre em condições adequadas permite à criança estabelecer e conservar um objeto interno suficientemente bom. “De rejeitado e de abandonado que era, poderá ser amado, mas, sobretudo investido a ponto de reverter nele mesmo esta disposição prévia. É o luto das imagens parentais insuficientemente boas que pode se engajar neste momento e continuar ao longo de toda vida familiar adotiva” (Ozoux-Teffaine, 2011, p.100). Mas, para que esse percurso ocorra em condições adequadas, é preciso considerar a passagem pelas seguintes fases: “*illusion récréatrice*” e “*désillusion structurante*”²¹; segundo a autora, essenciais à construção da nova filiação.

²¹ Ilusão recreativa e decepção estruturante.

Levy-Soussan aponta a construção do processo de filiação a partir das identificações e percursos pessoais e da instalação – na família – das fases de Lua-de-Mel e Lua-de-Fel, ao considerar as relações afetivas e agressivas comuns ao processo adotivo.

Tomaremos aqui, o conceito de Ozoux-Teffaine (2011) para compreendermos o momento vivido por Rico, Mila, Luz e Juca, nessa etapa do processo filiativo. Para tanto nos deteremos na primeira fase, descrita pela autora como *d'illusion récréatrice*, aqui traduzido por ilusão recreativa, apontando para um sentido de criar de novo.

Essa fase de idílio, ou seja, de galanteio e de amor entre os pais adotivos e as crianças, segundo a mesma autora, são dominados, digamos assim, por um fantasma de inclusão mútua, como um fantasma de pele comum. Ela se inspira no conceito do Eu-pele de Anzieu (1989), que tem o sentido de entender como se forma os envelopes psíquicos (quais suas estruturas, seus encaixes, patologias etc.), postulando uma dupla sustentação para o psiquismo: uma sobre o corpo biológico, outra sobre o corpo social – em relação ao ambiente. Anzieu utiliza o Eu-Pele como uma metáfora em que caberiam todas as questões referentes à construção do psiquismo, aproximando a uma estrutura intermediária do aparelho psíquico, a saber: entre mãe e bebê, entre a inclusão mútua dos psiquismos na organização fusional primitiva e, por fim, na diferenciação das instâncias psíquicas. Uma vez que para Anzieu é a complexidade fisiológica das funções da pele que antecipa a complexidade do eu no plano psíquico.

Podemos supor então, que nos primeiros tempos do estágio de convivência, acompanhando o pensamento Ozoux-Teffaine (2011, p.100), a criança restaura o narcisismo dos pais e o seu próprio.

Mila e Rico restauram narcisicamente Luz e Juca, na medida em que dão continuidade a uma descendência e perpetuam a fantasia de imortalidade. É interessante notar que, enquanto nos primeiros encontros da pesquisadora – no estágio de convivência – é resgatada a história familiar de Luz e Juca, os encontros subsequentes expressam a continuidade de uma genealogia.

Levy-Soussan (2010, p.58) destaca, referindo-se a Enriquez, que o filho representa um desafio narcísico, mas também, antinarcísico (como portador da morte). Ou seja, ao mesmo tempo em que o filho assegura a continuidade e descendência, também confronta os pais com as suas finitudes. A preocupação com a finitude aparece na cautela deles em evitar hábitos e atitudes que possam pôr em risco suas vidas, justificando o fato de terem filhos para criar.

A chegada de Rico e Mila possibilitam ao casal infértil²² uma restauração narcísica e garante uma descendência. Nesse sentido, talvez se justifique a apreensão e as lacunas registradas por Carolina Silva, diante do assunto; haja vista, que reabre antigas feridas narcísicas. Em relação a Luz, podemos pensar que a entrada das crianças permitiu a ela sair do lugar de tia e cuidadora dos sobrinhos para cuidar, então, de sua própria descendência. Para Ozoux-Teffaine (2011, p.100), a qualidade do relacionamento inicial entre pais adotivos e adotados é fundamental e dela dependerão os desenvolvimentos subsequentes das relações familiares e da configuração do tecido familiar. Daí, o cuidado e a necessidade de preparar pais e crianças para esses encontros.

Nos casos de adoção de crianças maiores, é preciso considerar também a necessidade de restauração narcísica dos filhos, o que gera uma incessante demanda de amor e de atenção maternos e paternos. Paralelamente, acontecem regressões com desejo de retornar ao ventre materno. As fantasias de inserção no espaço gestacional visa, como refere Ozoux-Teffaine (2010), estabelecer uma ilusão de que a criança possa nascer daquela família, filha ou filho daquele pai e daquela mãe. Ilusão que, no significado winnicottiano do termo, destacado pela autora, “é aquele pelo qual a criança pode criar a mãe, depois o pai, ilusão tão necessária quanto vital e que funda a inscrição dos primeiros laços” (p.102). Daí podermos entender a procura de Rico e Mila por atenção e contato físico com os pais adotivos: o contato da pele ao entrar por baixo da blusa de Luz, como se quisesse mamar no peito dela. Mesmo com a idade de dez anos, Rico manifesta o desejo de retorno ao ventre materno, revelando sua necessidade de (re)criar uma ficção familiar. A necessidade de uma nova família e o desejo de apego foi suficiente para autorizá-lo no investimento das novas figuras parentais.

Paralelamente, há um quadro que se cria em torno da criança adotiva e influencia diretamente a ficção familiar: a aceitação imediata dos adotantes em ocupar esse espaço de possíveis genitores, aqui também observado na conduta de Luz e Juca.

Ponderaremos ainda, que as crianças tiveram suas raízes “arrancadas” pela ruptura com a primeira família. Assim, retornar ao ventre materno possibilitaria um segundo nascimento e ajudaria essas crianças, feridas narcisicamente, na elaboração do primeiro abandono; o que justifica a necessidade de se apegarem, rapidamente, à nova família.

No entanto, as manifestações de Rico deixaram Luz pouco confortável, como podemos perceber através do seu relato. O fato de ele querer mamar em seu peito é traduzido por ela como “crises de carinho”. Essa expressão nos leva a pensar que tal demanda

²² Há nos registros de Carolina Silva, uma série de lacunas quando o assunto tratado é a infertilidade do casal, demonstrando com isso, tratar-se de uma questão difícil para o casal, que evita falar.

mobilizava em Luz uma certa tensão por evocar, por um lado, questões edípicas, pois se trata de uma criança que não é mais bebê e conseqüentemente no contexto do desenvolvimento normal, o desejo de mamar já estaria interditado; e, por outro, Luz intuía que tal regressão e demanda de Rico, significava um pedido de inclusão e filiação.

Sobre isso, o texto de Freud (1986[1909]), intitulado *Romance Familiar*, considera a instalação do Complexo de Édipo no neurótico como uma atividade imaginativa importante e estruturante no desenvolvimento psíquico da criança, referindo que é a instalação do Complexo de Édipo que irá pôr em marcha o “romance familiar”, na medida em que, “permite às crianças perceberem a falta inscrita nos pais e se darem conta da existência de pais de melhor categoria” (Siqueira, 2012, 97). Freud ao descrever a atividade imaginativa da criança, refere que ela “emerge inicialmente no brincar das crianças [...] e que se constitui em realizações dos desejos e uma retificação da vida real. Tem dois objetivos principais: um erótico e um ambicioso – embora um objetivo erótico esteja comumente oculto sob o último” (1986 [1909] p.244). Podemos entender que esse viés ambicioso colocado por Freud é aquele que se liga pela vertente narcísica, visando substituir os pais marcados, como refere Siqueira (2012), pela barra da imperfeição. O romance familiar se daria na criação fantasmática de uma outra origem, visto que, há uma destituição dos pais em detrimento de outros. Ao ficarem abrigados na ideia de que são adotados dão conta dos afetos e dos lamentos dos dias felizes de outrora; além de permitir, como refere Freud, que se operem outros interesses, satisfazendo uma série de requisitos, facilitando a circulação do desejo, uma vez que, em não sendo filho eliminaria a proibição do incesto. Em casos de adoção, as crianças parecem viver a fantasia do romance familiar em ato e na realidade, como apontado por Queiroz (2004, p.101).

Ainda nesse contexto, refletiremos um pouco sobre a maneira como algumas expressões afetivas, principalmente nos casos de adoções de crianças maiores mobilizam a família adotiva.

Eiguer (2012), ao falar sobre *A ternura no vínculo adotivo* aponta as dificuldades apresentadas por muitas mães adotivas, quanto à maneira de dirigir-se ao filho e/ou da dificuldade de acariciá-los, ou ainda, de oferecer-lhe carinho além daqueles que são necessários ao cuidado com a criança, como se sentisse que não devesse fazê-lo. Pois não lhe é devido, “Pode amar muito, estar entusiasmada, sentir-se ligada à criança, mas tocá-la, oferecer a ela e a si mesma prazer tátil, lhe parece, inconscientemente, como se fosse um atrevimento. É como se neste plano se sentisse desligada” (2012, p.146). Aqui, nos deteremos no que suscita tal mobilização, uma vez que, poderá nos ajudar a entender, porque

em casos como os de adoções, muitas vezes o carinho físico provoca desconforto, como pôde ser percebido em Luz.

Explorando um pouco mais a inibição percebida em alguns pais adotivos, quanto à expressão de carinho. Eiguer (2012) aponta duas hipóteses para tais inibições: a primeira se ligaria ao temor de não saber discriminar com exatidão a dimensão terna da sensual, se abstendo então de fazê-lo, o que provocaria uma espécie de inibição; e a outra hipótese, se apoiaria no fato de o filho não estar amparado pelo signo da semelhança física, que o ligaria ao pertencimento a uma mesma linhagem, evocando “um narcisismo compartilhado ao qual são agregadas as projeções parentais dirigidas aos filhos, dos seus desejos narcisistas e dos ideais” (p.146). Considerando tais hipóteses, o que estaria em jogo na primeira, seriam as fantasias eróticas que deveriam ser sublimadas para que fosse possível fluir a ternura para com o filho; enquanto a segunda, se ampararia na questão edípica, narcísica e de castração. Para Eiguer, se os pais consideram como seus filhos os adotados, o narcisismo deve ter uma função tão vital quanto nos casos em que os pais são biológicos, mesmo que, fisicamente sejam diferentes. Sua ocorrência se daria pela projeção do próprio narcisismo e ideal dos pais, apoiados nas representações inconscientes da unidade e identidade familiar compartilhada por um *nós*.

Ainda, segundo o autor, quando há alguma dificuldade em separar o sensual do terno, significa que há uma certa parcimônia no desenvolvimento do narcisismo, visto que, “o erotismo que suscita a ternura aparece demasiado vivaz” (2012, p.148). Pode vir acrescido também de algumas fantasias sobre a concepção da criança, produto de um amor proibido e resgata a relação de ambivalência entre a mãe adotiva e sua própria mãe. Isso dificulta a identificação com uma mãe mais terna ou solícita. Para Eiguer (2012, p.148) essas “sobre-determinações são múltiplas e se relacionam em níveis distintos, entre as quais se destacam as representações que pesam sobre o vínculo; a estrutura de funcionamento, principalmente, quando se trata dos vínculos narcisistas”.

Sabemos, a partir dos estudos de Freud, que a ternura física estaria vinculada a fantasias eróticas. Em um texto de 1912, *Sobre a Tendência Universal à Depreciação na Esfera do Amor (Contribuições à Psicologia do Amor II)*, ainda na primeira tópica, Freud já articulava as valorizações do objeto (supervalorização ou depreciação) com as duas correntes da vida amorosa: ternura e sensualidade. Ele deixa claro que ambas são expressões sexuais inibidas ou diretas. Assim, quando um objeto é altamente estimado, esse traço o aproxima dos objetos amorosos infantis, limitando o desenvolvimento da sexualidade. Em outro texto,

intitulado *Identificação*, de 1921, inserido no artigo que versa sobre *Psicologia de grupo e análise do ego*, Freud (p. 134) refere:

É fácil enunciar numa fórmula a distinção entre a identificação com o pai e a escolha deste como objeto. No primeiro caso, o pai é o que gostaríamos de ser; no segundo, o que gostaríamos de ter, ou seja, a distinção depende de o laço se ligar ao sujeito ou ao objeto do ego. O primeiro tipo de laço, portanto, já é possível antes de qualquer escolha sexual de objeto tenha sido feita. É muito mais difícil fornecer a representação metapsicológica clara da distinção. Podemos apenas ver que a identificação esforça-se por moldar o próprio ego de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo.

Em outra passagem do mesmo texto, Freud coloca que “a identificação pode provir do complexo de Édipo” (p.134), ao falar na estrutura de um sintoma neurótico, quando este expressa um amor objetual. O que nos interessa aqui, é realçarmos que tanto a regressão quanto o carinho expresso por Rico com relação à Luz, possa ser entendido, como o início de uma construção imaginária da mãe adotiva como objeto materno. Tal construção permitirá que, aos poucos, ele possa se distanciar do antigo objeto de amor. O desejo de mamar no peito sustenta a fantasia das antigas relações eróticas daqueles objetos reais e imaginários de outrora, com a mãe biológica, ao mesmo tempo em que se inicia uma ressignificação das imagos parentais. São fantasias fundadas em lembranças do passado e que se fundem ao novo objeto de amor. Lacan em *A Tópica do Imaginário* (1986[1954a]), com base na experiência analítica do caso *Roberto*, atendido pela Sra. Lefort, aponta a importância de se ater ao registro imaginário. E, ao comentar a possibilidade de reconstrução imaginária do menino, refere que, naquele caso, “o processo parece um processo secundário e faz parte de seu esforço em direção à reconstrução que tem por finalidade dirigir de novo a libido para um objeto” (p.109). A esse respeito, poderíamos fazer uma aproximação com a história de Rico, considerando as suas muitas manifestações regressivas a estágios mais arcaicos do desenvolvimento infantil como uma forma de dirigir novamente a libido ao primeiro objeto de amor, aqui sob a rubrica de uma transferência à figura de Luz.

É interessante percebermos que o começo do vínculo filial adotivo está, consideravelmente, sob a marca da ternura física, e sob a sombra das vivências com os pais biológicos. O carinho materno precisaria se desligar do sensual para não conotar um contato incestuoso, embora saibamos que, na relação mãe e filho há sempre a presença da sensualidade, e de um erotismo necessário para que se opere a interdição. Segundo Eiguer (2010, p.146) isso permitiria que a sensualidade fosse despertada suficientemente na criança,

de tal maneira que, ao crescer, sua vida erótica poderia encontrar, por assim dizer, uma parceria e uma confirmação que lhe permitirá gozar com alguém exterior à família.

As pequenas fantasias inconscientes eróticas de mães e pais, estas precisam ser sublimadas para deixar fluir a ternura na relação com os filhos.

Já as crianças têm sempre muitas fantasias eróticas. Para Eiguer (2010, p.146), talvez grande parte da vida fantasmática das crianças dependa, soberanamente, dos mistérios que a atitude parental suscita nelas com relação à sexualidade dos adultos. Por exemplo, a criança sente o intenso amor de mãe e sua atração pelo filho, mas intrigantemente ele a vê preferindo seu pai e não a ele.

Assim, podemos observar que as relações de afeto comportam sempre elementos projetivos e regressivos. Tais elementos podem tender a ser facilitadores ou colocar em risco o vínculo da filiação. A questão das origens aparece como responsável em grande parte das inquietudes das famílias adotivas. No entanto, lembramos que Freud (1909) já considerava a questão das origens como um saber de uma ordem mítica, um saber que se constrói por cada um; daí referir que todos os neuróticos forjam para si mesmo um romance familiar, independente da realidade. Queiroz (2012, p.107) lembra-nos que: “Nem toda história pode ser reconstituída, pois há sempre lacunas, registros inconscientes os quais são da ordem do indizível, do incomunicável, pela própria natureza da experiência vivida”. Será preciso então, entender que, independente de uma criança ser adotiva ou não, haverá sempre um enlaçamento do registro pulsional e fantasmático, operando na construção das imagos parentais.

3.3. ENDEREÇAMENTO AO LUGAR MATERNO

A criança adotiva é fundamentalmente uma criança que foi separada da mãe, muitas vezes no período inicial da vida. Como resultado, ela apresenta maiores dificuldades do que outras quanto a ter bem estabelecido um objeto bom e confiável no seu mundo interno, como aponta Levinzon (2009, p.43). As primeiras experiências marcadas pelo abandono e desamparo, numa época em que estas eram primordiais, serão interpretadas e assimiladas pela criança sob a influência de fantasias que podem somar-se a fantasias de destruição, retaliação e culpa. Nesse sentido, necessitará fazer um esforço no que concerne à adaptação a um novo ambiente e a uma nova mãe. Será o bom contato com a mãe adotiva que a ajudará a suprir, pelo menos em parte, antigas rupturas no seu desenvolvimento. O acolhimento materno

ajudará a criança a se sentir compreendida e contida, minimizando antigas fantasias, ao mesmo tempo em que possibilita que se opere um novo endereçamento materno.

Retomaremos o caso, enfatizando também a relação das crianças com a família extensa. Rico e Mila, nesses quarenta dias, conheceram e foram bem acolhidos por parentes e amigos da família, o que provavelmente facilitou o bom entrosamento deles com o novo círculo familiar e social. Os pais pareciam sentir-se orgulhosos das crianças e desejosos de exibí-los a todos (Silva, 2011). Essas informações são importantes, na medida em que sabemos que o processo vincular também se estabelece pela inserção da criança na família extensa, permitindo efetivamente serem reconhecidas e se reconhecerem como netos, sobrinhos, primos etc.; favorecendo, dessa forma, o sentimento progressivo de pertencimento.

Pais e filhos pareciam bem entrosados, Luz se mostrava bastante feliz, comentou o fato de as crianças os terem chamado de “pais” algumas vezes. Dada à importância, foi registrado em seu diário, referindo a esse momento como o mais maravilhoso da sua vida. Segue as anotações de Luz a esse respeito:

“Hoje a Mila me chamou de mãe pela primeira vez. Eu estava colocando as roupas na máquina de lavar e ela veio com um blusão e disse: olha mãe o que eu estou fazendo, vou te ajudar. Que emoção indescritível. Corri, abracei, enchi de beijos. Que alegria! Até chorei de montão abraçada a ela e Agradei a Deus por esse momento. O Rico ainda me chama de tia, mas logo, logo ele também vai me chamar”.
(sic)

Cinco dias após ser chamada de mãe, foi surpreendida com o seguinte pedido de Rico:

“Hoje o Rico, após o café da manhã, me surpreendeu, chegou na cozinha e disse: Mãe a partir de hoje vou te chamar de mãe Posso? Fiquei emocionada ao ouvir isso. Enchi-o de beijos e as lágrimas começaram a correr. Estou realizada com os meus Filhos. Quero-os para Sempre amá-los e seremos felizes os Quatro como uma família de Verdade. Pai - Mãe Filhos.

Minha família recebeu meus Filhos com muito carinho, eles estão realizados com nossa atitude de adoção que foi uma surpresa para todos. Nossos amigos, todos vieram conhecê-los e estão amando-os. Assim como nós”. (sic Luz) [Grifo nosso]

É interessante observar que, no diário de Luz, é a primeira vez que “filho” é grafado com letra maiúscula, ou seja, como um nome próprio, um nome que apropria. Isso acontece justamente quando as crianças a reconhecem como mãe. Mila nomeia com naturalidade Luz de mãe, ao passo que Rico precisou de um tempo (cinco dias) para fazê-lo, e mesmo assim, com pouca espontaneidade e pedindo permissão. Parece que a iniciativa de Mila o encorajou a reconhecer Luz, também como mãe dele.

A reticência de Rico pode ser justificada pela idade e pelo fato de já ter sido devolvido pela madrinha à genitora. Sabemos que as crianças adotivas, com frequência, apresentam – ao mesmo tempo – medo e “desejo” de serem “devolvidas”; pois, apesar de tudo, no desejo está presente a fantasia de serem amados pelos pais biológicos. A insegurança de Rico pode estar relacionada a essas questões, acrescida pela fase pubertária em que se encontrava. Internalizar, de fato, esses novos pais como seus, não estava sendo uma tarefa fácil para ele. Mas, sabemos que, no tocante à adoção, principalmente nos casos de crianças maiores, cada experiência é singular e com trajetórias únicas, dessa forma, não podemos fazer comparações, mesmo no caso de irmãos.

Rico, em meio a todas as suas dificuldades, faz progressos. Podemos testemunhar – através dos apontamentos de Luz – as mudanças em seu comportamento, pois, mesmo que ainda se mostre mais reservado que Mila; “*esse menino que não é receptivo a carinho, que não fala e nem sorri muito*” (sic), pouco lembra aquela criança descrita por Luz, que se jogava, enlaçava-se, entrava por blusa adentro querendo mamar em seu peito. Registramos aqui, a existência de um movimento em direção à filiação. Mila, “*a menina apaixonada por batons, continua toda prosa, falante e sorridente*” (sic), observamos uma linearidade no modo de interagir de Mila; seu comportamento de sedução em relação a Juca, não sofreu mudanças, dando-nos a entender que ela expressa nessa relação seus desejos edipianos; ao mesmo tempo em que reedita, supomos nós, a atitude da genitora. Convém realçar que nos autos do processo de destituição do poder familiar, consta que a genitora costumava sair para procurar namorados, deixando as crianças sozinhas; embora não possamos desconsiderar que toda criança sabe ser sedutora quando vive o Édipo.

As passagens descritas no diário de Luz nos fazem supor que Rico e Mila já se sentiam inseridos naquele ambiente familiar e acolhidos pela mãe adotiva. O fato de ambos, cada qual a seu tempo, já nomearem Luz de mãe, coloca-a no lugar materno e aponta que eles internalizaram a figura de mãe, como boa, um primeiro passo em direção ao novo nascimento psíquico.

3.4. DE UM NASCIMENTO A OUTRO: COLOCANDO EM CHEQUE O AMOR DOS PAIS

Chegamos ao sexto encontro com algumas particularidades, tanto com relação ao espaçamento de tempo, tendo em vista que, este ocorreu um mês após o anterior, não seguindo o padrão quinzenal, quanto em relação à antiga harmonia do casal, que até então não apresentava dificuldades.

Na data marcada do encontro com Carolina Silva, os pais chegaram com um atraso de uma hora e meia. Luz desculpou-se pelo ocorrido, justificando que eles estavam “enrolados com os documentos que tinham que levar para o fórum, no caso, o atestado de idoneidade que ainda estavam resolvendo, e porque tinham ido buscar uma prima das crianças para passar o fim de semana juntos” (Silva, p.109). Comenta em seguida, que houve um “estranhamento” entre Rico e a prima quando estavam à caminho:

“Não sei qual foi o babado ali, tá meio arrepiado porque a grande família tá uma bagunça, tá ouriçada, não sei qual foi o babado ali... Hoje mesmo, todos se ouriçaram, não sei por quê. A prima que pagou o pato. Eu não sei qual foi o babado. A questão do não, do não pode, tá meio complicado”. (sic Luz)

O estresse da viagem mobilizou em Luz o desejo de desabafar com Carolina Silva. Ela estava extremamente angustiada quanto às mudanças significativas ocorridas no comportamento das crianças, referindo haver uma grande desestabilização familiar, além, de apontar as dificuldades que estavam encontrando em lidar e contornar tal situação. Segundo ela, as coisas tinham ficado muito difíceis em casa, ela estava sem voz de tanto gritar com as crianças, pois elas estavam “impossíveis e não obedeciam” (sic Luz). Pareciam outras crianças, “não era nada daquilo que o pessoal da casa de acolhimento e eu havíamos falado para ela, principalmente, no que dizia respeito a Rico” (Silva, 2011, p.109). Disse ainda, que a relação de Rico e Mila não estava boa: eles se chutavam e discutiam. A situação estava tão grave a ponto de Juca perder a paciência e ameaçar Rico dizendo que : se ele não estivesse gostando de estar morando com eles e quisesse ir embora, ele o levaria de volta para a instituição (Silva, 2011, p.109). Luz também se queixa da falta de diálogo de Rico com o casal, sempre mostrando resistência quando ela o convida a conversar.

“Às vezes, quando eu tento conversar com o Rico, quando a gente quer conversar sobre algum assunto... mas, assim, tem uma coisa que eu acho... Claro, que a gente tá aqui pra esclarecer! Mas assim, ele tem uma cabeça superboa, tem entendimento, então eu acho que seria muito mais viável se a gente conseguisse se entender, pudesse conversar... E ele dizia, ah mãe não quero falar sobre isso, e não quer olhar para mim nos meus olhos, é o fato assim, de ele dizer, ah, fala que eu tô ouvindo e continua a fazer o que tava fazendo”. (sic Luz)

Mila, por sua vez, estava em pleno confronto com a mãe, ela gritava muito e a última palavra tinha que ser sempre a dela, o que estava complicando bastante a relação entre elas. Nos últimos dias, o descontrole chegou a ponto de Luz perder a cabeça e começar a gritar tanto quanto a filha. Ela mesma não se reconhecia nesses momentos, pois não era esse o seu perfil – o de brigona. Comenta que estava bem difícil viver daquela forma, pois, gostava de suas coisas mais organizadas. Demonstrou cansaço e estresse ante as dificuldades que ela e o marido estavam enfrentando: falta de limites e a desobediência dos filhos, principalmente de Rico, que desestabilizava Juca. Comenta Luz:

“[...] regra, para ele é muito difícil! É que é assim, ó Carol. Eu amo muito nossos filhos, são nossos filhos, amo de verdade, são nossos filhos, mas só que assim, ó... Tem essa questão, parece, como é que eu vou dizer, parece que ele não quer, sabe? Não quer se aproximar, não quer concordar, sabe? A onda é discordar. Só quer discordar (...) falam tudo gritando, eu não gosto disso! Ele jura que sabe tudo, sabe? Aí ele fala para mim, mas mãe eu tô melhorando!...”. (sic)

Obedecer à ordem paterna e se submeter às regras e limites estava sendo, naquele momento, o ponto crucial da discórdia entre Juca e Rico. Devemos lembrar que, no caso dos pré-adolescentes, os limites e submissão às regras se constituem um dos grandes embates entre pai e filho, independentemente de ser filho adotivo ou biológico. No caso de Rico, vale salientar que, provavelmente, na relação familiar anterior não havia submissão às regras e limites, o que repercutia na família atual. Por outro lado, essa atitude de Rico também significaria testar os pais em sua capacidade de contê-los.

Na escola, esse comportamento também era observado e, ainda era agravado pelos constantes envolvimento em brigas. Rico se defendia, afirmando que eles se uniam como

uma “*gangue de proteção*” (sic). Ao ser questionado se esse movimento de proteção tinha sido uma forma encontrada pelo seu grupo para se proteger, fez o seguinte comentário: “*Não... Eles batem em mim e eu bato neles*” (sic). A essa conduta do filho, Juca referiu já ter conversado com ele várias vezes, afirmando inclusive, que não gostava e não queria que ele se envolvesse em briga no ambiente escolar.

Devemos lembrar que Carolina Silva, como psicóloga do setor de adoção, estava responsável pelo acompanhamento da família durante o estágio de convivência. Assim, ante as dificuldades relatadas ela retomou alguns pontos relativos ao processo de adoção, orientando o casal; sobretudo, lembrando que a fratria não podia ser separada, portanto, não poderiam abrir mão de apenas um deles, e fez algumas considerações quanto à importância de se encontrar um caminho que os levasse ao diálogo, e realçou que muitas das dificuldades vividas eram próprias do processo adotivo.

Sobre Rico, devia-se considerar as vivências anteriores, ela lembrou que ele já havia sido retirado da mãe com a idade de dois anos, época em que foi acolhido pela mesma instituição, sendo entregue posteriormente à sua madrinha, que assumiu a responsabilidade de cuidá-lo, no entanto o devolveu à genitora. Isso, de uma certa forma, justifica o comportamento apresentado por ele: de resistência, de indiferença e de rebeldia, demonstrando com isso um certo medo de se implicar nesta nova filiação, com novos investimentos afetivos, com receio de fracassar novamente. Outro aspecto a considerar era a idade de Rico (10 anos), quando é normal toda criança querer se posicionar de forma diferente dos pais, sobretudo a de afrontar o pai, fato decorrente da rivalidade edípica. Além de, neste caso, Rico querer assegurar seu lugar na família e na escola, testando a capacidade dos pais de tolerá-lo. Tais fatos apontavam para a necessidade de um maior investimento psíquico dos pais em Rico, nessa fase inicial da construção das relações parentais. Mas, resta aqui uma questão: A que Rico se referia ao falar da necessidade de uma “*gangue de proteção*”. Do que ele precisava proteger-se? Questão que tentaremos retomar mais adiante.

De acordo com a pesquisadora, após as orientações, Juca e Luz sentiram-se mais confiantes para falar dos seus medos, temores e inseguranças. Aos poucos, começaram a refletir sobre as etapas já superadas e as mudanças e adequações já empreendidas. Rememoraram o percurso já trilhado por eles. Luz deixava claro que, mesmo com todas as dificuldades e queixas, desejavam ficar com as crianças. E na hipótese de devolução dos meninos ela reagiu de imediato: “*Nem pensar! Eu não devolvo mais!* (sic).

Rico que escutava tudo calado, rompeu seu silêncio, referindo que Juca o ameaçou levá-lo de volta à instituição, comentou ele: *“O pai disse: ‘quer que eu vá junto leva você lá no abrigo!’ E, ele **fala** sério, não tava brincando”* (grifo de Silva). Juca, ao escutar o filho, se defendeu afirmando que Rico o tirava do sério: *“Ele me tirou do sério. Não quer ficar aqui? Não tem problema nenhum... Eu tava falando, ele tava me retrucando! Se não quer? Não precisa, não é obrigado a ficar aqui com nós, nem nós somos obrigados a insistir”* (sic Juca).

Na contramão das reclamações de Juca aparecem os comentários de Luz alusivos a momentos de carinho, como podemos ver a seguir:

“Ai, Carol ele chegou hoje de novo e ficou lá deitado, comigo, né? Conversando, a gente trocando carinho..., Dizendo o que a mãe adora. Eu gosto muito, que a gente, seja uma família, se dê bem... Então, é gostoso, né Carol? Eu quero que seja assim, né? Que a gente seja uma família, que a gente conviva superbem... ia ser melhor a gente se tocar... O que é complicado é assim ó, tu pede e ele enrola ‘ah Rico guarda ali’ em vez de ele guardar, que nem a Mila pega e vai guardar, ele não. ‘Ah, já vou’, aí no ‘já vou!’, ele começa a se alterar já, aí aquilo já começa automaticamente, né?” (sic).

O que estaria acontecendo na dinâmica da família que parecia dificultar a união e o efetivo estabelecimento dos vínculos parentais? A que se deviam os sentimentos de desilusão e decepção expressos por pais e filhos, como se a adoção tivesse sido um engodo? Todas essas questões são próprias da adoção de crianças maiores e objeto de estudo. O desafio é dar às crianças, por um lado, o espaço necessário para que elas possam projetar os sofrimentos vividos sem que isso ponha em risco os novos laços que estão se formando. Os primeiros momentos vividos pelas crianças e pais no decorrer do estágio de convivência, tendem a ser um período de idílio ou de lua-de-mel, como apontam alguns autores, fase que não se sustenta por muito tempo, visto que, as feridas narcísicas decorrentes do convívio com a família de origem não poderão ser ignoradas ou negadas, sob pena da nova filiação ser construída e consolidada em bases falsas. Tanto Levy-Soussan (2010) quanto Ozoux-Teffaine (2011), indicam uma fase posterior à de lua-de-mel; Levy-Soussan usa a expressão lua-de-fel se contrapondo à fase anterior e Ozoux-Teffaine prefere indicá-la como *désillusion structurante* (desilusão estruturante). O que essa fase expressa é o fantasma de ruptura da família

idealizada para família real, ou seja, aquela que precisará acolher as vicissitudes decorrentes da história dos adotados.

Essa fase é apontada como necessária para que a criança se desprenda do que lhe foi projetado, para que possa se constituir a partir de si mesmo, de uma autonomia própria, caminhando rumo à individuação²³. Para Ozoux-Teffaine (2011, p.102) a criança, num primeiro momento, mostra-se orgulhosa de sua família, da casa e dos objetos do qual se tornou dono e do novo nome de família. Adotando os objetos da casa e o nome de família, a criança faz a experiência de pertencimento: de um lado, ela ocupa um espaço e faz dele seu continente; de outro, ela é inserida e se insere no patrimônio familiar e numa descendência.

Rico e Mila de crianças abandonadas tornam-se adoradas, não apenas pelo casal, mas pela família extensa. Isso dá a elas a segurança de poderem expressar antigos sentimentos. O que faz com que muitas vezes a antiga harmonia seja desestabilizada por períodos de tensão e cólera, de caprichos e crises, que segundo Ozoux-Teffaine (2011, p.102) desestabilizam o casal, e transformam os bons pais em maus, que brigam, impõem regras; com isso, as crianças reeditam rejeições. Há, por conseguinte, duas questões a considerar: primeiro, as crianças guardam a imago parental dos pais biológicos que, em muitos casos, está ligada a agressões, desamparos, desafetos; segundo, há um medo de que algo possa vir a falhar nesse novo encontro e novamente ser abandonado.

A insegurança quanto à solidez do vínculo é muitas vezes expressa pelos comportamentos provocativos, que na verdade representam um teste quanto ao vínculo estabelecido. A criança, deste modo, é capaz de apresentar, como refere Levinzon (2009, p.87), reações ou atitudes que ela aprendeu pela experiência, que são particularmente inaceitáveis pelos pais.

Por outro lado, esses comportamentos tiram os pais do sério, e pode levá-los a antigos sentimentos e desejos, com relação à criança biológica idealizada, fantasiando que tais comportamentos não aconteceriam com o filho biológico. De certa forma, eles têm razão, pois, mesmo que a criança ideal esteja longe de existir, o filho biológico não apresenta uma necessidade tão intensa de testar a permanência na relação. No entanto, esses testes feitos pelas crianças adotivas são transitórios. Ao perceberem o amor e a tolerância dos pais como forte, tendem a estabelecer uma relação mais harmônica.

²³ A individuação é o processo pelo qual uma pessoa desenvolve características próprias que lhe permitem se diferenciar do resto de seu sistema familiar de inscrição, consolidando um sentido de identidade estável (Solis-Ponton, 2004, p.142).

Conforme, Ozoux-Teffaine (2011, p.103) para que o benefício da construção familiar se mantenha, será necessário que pais e crianças suportem os efeitos do romance negro²⁴, uma terceira fase, carregada de ingratidão e insatisfação, decorrente da passagem pela desilusão própria do “romance familiar” e condição para o estabelecimento da adoção das crianças pelos pais e dos pais pelas crianças. Acrescenta a autora:

Procuraram construir a sua maneira a história de suas origens que longe de ser esquecidas, são revividas, coloridas, revisadas para que se torne herói de uma nova história, tomando o papel que <<salva>> por sua vez, pela identificação com seus adotantes, recriando desta vez a cena de sua adoção. Se o terreno originário pode ser reencontrado, a identidade, por outro lado, poderá se transformar e também sua experiência psíquica. (Ozoux-Teffaine, 2011, p.104)

O valor dessa passagem, a nosso ver, se dá pela sutileza com que a autora trata a construção do romance familiar, de criança salva à criança que também salva, pela sua possibilidade de identificação com os novos pais, recriando uma nova história familiar.

Rico e Mila parecem, a todo o momento, estar colocando em cheque o amor de seus pais, atitudes que podem ser tomadas como uma equação simbólica de proteção: se é para ser devolvido, que isso ocorra logo, antes que se instale uma afeição pelo casal, quando o medo de perdê-lo seria maior, como ocorrera antes. Atacando-os eles se tornam sujeitos da ação, portanto, são eles que abandonam e não o contrário. Tudo isso indica que algo já foi operado naquele enlace afetivo, a ponto de sustentar tais conteúdos, mesmo que haja desdobramentos. Os objetos reais e imaginários ainda se misturam e se confundem; a dificuldade dessa distinção se deve, muitas vezes, à transposição que a criança faz dos objetos afetivos aos reais.

A chegada da prima parece desestabilizá-los, afinal de contas ela podia “roubar” seus lugares de filhos; com efeito, devemos lembrar que, por muitos anos, foram os sobrinhos os detentores do afeto de Juca e Luz.

As constantes brigas e ausência de companheirismo entre Rico e Mila referidas por Luz, contrário a tudo o que até então era conhecido – que tanto havia chamado a atenção de Luz nos primeiros encontros –, expressa um movimento saudável de rivalidade fraterna. Rico finalmente pode destituir-se do seu antigo papel de responsável por Mila, transferindo para os novos pais a incumbência de cuidá-la. Quanto à relação entre ele e Juca, esta parece se

²⁴ Ozoux-Teffaine (2011, p.103) denomina: *Du Roman noir au nouveau roman de ses origines*, a terceira fase, que se segue após as fases: *phase d'illusion récréatrice* e *de désillusion structurante*.

caracterizar desde os primeiros contatos, por certo distanciamento, fazendo-nos pensar, qual seria o lugar que Rico designa para a figura paterna?

Ao que sabemos, Rico não conhecera seu pai biológico, tampouco seus irmãos eram filhos de um mesmo pai, somente um foi acolhido pelo pai, o que nos leva a supor que para Rico, todo filho é passível de ser abandonado pelo pai. Ainda, de acordo com os autos do processo, citado por Silva, a genitora deixava os filhos sozinhos e com fome para sair em busca de namorado e drogas. Como sabemos, a criança entrelaça a realidade vivida com a fantasia, logo, podemos pensar que talvez para Rico, os homens que entravam na sua vida, estavam sempre privando-o de sua mãe. A hostilidade então, endereçada a Juca, pode estar ligada a registros anteriores, ao pai que abandona e/ou aos homens que o tiram de sua mãe.

Podemos considerar que a ausência paterna, marca em Rico um lugar de falta; a rivalidade, nesse caso, parece ser potencializada pela antiga imago paterna, construída sob o pilar da ausência, além da implicação edípica. Devemos lembrar que a questão edipiana inclui sentimentos e desejo endereçados a um dos genitores, e culpa em relação ao outro. Ao que parece, Rico projetava na figura paterna todos os antigos fantasmas de abandono. Reeditando-os na nova relação triangular: Luz - Juca – Rico.

No caso de Mila, podemos observar que ela tendia a reeditar as primeiras ligações da infância, “na forma de amor primário, cujo primeiro modelo é dado pela relação mãe-criança” (Lacan, 1986[1954]). O amor pelos batons marca também a identificação com a mãe biológica, aquela que saía em busca de namorados, como referimos antes. É interessante observar que Mila dificilmente se separava desses objetos e os utilizava como recurso para aproximar-se das pessoas, parece que eles atuavam como um elemento intermediário entre a criança e o meio externo. Por outro lado, com relação aos homens, Mila manifesta sempre uma atitude sedutora própria do desejo edípico e rivaliza com a mãe, não atendendo às normas por ela imposta, intrínsecas à educação doméstica. Nesse sentido, devemos considerar que era difícil às crianças conviverem com essas imposições de limites e normas, uma vez que essas regras não eram habituais na vida cotidiana anterior, dificultando a inscrição da lei, como referido anteriormente.

No que se refere à Luz, há duas preocupações: uma com relação à mudança do comportamento dos filhos e como lidar com ela; e outra, de como apresentá-los ao social, já que eles chegaram grandinhos. Entretanto, é recorrente em Luz a afirmação de que eles são seus filhos, mesmo que isso não seja fácil.

“Pra mim, ninguém disse nada, mas eu digo esses aqui são meus filhos, são meus filhos. Nossa! Daí eles falam que não sabiam porque eles são grandinhos, já né? [...] Todo mundo quer saber, né? Porque eu já criei dois, né? A mãe dessa pequena aqui (a prima) que viajava e ela parava comigo direto, e tem o outro sobrinho também que o criei quando ele tinha 10 anos. [...] Mas não era os dois juntos, né? Vou te dizer que não é fácil! Na teoria funciona [...], mas na pratica é bem complicado, tem dias assim que tu não se sabe... eu tenho vontade de correr, pegar as minhas coisas e ir embora. [...] Claro que aí eu tenho consciência, mas eu queria saber lidar melhor com eles, evitar digamos assim que eles sofressem. Eu quero o melhor pra eles. Mas eu queria saber lidar melhor... evitar sofrimentos.” (sic)

O tempo e a consolidação da filiação possibilitam que tais angústias sejam minimizadas até que um dia possam deixar de existir. Destacamos, no entanto, que Luz faz claramente uma distinção entre criar e filiar, pois, já criou dois, diferente do que vive com relação a Rico e Mila que são seus filhos. Em outra passagem fica claro esse processo, quando diante da observação de Carolina Silva, de que estavam ocorrendo transformações na família e que tanto Mila quanto Rico estavam evoluindo nas etapas do processo adotivo, Luz menciona sorrindo:

“Quanto a isso, tá bem tranquilo, sabe, uma das coisas que meus filhos têm de bom é que não... Como eu vou dizer? A gente briga e se irrita, loqueia e grita, de vez em quando, fala alto, mas eu tenho muito amor, sabe, tenho, muito carinho. Tem aquele, eu te amo à parte, sabe? Então poder dar o carinho, o afeto, esta rolando mais legal, sabe? Então, com isso eu me conforto mais, sabe? Mas só que tem uns momentos bem difíceis, sabe?” (sic)

Ainda de acordo com Luz, outra questão que se destacava nesse período, era a dificuldade que estava encontrando em desfrutar a vida familiar de pais e filhos, principalmente nos finais de semana. Embora soubesse que era decorrente da antiga rotina, que envolvia sempre amigos e a família extensa, não tinham ainda, no entanto, conseguido se organizar de forma diferente. Rico parecia ser o mais incomodado com essa situação, como refere Luz: *“o fim de semana a casa tá cheia de gente, dia de semana também e tudo, aí ele se incomoda e fica reclamando, porque está cheio de gente...” (sic)*. A cobrança de Rico é

uma chamada quanto ao exercício dos papéis familiares, em outras palavras, que a família pudesse exercer plenamente a posição de pais e filhos, e assim, as crianças poderem ser vistas e cuidadas como tal, o que provavelmente não acontecia com tantas pessoas envolvidas.

É interessante ressaltar que a filiação de Rico e Mila vai se tecendo no entrelaçamento das relações a partir das diferenças. Como um trabalho de um ourives, que ao criar uma joia, imprime sua marca. Cada um nessa família vai cunhando seu lugar de pai, mãe, filho e filha.

3.5. APROXIMANDO HISTÓRIAS

No encontro seguinte, as queixas e dificuldades, ainda persistiam, principalmente com relação a Rico. Na escola, havia muitas complicações porque ele andava muito revoltado, estava brigando com todo mundo e se envolvendo com as “gangles”, também não estava estudando. Luz chegou a comentar que ele parecia estar passando por um “processo de despersonalização” (Silva, p.113): sem estudar, apenas arrumando briga, era bem diferente do que haviam lhe passado (referindo-se à Carolina Silva e às outras pessoas da Casa de Acolhimento). Para Juca, esse comportamento era devido aos muitos apelidos que colocavam no filho, *“eles colocam muito apelido nele, eu acho que ele não gosta e briga”* (sic). No entanto, Luz dizia que o filho não era uma pessoa fácil, retrucava muito, além de ser respondão com os colegas. É interessante a postura de Juca, que ao ouvir a esposa, defendeu o filho, dizendo: *“Não, mas ele é comunicativo, ele chega e fala com todo mundo”* (sic).

Agora é Juca que saiu em defesa do filho, parece que as dificuldades de Rico na escola aproximaram pai e filho. Rico também estava mais próximo do pai, identificava-se com ele em muitas coisas: preferiam música sertaneja, optavam pelo mesmo corte de cabelo, torciam pelo mesmo time e, na maioria das vezes, gostavam das mesmas coisas. Além disso, Rico expressara interesse pelo cachorro – um pastor belga –, que era do seu pai, mesmo que o cão não fosse muito próximo dele, pois ainda não havia se acostumado com a presença das crianças, ficando muito brabo quando as via. Mila, ao contrário de Rico, torcia pelo time da mãe e preferia o cachorro de Luz, por ser menor e ficar dentro de casa, e já completamente adaptado às crianças.

Luz, mesmo estranhando o comportamento de Rico, reconhecia-se em alguns comportamentos dele, e para exemplificar, comentou que no dia anterior, o filho tinha chorado muito, porque não tinha conseguido resolver uma questão do dever de casa. Isso a fez lembrar, de sua própria história, e comentou:

“Me identifiquei com ele, é que nem eu, as coisas têm que ser pra agora...Já... perfeitas, qualquer coisa se decepçiona. [...] O Rico é assim, que nem eu... Ontem, ele chorou porque ele não conseguiu terminar a tal tarefa de matemática. Ai eu me lembrei que quando eu tava na 4ª, 3ª série... Expressão numérica, eu nunca vou esquecer! É que eu não gostava de matemática, eu tinha dificuldades em tudo que fosse matéria das exatas. Ai, era a tal expressão numérica, todo mundo na aula tinha conseguido resolver. Ai todo mundo achou mais 1 e eu achei menos 3. Ai, eu chorei de raiva, porque eu não consegui resolver... Ah, Ai eu brigo pra chorar... porque pra mim chorar é... a solução [...] O Rico não gosta que a gente critique e cobre dele” (sic Luz).

Ela relatou, também, outro episódio de choro de Rico na escola. Quando foi buscá-lo ele estava chorando, e ao procurar saber, com o filho, o que teria acontecido, ele lhe disse que o colega tinha brigado e batido nele, mesmo sem ele ter feito qualquer coisa. Ao informar-se junto à escola o ocorrido, descobriu que na verdade ele estava chorando porque havia brigado com um colega, e não porque o colega tinha batido nele. Ela reagiu de imediato e na frente de todos, dizendo o seguinte:

“Olha meu filho, nunca minta e nunca ponha a culpa nos outros, porque é muito feio. Isso foi uma coisa que meu pai e minha mãe me ensinaram. A gente tem que aprender a assumir as culpas e não pode mentir nunca em momento nenhum, por pior que tenha errado, é sempre importante falar a verdade. Ai ele baixou a cabeça, porque ele não gosta que se critique ou se cobre.” (sic)

As dificuldades na escola estavam dando a oportunidade de, tanto Juca quanto Luz se exercerem na função de pai e mãe: serem acolhedores, mas educadores; colocando limites e podendo passar para os filhos os valores da família.

Como já tivemos oportunidade de comentar anteriormente, as brigas não ocorriam só na escola, também em casa com a irmã. Havia muitas agressões físicas, inclusive com chutes, e, na maioria das vezes, era Mila que provocava. Enquanto Luz relatava tais acontecimentos, as crianças que estavam próximas, desenhavam. Mila fez três desenhos: uma flor, a casa onde morava e uma minhoca (Anexo D). Eram garatujas, embora já fosse possível observar uma evolução no seu último desenho (minhoca), em que já é possível identificar o objeto do desenho.

Rico já se expressava graficamente com maior riqueza de detalhes, diferente dos desenhos realizados na Instituição (anexo A); da casa vazia, sem porta e janela de antes, passa a uma produção mais elaborada (anexo D); e mesmo não fazendo o fechamento da casa, observamos o surgimento de alguma contenção ou limite no uso do papel e delineamento no espaço do desenho (na borda superior uma sequência de nuvens e na parte inferior gramado ou terra). As paredes da casa passam a ser preenchidas por texturas diferentes, a porta e a janela já estão presentes, ainda que pequenas (de difícil acesso); o avião surge mais uma vez, agora no alto, em um segundo plano e a figura humana aparece pela primeira vez. O sol ganha um rosto e, apesar dos “muitos dentes vermelhos” (Silva p.115) não demonstram, a nosso ver, expressão de agressividade. Somos assim, tentados a pensar que Rico projeta e condensa na casa a história de sua nova família; uma casa com muitas texturas, pois comporta muitas diferenças. A porta pequena sugere a possibilidade – ao mesmo tempo – de interação e necessidade de conter o fluxo de entrada e saída dos membros da família extensa e dos amigos, coisa que incomoda muito a Rico. Ter um olhar mais atento à expressão gráfica das crianças nos permite um entendimento de como elas estavam se sentindo naquele determinado momento, pois sabemos que, através dos desenhos, a criança exprime suas dificuldades e perturbações até então veladas, como refere Françoise Dolto (1985), o desenho expressa o inconsciente do sujeito. É um autorretrato, um instantâneo do estado afetivo que mostra como o sujeito se apresenta na sua relação com os objetos. Por meio dele, podemos reconhecer as angústias sentidas por Rico no decorrer do processo de filiação, bem como, as construções internas que favorecem e dão suporte às mudanças que estão se processando.

Rico, ao finalizar seu desenho, pergunta à mãe se pode sair para brincar ou assistir ao filme que havia trazido: *Família Falcote – O super Falcote, Combate o Calote e a Corrupção e a Super Mei, Combate a Mentira e os falcatruas*. A escolha do filme é interessante, por trazer no título, o combate à mentira, assunto tratado naquele encontro. Luz, sem responder ao filho, pede para que ele se aproxime, e diante dele e da pesquisadora desabafa: “*pra gente tá difícil, tá difícil pra mim!*” (sic). Em seguida, Carolina Silva pergunta a Rico sobre suas dificuldades em aceitar as regras, ouvindo como resposta: “*Ela fica me incomodando!*”. Ao ser questionado quem o incomodava, diz: “*a Mila que fica me incomodando, pega as minhas coisas*” (sic). O incômodo de Rico pode ser pensado a partir de duas hipóteses: primeiro, pelo ciúme em relação à Mila, pois era ela que ficava mais tempo com os pais, por não frequentar a escola e assim, “o pegar suas coisas” pode ter a conotação de tomar seu espaço em relação aos pais, ainda que não devamos perder de vista as provocações de Mila. Outra hipótese seria uma

referência à mudança de comportamento da mãe em relação a ele. A convivência com Mila, naquele momento, também não estava fácil, ante os constantes choros, gritos e espaneio matinais.

Nesse contexto, a pesquisadora quis saber como Juca estava se sentindo frente às manifestações das crianças e das queixas de Luz. Responde ele:

“Tá bem! Mas a Luz se estressa bastante! Mas claro e é assim ó, quando eles estão brigando e começam a discutir demais, aí eu me posiciono. Porque eu me imponho. Eles dizem: Ah, eu quero, porque eu quero, porque eu quero... então, eu digo, BOM. Chegou! Agora deu! Mila agora tu vai ficar sentada aqui, ela diz, não! agora não! e eu digo: vai ficar ali sentada! Eu sei que ela vai fazer aquela manha... ela faz e eu digo, não! Fica aí sentadinha. [...]E se pergunto: Mila tu fez isso ou aquilo, ela sempre diz que foi o Rico. Tu quer ver? Quando ela tá em casa sozinha e ele tá na escola, ela é um amor, agora quando ele chega, vira tudo. Mas é ela que irrita muito ele, tudo que ele pega, ela quer. Fica incomodando Rico o tempo todo, até ele brigar com ela. Imita ele em tudo” (sic).

O relato de Juca mostra que houve uma mudança significativa no seu comportamento, ou seja, da antiga posição de passividade descrita por Carolina Silva nos primeiros encontros, ainda na Casa de Acolhimento, para um comportamento mais ativo, participativo e disciplinador. É possível perceber que Juca toma o controle, implicando-se nesse lugar paterno, o que denota já haver um sentimento de pertencimento, essencial à organização da estrutura familiar. Vale ressaltar, que o investimento afetivo de Juca nas crianças permitia cada vez mais que se reconhecessem como membros daquela família, independente da consanguinidade.

Os verdadeiros pais, do ponto de vista afetivo e psíquico da criança, são aqueles comprometidos numa filiação, portanto, aqueles que adotam os filhos, sendo eles biológicos ou não. Para Flavigny (2006), essa verdade, cria a “verdadeira semelhança” de ser fruto de uma união, contrariando a ideia de que o verdadeiro filho é apenas o consanguíneo. Na adoção, a filiação constrói a origem, pois ela se dá pelo reconhecimento do sentimento, dando ao outro o direito de nascer psiquicamente através da nova família. É essa verdade que permitirá uma nova “fecundação”, uma fecundação que se dará pelo desejo. O mesmo autor (2006, p.96), no artigo: *Quem são os <<verdadeiros>> pais da criança adotiva?* – observa que a verdade biológica é a verdade confiável, mas ela não atesta a proveniência dos gametas

fecundantes. Ela não diz nada sobre o desejo, precisaria haver um equilíbrio entre os dois registros: do desejo e do biológico; uma vez que, o laço biológico não implica num desejo profundo de filho, o vínculo biológico tem apenas uma vantagem, o da ilusão de uma “ancoragem”; enquanto o laço de filiação é o de um comprometimento mútuo entre os pais e seus filhos; um sentimento intenso, que possibilita a eles se implicarem numa relação.

3.6. IMAGOS PARENTAIS X MUDANÇA DE PERFIL DESEJADO DE FILHOS E SUAS REPERCUSSÕES NA NOVA FILIAÇÃO

Ao longo de nosso estudo, não podemos deixar de pensar na implicação das imagens parentais anteriores na filiação adotiva, uma vez que elas marcam a passagem de uma filiação à outra. Nesse sentido, sabemos o quanto é difícil para a criança adotiva dissociar os pais atuais daqueles de origem, isso porque o lugar de pai e mãe é simbólico e não personificado. Assim, as vivências anteriores tendem a se repetir nas vivências atuais. Muitos autores apostam na hipótese de que há uma implicação das imagens arcaicas na nova configuração familiar. Conhecer tais implicações ajuda os pais a identificar essas projeções e, conseqüentemente, permite a eles lidar melhor com essa “colagem”. Esse entendimento favorece a compreensão dos pais com relação a determinados comportamentos da criança, ajudando-a a cicatrizar a ferida narcísica decorrente do primeiro abandono.

Ainda no percurso da adoção da criança maior, será preciso considerar o movimento de alguns pais adotantes no tocante à mudança do perfil da criança desejada, em decorrência do tempo de espera, sem que nenhum trabalho prévio tenha sido realizado. Nesses casos, muitas vezes, aquela representação da criança imaginária “esbarra” com a criança real adotada, sendo necessário fazer o luto da criança já investida narcisicamente, para que assim a criança real possa ser investida como novo objeto de desejo e não suplência do antigo objeto não alcançado.

Nesse sentido, o estágio de convivência funciona como um suporte importante na elaboração desse luto, mais ainda, quando não ocorre uma preparação prévia. Tal suporte profissional contorna e dissipa algumas situações que, de outra forma, culminaria na ação dramática de devolver a criança.

Podemos perceber que, no caso de Juca e Mila, a intervenção de Carolina Silva, em vários momentos, foi fundamental no processo da constituição da filiação; sobretudo, naqueles em que a família vivia angústia e desilusões. Essas intervenções fizeram com que o

processo de filiação pudesse ser um projeto viável: muitos entraves puderam ser contornados e as angústias dissipadas. Como pode ser observado na passagem a seguir:

Juca e Luz, após alguns desabafos (já relatados) aproveitaram o encontro com a psicóloga pesquisadora para enfatizar a importância do acompanhamento realizado por ela no decorrer do estágio de convivência. Juca mais uma vez surpreende ao ser o primeiro a falar, afirmando que, o acompanhamento:

“Ajuda. Realmente e... Eu não pensava que fosse tanto assim... eles chegaram e de repente mudou tudo. Até porque, não sei, né? No início, assim, chegaram... assim, tão, foi tudo tão rápido. E de repente, né! Depois não é... é a idade, né! Ela já é mais... mas ele como tu disse, já é mais difícil... Ele já é grande, entende muita coisa, é muito esperto, já negocia. É uma coisa assim, às vezes ele chega em casa e já tira a roupa e joga tudo no chão, derruba... Hoje, por exemplo, ele foi lá, jogou, tirou e deixou 3 ou 4 mudas de roupa no chão... Daí a gente xinga ele, ele diz, ‘não fui eu’, e eu digo, mas como não? ‘Não, mas não fui eu, porque não sei o que...’ e eu afirmo, mas é tu que entrou ali, são as tuas roupas, as tuas coisas, é o teu quarto. E daí ele já pega o DVD, já tira um outro, cai no chão, ele não junta, e tu vai lá, fala pra ele e ele já fala brabo, ‘porque não fui eu’ aí eu digo, ah, então fui eu! (risos).” (sic)

Luz, em seguida, comenta a importância do acompanhamento por possibilitar que haja um entendimento do que está se passando nos primeiros momentos da construção da relação entre adotantes e adotados, a esse respeito, refere: *“eu acho que agora eu tô entendendo melhor as coisas... A questão das birras... O Rico tem uma coisa de bom, ele é tão carinhoso tão querido, mas ele não é tão aberto...” (sic Luz).*

Os pais assinalam a dificuldade da convivência com as crianças, principalmente, com Rico, por ter uma idade mais avançada. Fica então subjacente, uma certa queixa pelo fato de as crianças não serem bebês como desejavam. A passagem relatada por Juca realça as mudanças ocorridas na dinâmica familiar com a chegada das crianças. Sabemos que a inserção de um filho, sendo ele biológico ou não, desestabiliza a antiga dinâmica da família. Nesse caso, em particular, chamou-nos a atenção o fato de Luz e Juca já haverem criado outras crianças (sobrinhos) com idades próximas a de Rico, ou seja, pré-adolescentes, provavelmente com alguns comportamentos similares, com a diferença de que os lugares são

outros, ou seja, Rico e Mila são os seus filhos, e como tal são confrontados com a representação imaginária que eles, os pais, têm da criança idealizada.

Mesmo assim, há um investimento dos pais nas crianças e se observa um trabalho de filiação em construção. Juca já lida de uma forma melhor com as angústias não elaboradas de Rico – expressas nas suas agressões – e não mais as sente como um ataque narcísico a ele pai, o que desencadeava nele certa rejeição ao filho.

Juca e Luz já reconhecem e lidam com os filhos nas suas singularidades. A partir desse reconhecimento e entendimento se distanciam, cada vez mais, do “estrangeirismo” inicial. A relação que até então era marcada pelo confronto entre Juca e Rico, parecia agora se sustentar de outra forma, ainda que houvesse reclamações. Fica clara a posição paterna assumida por Juca. Já era possível às crianças uma identificação com as figuras paternas e uma reivindicação de um lugar cada vez mais ocupado por eles. Laplanche, consoante Ozoux-Teffaine (1987, p.130) nos lembra do “jogo incessante do ping-pong, onde se procura tomar certa oposição: a projeção será sem cessar seguida de uma introjeção, isto infinitamente”, influenciando no processo constitutivo do sujeito e de suas relações em obediência a um movimento dialético. O jogo de projeção/introjeção é nitidamente observado entre Rico, Mila, Juca e Luz.

Rico já dá alguns indícios de um trabalho em construção com relação ao luto do pai biológico, parece já está separando as antigas fantasias da figura masculina da imagem de Juca. Isso é importante, pois como sabemos, para que ocorra uma filiação será preciso que se faça o luto da imago parental a fim de que se reinvesta na nova imagem.

A ausência de uma figura paterna e a representação das figuras masculinas que passaram pela vida da genitora e, indiretamente, na de Rico teve desdobramento: certa recusa na vinculação com uma nova figura paterna. Supomos que o lugar atribuído a Juca, ao invés de ligar-se a um pai adotivo, possivelmente acolhedor, o remetia a um objeto perigoso, dificultando a formação de novos laços afetivos.

Desse modo, podemos supor que Rico mantinha uma distância “segura” de Juca no sentido de proteger-se, até que houvesse um espaço para o surgimento de outros sentimentos e identificações com a figura paterna, como de fato ocorreu, posteriormente, a partir de interesses comuns, como: gosto musical, torcida pelo mesmo time, mesmo corte de cabelo, etc. A conduta defensiva mantida – de início – demonstrava, a nosso ver, um enorme medo de vincular-se, de investir em objetos que pudesse oferecer riscos, levando-o a afastar-se de Juca. A resistência, a desobediência, a falta de limites e, principalmente, o enfrentamento paterno,

colocou em risco sua permanência na família. Foi preciso que ele chegasse a esse limite “do quase rompimento” para ter a garantia de ser filho, de não ser devolvido outra vez.

Rico, ao se queixar a Silva sobre sua discussão com Juca, lembra o que o pai disse: “‘quer que eu vá junto levar você lá no abrigo!’ E ele fala sério, não tava brincando” (grifo nosso). Nessa passagem ele expressa seu drama: ele já tem um pai, um pai forte que o enfrenta e, ao mesmo tempo, um pai que o ameaça deixá-lo. Vemos que, apesar de Rico se impor e falar, também deixa claro seu medo e seu temor de ser abandonado, de não ser amado, pois, se ele fosse amado não seria devolvido. Fragilidade e força parecem fazer parte de sua história de vida, basta lembrar alguns episódios do passado: [...]“foram encontrados sujos, assustados e com fome, mas Rico assumia a postura de protetor da irmã”; [...]“ficou bastante apreensivo, quanto à possibilidade de a família não se interessar por eles”; [...]“impõe a condição de aceitar [a adoção], se forem juntos para uma mesma família”. Rico demonstra, assim, ser uma criança sempre forte, mesmo quando amedrontado e fragilizado.

Ao expressar suas angústias com Carolina Silva, Rico esboça também um desejo de mudança e esperança no novo vínculo, podemos supor que para ele esse pai – diferente do anterior – é forte. Aquela comunicação talvez demonstrasse, de certa forma, que o vínculo construído, ainda que incipiente, era capaz de suportar todas aquelas tensões. Vale lembrar, que pai e filho falavam de suas angústias e temores a Silva, o que nos faz supor ainda, que se inseria ali um pedido de ajuda.

Ao poder sustentar pai e filho nas suas angústias, foi possível a Silva fazer a contenção da família, abrindo “brechas” para que se operassem algumas mudanças. De fato, Juca, a partir das intervenções, pôde conter e sustentar Rico no lugar de filho, ao mesmo tempo em que lhe foi possível assumir o lugar paterno. Rico, por sua vez, pôde, aos poucos, aceitar esse lugar de acolhimento paterno. Ressaltamos a importância do acompanhamento do período de convivência nos casos de adoção de crianças maiores, visto que, essa transicionalidade implica viver e reviver rompimentos significativos, repercutindo na construção das novas relações afetivas. O acompanhamento, nesses casos, surge como um importante recurso para a sustentação dos paradoxos vividos por pais e filhos.

Assim, com a relação mais estável, observamos que a construção da nova história se dava de forma mais tranquila, mesmo que ainda oscilasse entre avanços e recuos defensivos; como pôde ser visto no decorrer do estágio de convivência.

O aniversário de Rico estava próximo e, coincidentemente, era no mesmo mês do de Luz. Carolina Silva sugeriu para o aniversário de Rico um bolo no formato de avião,

considerando seu interesse por estes. Entretanto, Rico recusou tal proposta, pois já havia pensado num bolo cuja metade seria Tião Gavião, e a outra metade Penélope Charmosa. Ou seja, ele integra ao seu aniversário o aniversário da mãe. Luz que estava prestando atenção na conversa dos dois sorriu com a ideia. Rico, diz ser este o seu desenho predileto, “A Corrida Maluca”, que tem como personagens principais: Penélope Charmosa e o Tião Gavião com o seu parceiro Mutley, conhecido também, como rabugento. O desenho tem como tema central uma competição sempre entre vinte e três pilotos, com o objetivo de obterem o título mundial do “corredor mais louco do mundo”. O Tião gavião, também conhecido, como Dick Vigarista, era o personagem com quem Rico mais se identificava, também era ele que pilotava a “máquina do mal”, que, como o nome sugere, tenta a todo custo vencer a corrida, com todo tipo de trapaça. Dick Vigarista não tinha amigos, sempre queria obter vantagem sobre tudo e todos. A Penélope Charmosa é a única mulher da corrida, muito feminina e charmosa, é muito arrumada, adora maquiagens e apresenta uma postura bastante ética. Talvez Rico estivesse fazendo uma referência a Mila, na sugestão de um bolo com a metade do Tião Gavião e a outra metade da Penélope Charmosa que, como sua irmã, adorava maquiagens; mas, por outro lado, o aniversário era dele e da mãe. Seria provavelmente a primeira vez que eles comemorariam um aniversário com uma festa assim, as crianças poderiam enfim, juntas, comemorarem também estar finalmente em uma família.

O término do encontro entre pesquisadora e família foi seguido de uma observação de Rico quanto à posição (desejo) dele na dinâmica familiar. Rico comenta com Carolina Silva que, em sua casa quem mandava era o seu pai, se o pai não estivesse em casa, a mãe, mas se nenhum dos dois estivesse era ele quem mandava em Mila e na casa. Nesse comentário, Rico revela a sua posição edípica na família, a hierarquia fraterna e define os lugares de cada um na constituição familiar.

No encontro seguinte, quinze dias após, Carolina Silva que havia trazido de presente para ele um avião, encontro-o fingindo dormir, mas ele não conseguiu fingir por muito tempo, dada a sua curiosidade de ver o presente. Rico dizia sempre querer ser piloto de avião. Segundo a pesquisadora, ele estava particularmente quieto, não estava para muita conversa, foi sentar no sofá com Mila para comer salgadinho. Era possível ouvir Mila dizer que queria mais salgadinho... que iria pegar tudo..., ao mesmo tempo em que falava para ele não empurrá-la. Após algum tempo, as crianças resolveram conversar e contaram como era o quarto deles na casa da cidade. Rico descreve seu quarto da seguinte forma: “*tem um baita sol, é branco, tem uma televisão, tem um roupeiro, né mãe? Tem a cama da Mila que é uma*

bi-cama e a minha cama do lado”, Mila entra na conversa, complementando: “*ele dorme na dele e eu durmo junto na cama minha*”. Luz relata que Rico “estava lindo, chamou-o de filhote e comentou que ele tinha melhorado muito e que estava mais carinhoso”. Comentou ainda, que ao se queimar fazendo o almoço, Rico deu um beijo em sua mão para sarar e achou aquela cena muito fofa (Silva, p.117).

Parece que a família estava entrando em harmonia, as questões trazidas nos últimos encontros já não apareceram mais. O fingimento de Rico, em dormir, pode indicar uma certa recusa em lidar e falar com alguém que representa uma condição anterior, da qual ele desejasse se distanciar.

As crianças estavam mais tranquilas, fizeram novos desenhos. Rico desenhou uma casa e um avião (Anexo E), enquanto Mila fez uma pessoa, e mais uma vez fez o desenho da minhoca (Anexo E). Enquanto coloria seu desenho cantava a musica da minhoca: “*Minhoca, minhoca me dá uma beijoca, não dou, não dou, não dou, então eu vou roubar... Minhoco, minhoco, tu tá ficando louco beijou do lado errado a boca é do outro lado*” (Silva, p.118). Rico consegue, enfim, fazer o fechamento da casa, que se apresenta mais elaborada, com portas e janelas, não mais diminutas como antes. O telhado tem ainda uma textura diferente e a casa é cercada como a casa em que mora. Parece que Rico está se sentindo pertencente a um lar, inserido numa família estruturada, capaz de protegê-lo. O avião ainda se encontra presente em seu desenho, embora não se assemelhe mais a um avião de passageiros; parece que a projeção sobre o avião já condensa outros elementos psíquicos. A esse propósito, discutiremos mais à frente. As produções de Mila contêm vários desenhos de minhocas; sua pouca idade e, por consequência, o afrouxamento da censura faz com que possa expressar de maneira clara e menos distorcida a fase edípica vivida, assim como, o interesse pelos órgãos genitais e pela sexualidade. A denominação de seus desenhos (*O pai e a mãe, A minhoca e o minhoco e, Cobras*) ajudou-nos a esclarecer sobre a natureza de suas fantasias, uma vez que, principalmente em casos de crianças pequenas, a palavra surge também como esclarecedora da intenção da criança, complementando a expressão gráfica.

Do ponto de vista comportamental, Mila apresentava algumas regressões, voltando a usar fraldas e a tomar mamadeira. As regressões são mecanismos frequentes nos casos de adoções de crianças maiores, entretanto, na situação de Mila, elas se associam ao fato de estar vivendo a separação dos pais com sua entrada na escola (no maternal), em tempo integral, e o retorno de Luz ao trabalho. Rico também estava sentindo a ausência da mãe (ainda que se queixasse de Luz não ter muito tempo para ele), pois antes, ele passava todas as tardes em sua

companhia, salvo às quartas-feiras, por frequentar as aulas de catequese. Juca agora era quem passava mais tempo com as crianças.

Enquanto as crianças produziam os desenhos, a pesquisadora perguntou a Rico se ele tinha ideia de quanto tempo eles estavam morando com Luz e Juca. A resposta surpreende: “*Desde sempre!*” (Silva, p.118). Em seguida ele pede outra folha para desenhar um avião de caça (Anexo E). Luz que estava ao lado do filho diz que, “*ele desenha muito bem, tá tentando desenhar a mão livre, desenha bem, bem mesmo!*” (sic). Mila aproveitou para pegar outra folha para desenhar o contorno de sua mão (Anexo E). Rico estava feliz, mostrava seu desenho orgulhoso, comentando que queria “ser piloto de avião de caça e romper com a barreira do som” (Silva, p.118). A resposta dada por Rico (*Desde sempre!*), indica que psiquicamente para ele só há uma família, a divisão da antiga para a nova família, já não existe mais.

Freud (1986[1897]) em cartas à Fliess e no artigo de 1909, *Romances Familiares*, observa que, no inconsciente há uma espécie de fantasias que, do mesmo modo que se consegue fazer com as cenas, é possível também construir uma trama imaginosa ou um novo romance familiar para si mesmo, que não corresponderá à realidade familiar do sujeito. O “romance familiar” é amparado no complexo de Édipo, realçando a dupla filiação parental, “a dialética do estranho e do familiar que cada sujeito vive no seio da família” (Queiroz, 2012,p.108). Assim, Rico reconstrói seu mito individual de origem, filiando-se aos pais, um vínculo de pertencimento de suma importância para a constituição da subjetividade.

O avião de caça desenhado por Rico, seguido do comentário do seu desejo em ser piloto de caça e romper com a barreira do som, sugere que ele próprio possa ter deslocado e condensado na figura do avião. Capaz de romper a barreira do som, ou seja, uma certa alusão aos riscos e vulnerabilidade passados por ele, e a barreira que precisou e ainda precisa romper para ocupar o lugar de filho na nova filiação.

A construção da parentalidade com base na psicanálise – questiona, a nosso ver, o conceito de família, sustentado apenas nos laços consanguíneos. Tal construção se dá ao longo de um percurso que compreende também o psíquico e o jurídico. No caso da adoção, ela se dá pelos dois últimos que, por sua vez, fazem suplência à ausência do laço consanguíneo. O conceito de parentalidade compreende aspectos que se relacionam à realidade psíquica de cada um dos pais, assim como aos cuidados parentais e às trocas que se estabelecem ao longo da história de pais e filhos. É preciso que se reconheça tanto a influência da realidade psíquica dos pais como a importância das interações e trocas entre pais

e filhos. Essa troca é marcada por fantasias e fantasmas parentais que têm início nas relações objetais precoces, porém, pode ser construída ou “retificada” pelo processo de vinculação estabelecido entre pais e filhos, ao longo do tempo.

3.7. PERTENCIMENTO E FILIAÇÃO

A história de Rico e Mila mostra o processo de constituição de uma família fundado no compromisso e laço afetivo, garantindo novas construções psíquicas. Para Levy-Soussan (2010, p.74) a filiação na adoção pode ser concebida “como exigência de um trabalho psíquico necessário para permitir que cada um construa sua própria identidade, que elabore sua subjetividade e seu destino”.

A leitura de que a família desempenha outros papéis primordiais, além dos laços biológicos, será o caminho que tomaremos para esse entendimento; apoiado na leitura psicanalítica, que concebe o desejo como essencial na construção do laço com o outro. Assim, partilhamos da ideia de Passos (2012) de que a instauração das funções parentais e filiais irá depender do reconhecimento recíproco das pessoas que compõem a família, um reconhecimento que pressupõe investimentos de afeto e a criação de lugares e posições subjetivas de cada um dos membros; possibilitando, desse modo, que cada sujeito possa se apropriar de sua história e reinventá-la.

Para Lacan (2003[1969]), o que é transmitido pela família não se reduz a uma ordem de satisfação de necessidade, mas sim, um desejo que se vinculará a um nome, portanto o que será transmitido é um nome de um desejo. A essência dessa transmissão, segundo o autor, implica a relação do sujeito com o desejo na constituição subjetiva da criança, apontando para uma dimensão simbólica. Um desejo que não seja anônimo, daí acrescentar a importância das funções maternas e paternas; a função da mãe, através dos cuidados, traz a marca de um interesse particularizado, intermediado ainda pelas suas próprias faltas; já a função do pai introduz a lei, barrando o desejo da mãe, evitando que a criança fique capturada no desejo materno.

Apoiado nessas concepções, vemos que o que garantirá e sustentará a transmissão familiar será a adoção da criança como filho; o vínculo biológico por si só não sustenta a transmissão de forma automática. É o ato de adoção, no sentido lato do termo, que garantirá o

sentimento de pertencimento e filiação a um grupo familiar. Pai, mãe e filho são, por conseguinte, atribuições simbólicas.

No caso estudado, foi possível perceber que o exercício das funções materna e paterna por Luz e Juca, respectivamente, sustentou as crianças no lugar de filho e filha do casal. Rico e Mila estavam sendo adotados pelo desejo dos pais. Isso não quer dizer que não houvesse conflitos, pois não existe família sem manifestações de discordância ou de conflito.

No décimo terceiro encontro (penúltimo com a pesquisadora e após cinco meses de acompanhamento), a família ainda estava se reorganizando e tendo que enfrentar novas mudanças decorrentes do retorno de Luz ao trabalho, o que exigiu um novo reposicionamento de Juca, ou seja, o de cuidar sozinho das crianças. Rico e Mila reagiram a tais mudanças, apresentando comportamentos regredidos. Foi nessa ocasião que Carolina Silva aplicou o teste do Desenho da família em todos os membros, de forma coletiva (Anexo F):

. Juca fez o desenho dos membros da família na seguinte ordem: ele, Luz, Rico e Mila; em seguida, fez a casa, o carro, o cachorro dele e o da esposa;

. Luz desenhou em primeiro lugar a casa e uma árvore, depois Juca, Mila, Rico e ela. Fez ainda os dois cachorros da família entre uma árvore pequena e o canil;

. Rico, ao desenhar a família teceu o seguinte comentário: “eles estão na praia e não fiz as mãos porque estão para trás” (Silva, p.119); pela sua produção, acreditamos que foi primeiro a Mila, depois, Juca, Luz e ele; em seguida, fez quatro coqueiros, dois de cada lado, sol, nuvens e três pássaros;

. Mila, que nessa ocasião já havia completado quatro anos, fez dois desenhos: a família (garatuja) e o “boneco”. Observamos uma evolução em seu grafismo, avançando do rabisco (garatuja – ainda que fizesse essa representação) para o “boneco girino” (ocasional e incipiente – sugerindo uma evolução nesse sentido).

O lugar de cada um na construção fantasmática da família podia ser observado no teste projetivo, visto mais significativamente, nos desenhos de Juca, Luz e Rico. Todos eles desenharam os membros familiares próximos, e cada um os inseriu num contexto diferente, Rico – por exemplo – os desenhou dizendo que estavam na praia; já Luz e Juca desenharam-nos no contexto da casa. Juca parece dispor a família em uma ordem hierárquica, enquanto Luz faz todos de mãos dadas, colocando-se ao lado de Rico, e Juca seguido a Mila. Ela coloca as crianças entre o casal, o que sugere proteção, mas edipicamente dispõe Mila próxima de Juca e ela próxima de Rico, sugerindo então, um contexto para o “romance familiar”,

condição para a “criança entrar na ordem simbólica e na ordem humana” (Queiroz, 2012, p.113). Ao desenhar Mila em primeiro lugar, Rico demonstra que, apesar dos atritos com a irmã, ela continua a ser a figura de maior valência em sua vida. Ele e a mãe são os que aparecem ao lado de Mila. Rico se desenha por último, e se destaca, pelo tamanho e pelo fato de estar com as mãos para trás. Os coqueiros, agora sem frutos, desenhados em cada lado da família, lembra um desenho anterior seu. É interessante ressaltar que sua produção é notadamente marcada pela presença sempre de três elementos (nuvem, sol, nuvem; pássaro menor, maior e menor; dois coqueiros, família, dois coqueiros) sugerindo uma triangulação edípica.

A entrevista de encerramento foi realizada na casa da cidade, era a primeira vez que a pesquisadora ia a essa casa. Carolina Silva se antecipou ao horário combinado com os pais; e, ao chegar, encontrou Juca cortando a grama e Luz ajudando Rico nas tarefas escolares. Mila ainda não havia chegado da escola. Segundo os pais, as crianças se encontravam mais tranquilas e ambientadas na escola, já tinham amigos no ambiente escolar e na rua onde moravam. Mila havia deixado de tomar mamadeira; mas, a disputa entre os irmãos ainda persistia. Com relação a Rico, continuava a desobediência e a não querer saber dos estudos: fazia as tarefas, mas não entregava à professora; na escola, ainda aconteciam brigas. Luz havia alimentado a esperança que, após cinco meses, eles já estivessem mais adaptados.

Quanto aos problemas de saúde de Rico, algumas providências foram tomadas: levaram-no ao ortopedista, que sugeriu uma série de exames e prognosticou a possibilidade de uma intervenção cirúrgica na coluna. Rico resistia, dizendo, que só faria a cirurgia quando estivesse adulto. Luz pede então, a intervenção de Carolina Silva, no sentido, de convencê-lo a ceder. Juca já havia conversado com o filho sobre a importância do tratamento, pois, ele próprio já teve problema de coluna e precisou de uma intervenção cirúrgica, e esta foi bem sucedida. Com isso, Rico dá sinais que irá colaborar com o tratamento indicado, uma vez que ele adorava praticar esportes, principalmente futebol e capoeira.

Em seguida, Juca foi buscar Mila na escola, enquanto Luz preparava um café e arrumava a mesa, para que eles pudessem comemorar o último encontro com a pesquisadora. Todos sentaram à mesa para conversar sobre como estava sendo a rotina familiar e seus relacionamentos. Luz iniciou queixando-se do quanto estava sendo difícil para ela ficar longe das crianças. Juca e Rico ficavam boa parte do tempo sozinhos, em casa, pois Mila estudava em período integral. Juca buscava o filho na escola e ambos voltavam para casa para fazer as refeições. Parece que não só Luz estava sentindo a ausência, mas também a família.

Havia ainda, outro fator que mobilizava a família naquele momento, a descoberta que um tio paterno, muito querido e próximo de Luz, estava com câncer. A idade avançada dificultava a alta hospitalar, deixando Luz muito abalada.

Rico e Mila convidaram a pesquisadora para conhecer a casa e o pastor belga, cachorro da família, que estava no canil. Mostraram o quarto deles por último, deixando transparecer através desta ação, que além da surpresa que desejavam fazer a Carolina Silva queriam realçar o lugar de destaque que ocupavam na família, representado por um espaço próprio. Ao chegarem ao quarto, Rico comentou que já tinha seis amigos na rua e que estava muito feliz. Quis mostrar as músicas sertanejas de que gostava, ligando o DVD para ela assistir. Entre as músicas, a sua preferida era a da dupla, Maria Cecília e Rodolfo, intitulada: “Os dias Vão”. A letra da musica versava o seguinte:

Te perdi, eu não sei direito o que aconteceu, só me dei conta quando o dia amanheceu. Eu acordei, olhei pro lado e não te vi abandonado, triste num canto pensando na gente. A culpa é minha, podia ser diferente, não dei valor e agora sei que te perdi. Os dias vão e é só saudade de você no coração, o telefone que não sai da minha mão. Eu conto as horas pra você voltar pra mim, vou te amar, não importa o quanto eu tenha que esperar, deixei a porta aberta pra você entrar de novo aqui, no meu coração (Silva, 2011, pp.76-77).

Enquanto ouviam a música, ele acompanhava cantando. Mila feliz pulava de uma cama para outra. Logo após, os irmãos começaram a brincar entre eles, fazendo ponte com o corpo, dançando, cantando, fazendo cócegas um no outro e dando muitas gargalhadas, segundo Carolina Silva, eles estavam completamente descontraídos. É interessante que, ao mesmo tempo em que eles demonstraram um estado de felicidade, a música preferida de Rico fala de uma saudade. A letra nos leva a pensar no processo de luto da genitora, permeado por fantasias e sentimento de culpa, comum a esse processo.

Diante do relato dos pais e das crianças, e pela observação da pesquisadora, cabe a reflexão de que o vínculo filial se baseia, em parte, na afiliação, como refere Eiguer (2012, p.145), em um apego que remete ao grupo e seus dinamismos: a transubjetividade. Cumplicidades aparecem, apontando sentimentos inconscientes, portadores de desejos, fantasias e afetos. Para o autor:

“O filho constrói, assim, sua inscrição em uma filiação adotiva por sua inserção no habitat da casa, que aporta o testemunho da pertença a uma família [...]. No caso das famílias que adotam, o cotidiano consolida os vínculos pela afiliação, integrando os não consanguíneos ao parentesco” (Eiguer, 2012, p.145).

Vemos que, no caso da família em questão, há um cotidiano que comporta: alegrias, tristezas, saudades, tarefas, almoços em família, jogos, preocupações e, principalmente, solidariedade em momentos de crises. Gestos do cotidiano que confirmam a pertença no processo de afiliação.

A descontração das crianças reflete o quanto elas estavam adaptadas à nova família, e é interessante notar que Rico precisou chegar ao seu quarto para confidenciar sua felicidade e saudade. Aquele, de fato, parecia ser o seu lugar. Além do mais, sabia que era o último encontro e, provavelmente, o parecer de Carolina Silva sobre o encontro seria relevante para o processo de adoção. Assim, ao mesmo tempo em que compartilha com ela seus sentimentos, dá seu depoimento sobre adoção. O gosto pela música sertaneja indica sua identificação com o pai, confirmada por Juca. Mila que também gostava de cantar tinha como favorita, *Meteoro*, de Luan Santana:

Depois que eu te conheci, fui mais feliz. Você é exatamente o que eu sempre quis. Ela se encaixa perfeitamente em mim. O nosso quebra cabeça teve fim. Se for sonho não me acorde. Eu preciso flutuar, pois só quem sonha consegue alcançar. Te dei o sol, te dei o mar pra ganhar seu coração, você é raio de saudade, Meteoro da paixão, explosão de sentimento que eu não pude acreditar. Ah! Como é bom te amar! Tão veloz quanto a luz pelo universo eu viajei. Vem! Me guia, me conduz, que pra sempre te amarei.

No momento em que o pai estava conversando com a pesquisadora, Mila cantou o refrão da música: “*Te dei o sol, te dei o mar. Pra ganhar seu coração. Você é raio de saudade, Meteoro da paixão, Explosão de sentimentos que eu não pude acreditar. Ah! Como é bom te amar!*” (Silva, p.123). Ao terminar de cantar, Carolina Silva pergunta a ela com quem se achava parecida, se, com seu pai ou com a sua mãe. Diz ela, parecer com a mãe e seu irmão com o pai. Mila pega um espelho e começa a se admirar, arrumando-se... passando creme de pentear nos cabelos e soltando-os. Seu cabelo estava crescendo e, segundo Luz, havia crescido igual ao dela. Enquanto se admirava no espelho, Mila falava dos seus progressos e crescimentos: contou que a mãe tinha comprado um penico e que conseguiu usá-

lo, mas também, que conseguia ir ao banheiro sozinha; não estava mais tomando leite na mamadeira, usava a caneca.

Segundo Carolina Silva, Mila interagiu mais com o pai; mas, pelo relato das duas havia uma identificação entre elas. Os comportamentos regressivos descritos nos últimos encontros já não se apresentavam tão evidentes, fazendo-nos supor que já era possível a Mila, enfrentar as situações com maior tranquilidade e segurança. A forte ligação com a figura paterna indicava, provavelmente, os desejos edipianos.

Ao término do encontro, Carolina Silva conversou com Juca e Luz, quanto à possibilidade de encaminhar Rico a um psicólogo clínico, no sentido ajudá-lo nas dificuldades ainda apresentadas, já que o comportamento desafiador pela não aceitação de regras e limites, e a agressividade em casa e na escola persistiam. Além disso, tal trabalho o ajudaria a melhor elaborar o luto das imagos parentais e das feridas narcísicas. É preciso considerar todas as perdas, traumas, “devoluções”, rejeições e sofrimentos ocorridos em sua vida. Além do mais, precisaria ser amparado psicologicamente para aceitar e enfrentar a intervenção cirúrgica necessária.

Juca e Luz deixaram claro que, mesmo com todos os contratempos e dificuldades que passaram “no manejo e negociação com os filhos, eles estavam felizes com a re-fundação familiar e acreditavam que, a cada dia, eles iriam evoluir, ainda mais, as relações afetivas e os laços entre eles” (Silva, 2012, p.123). A esse respeito, salientamos que a adoção “é um processo de apropriação recíproca entre pais e filhos”, como referido por Eiguer (2012, p.141). E mesmo que ainda tenham dificuldades e desacordos, a felicidade trazida pelo novo vínculo afetivo é inquestionável, é a isso que denominamos filiação.

O último encontro tinha como objetivo o fechamento do acompanhamento do estágio de convivência e orientação, se necessário para pais e filhos. Lembremos que Carolina Silva exercia duas funções: psicóloga jurídica e pesquisadora. Houve, ainda, a devolução dos diários e livros de apoio. Entre os livros, Rico se interessou pelo que continha a história de “Joaquim, o rei do pinguim”, Mila, não demonstrou nenhum interesse pelos livros, talvez pela pouca estimulação à leitura. Por fim, foi entregue aos pais o Laudo Final do acompanhamento, no exercício da função de psicóloga jurídica da 2ª Vara da Infância e Juventude, para que fosse anexado ao processo de adoção em andamento, e, a entrega da solicitação e encaminhamento de psicoterapia para Rico.

Dentre os diários recebidos, Luz e Rico foram os que mais utilizaram. Juca o entregou em branco, afirmando não saber o que escrever, além de não gostar; segundo ele, a cirurgia

havia deixado sequelas na motricidade fina, comprometendo sua escrita. Mila fez alguns desenhos (Anexo H), sendo possível observar certa evolução no grafismo, ainda que, incipiente, já referido anteriormente. Juca, apesar de entregar o diário em branco, fez um desenho no diário de Mila: desenhou a filha, ele e o cachorro pequeno de Luz, mostrando assim, a forte relação existente entre ele e Mila, uma ligação que pareceu ter seu início no primeiro encontro, ainda na instituição.

Rico fez uma capa para o seu diário, intitulando: “Agenda de Rico”. Escreveu sobre sua família, registrou músicas compostas por ele e alguns desenhos (Anexo I). Entre os desenhos, fez: avião de caça, carro de polícia e de corrida (pilotado por “Gerson”, protagonista da novela *Passione*), a casa da família com uma árvore de natal, Joaquim (o rei pinguim) e um berimbau. Utilizou parte do diário com exercícios escolares de português e matemática (tempo verbal e fração) estes, realizados com a mãe. No tocante à família referiu:

Está sendo muito legal estar aqui porque tem avião, tenho um amigo e estou estudando numa nova escola. A mãe e o pai são muito legais. O pai é brabo, mas é o jeito dele. A mãe leva a Mila na escolinha e o pai me leva na escola. A escola é pequena, mas nem tudo é grande. (Diário de Rico)

As músicas compostas por Rico versam sobre tempo e berimbau, parece que as composições criadas se relacionavam à roda de capoeira, de que tanto gostava (Anexo I):

Eu jogo futebol

Está chovendo

Está relampeando

Está nevando

Está garoando

Ontem estava calor

Hoje eu li um jornal

Assisti um filme chamado

Indiana Jones

Ele é Horrroso

Uma cabassa

Um arame

Um dobrau

Um pedaço de pau

Meu berimbau

Toquei assim

Dim Dim Dim Dim

Bom meu berimbau

Toquei assim

A relação familiar descrita por Rico no diário aponta para o engajamento da família, um acolhimento que promoveu uma filiação onde não existia nenhum laço. Ele deixa entrever o quanto estava adaptado aos pais e à nova vida. O pai brabo parece pouco influir no seu afeto ao reconhecer tal traço como jeito dele, uma espécie de abonoamento de conduta. A “brabeza”

do pai não é mais sentida, como endereçada a ele, parece que as antigas imagens já não operam da mesma forma. Hamad (2002, p.93) explica:

O que constitui família é essa operação de subjetivação que permite a criança inscrever-se simbolicamente numa linhagem, graças ao concurso de seus tutores e em função da posição de cada um deles. [...] É essa posição que determina o lugar da criança na economia psíquica de cada um e, conseqüentemente, a natureza de sua entrada no Édipo.

Rico parece já estar no segundo tempo da experiência do Édipo, a que o pai intervém como privador da criança e da mãe, ligando-se à primeira aparição da lei. Um ponto chave da relação do Édipo por passar da relação do pai para a palavra dele (Hamad 2002). Os desenhos de Rico: o carro de corrida de Gerson e o de polícia vão indicar dois pontos: o primeiro carro de corrida desenhado por ele, representa a falta de limites, uma vez que escolhe um protagonista da novela, que não é o de um herói, ou de um simples piloto, muito pelo contrário, o personagem que tanto o encantava, representava uma pessoa completamente imatura, sem limites, frágil e com sérios problemas psíquicos. Já o segundo carro, representa a própria lei, pois, é a polícia que impõe limites e sanciona penalidades, assim como, a representação paterna.

No desenho que faz da “casa da família enfeitada para o natal” (sic), representa uma casa feliz, cheia de luz, bem diferente de sua antiga representação, o que pressupõe que já é possível a Rico acolher e ser acolhido pela nova família, realizando finalmente seu antigo sonho: de ir para “uma boa família que adotasse os dois”.

No diário de Luz constavam registros mensais de suas alegrias e angústias vividas no decorrer do período de convivência. Um caminho permeado por momentos de extrema felicidade: a chegada das crianças, a primeira vez em que foi chamada de mãe por Mila e por Rico; e de estremecimentos e preocupações, principalmente quanto à relação do marido com o filho, como é possível observar na descrição a seguir:

“Estou bastante ansiosa, passou a euforia de primeiro momento e começaram as dificuldades. O Rico está rebelde, não quer aceitar as regras, só quer rua, não quer estudar direito, não faz o que a gente pede. A Mila ainda chora muito à noite. Talvez por causa da adenoide, mas estou fazendo os exames para tratar. Estou sentindo dificuldades para lidar com eles. O Juca está estressado com ele; (Rico) não quer obedecer, retruca, bate boca” (Diário de Luz).

Fica claro a passagem da fase de idílio, do deslumbramento do primeiro momento para uma fase emocional mais densa, em que as crises e a elaboração do romance familiar podem se desenvolver. Como se aquele primeiro quadro da adoção, fantasiado e idealizado pelos pais (indispensáveis num primeiro momento) se rompesse. É desse rompimento que é possível haver a passagem para uma nova fase que permita a construção de uma relação de vínculo familiar, fruto da ressignificação das antigas imagens e desejos narcísicos, possibilitando que, finalmente, a criança real possa surgir. O trabalho do luto é necessário dentro da adoção, tanto para os pais quanto para as crianças, principalmente tratando-se de crianças maiores.

Um mês após, Luz relata que Rico já apresentava mudança em seu comportamento, ainda que continuasse desobediente. É possível perceber também, todo um cuidado com relação à saúde de Mila: *“Falamos c/ a Karol e o Rico apresentou uma melhora no comportamento, mas está ainda muito teimoso e desobediente. A Mila está no 2º tratamento. Acho que vai precisar de cirurgia de Adenóide”* (sic). Os cuidados quanto aos problemas de saúde enfrentados por Rico, também é relatado por Luz: *“Apesar das dificuldades, o Rico está melhorando. Levei-o ao médico (ortopedista) mandou fazer exames da coluna. Estamos aguardando os resultados”* (sic).

Luz finaliza seu diário (Anexo G) descrevendo seus anseios e preocupações, ao mesmo tempo em que relata algumas características e comportamento da família. Deixa entrever que, apesar das diferenças, é possível haver a construção de uma filiação fundada na afetividade. Uma afetividade que estabelece laços e faz das crianças suas crianças.

Nossa família tem muito o que melhorar, mas estamos a cada dia mais unidos pelo amor, apesar das personalidades diferentes que cada um apresenta, estou Feliz, a Mila é muito teimosa e autoritária, o Rico é muito bicudo, nunca quer ouvir não, se emburra por qualquer coisa. Eu, estou sempre cobrando, quero que as coisas melhorem bem rapidinho. Sou muito ansiosa, não gosto de esperar por muito tempo para ver resultados positivos. Acho que não podemos parar no tempo e ver tudo passar sem tomar nenhuma atitude. O Juca tá um pouquinho mais calmo, mas cobra respeito e obediência da Mila e do Rico. Acho que ele está certo. Ele fica muito nervoso e se irrita, se preocupa demais, e eu fico apreensiva com isso. Temo por sua saúde, nossa vida mudou muito. Não vejo a hora que tudo se estabilize e acertemos de vez nossa Família, para que vivamos alegres e felizes. Voltei a trabalhar e o Juca está mais tempo com as crianças, peço a Deus que eles se acalmem logo, para que ele não

se estresse muito na minha ausência diária. Estou Feliz, Amo meus Filhos e se Deus quiser, Vamos fazê-los os Filhos mais Felizes do Mundo.

Karol: Obrigado por tua dedicação e carinho conosco, não tenho palavras para te agradecer. Posso dizer: Te amo Karol. Feliz Natal. Feliz Ano Novo. Feliz Carreira p/ você: Luz (Transcrição do diário).

Os agradecimentos de Luz são seguidos da assinatura de toda a família, no caso de Mila, ela assinou pela filha. É interessante que Luz grafa as palavras: feliz, família e filhos com letras maiúsculas, conotando a importância conferida aos filhos e à família na sua vida. Apesar de suas preocupações com relação aos filhos, não há diferenças consideráveis em relação a outras famílias, adotivas ou não. Pois, as relações interpessoais são sempre carregadas de afetos e tensões, as diferenças de gerações favorecem certos atritos e tendem a desestabilizar a estrutura familiar e a submeter seus membros a duras provas. Para Hamad (2002, p.152):

Os pais, sejam eles de nascimento ou adotivos, estão ali para receber essa transferência e, conseqüentemente, para tomar para eles a angústia que tende a desestabilizar seu mundo afetivo [...] Para o adulto, na transferência, o tempo, os fragmentos do passado surgem para se impor inadequadamente com relação à realidade, ao passo que a criança, com sua família, inscreve numa historicidade o tempo que começa a se desenrolar para ela graças à presença e à ausência de seus pais e, sobretudo, graças a seus significantes, cuja vocação é ser conquistados por ela para se tornarem seus.

Assim, faz-se necessário o endereçamento a um outro, para que as histórias de cada sujeito possam se cruzar e entrelaçar na trama familiar. Rico, Mila, Luz e Juca mostram que é possível tecer essa relação, que pode se iniciar já no estágio de convivência; ainda que, a história anterior possa pesar sobre a atual. Entendemos que a filiação afetiva e instituída inscreve a adoção para além do biológico. O laço consanguíneo pesará, por remeter àqueles primeiros representantes que os abandonaram, implicando um grande trabalho de ressignificação da experiência anterior, e esse parece ser o grande desafio da adoção: aquisição e fortalecimento do sentimento de filiação e pertença na família adotiva, para que crianças e pais sintam que pertencem uns aos outros.

Todavia, o acompanhamento do percurso de Rico e Mila, no decorrer do estágio de convivência, mostra que é possível haver novas ressignificações dos traumas sofridos pelas experiências anteriores. Ao cuidar e acolher as crianças, Juca e Luz ampliaram as

representações para além da experiência de desamparo e dor. Um acolhimento que promoveu novos processos identificatórios pelo desejo desses pais, por filhos, permitindo um (re)nascido das crianças, amparadas pelo laço afetivo. Portanto, podemos inferir que a adoção, pode ser entendida como uma transmissão psíquica que instaura o princípio da parentalidade, um processo que implica uma construção, delicada e frágil, mediante as circunstâncias que a envolvem. O laço pais-crianças resulta de uma adoção mútua: desses pais pela criança e das crianças por esses pais. O laço de filiação, no sentido afetivo, trança esses sentimentos que se misturam entre adotantes e adotados, possibilitando uma filiação psíquica que, amparada pelo jurídico, vem legitimar e sustentar esses lugares: de PAIS e de FILHOS, aqui, grafados propositalmente em letras maiúsculas, assim como fez Luz, ao escrever em seu diário a palavra filho, como um nome próprio, um nome que apropria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo nos permitiu fazer algumas reflexões em relação ao processo de filiação na adoção de crianças maiores, privilegiando entender a repercussão das imagens das figuras parentais da família de origem, no contexto da família adotiva. Tendo em vista que a transição de uma para a outra gera tensões, conflitos, e implica em viver e reviver rompimentos de laços significativos, reverberando na construção das novas ligações afetivas.

É considerando que o passado faz borda com a situação presente e que é desse passado, associado a fantasias de uma vida familiar anterior, que as questões são postas em evidência, sob a forma de inúmeras repetições numa combinação “identificação-projeção”, como destaca Berenstein (2011), que nos propomos pensar a adoção de crianças maiores, visto que, a família de origem fica registrada e marca o psiquismo da criança. A ausência dos pais biológicos não designa uma inexistência deles, pois, o mundo interno da criança é habitado pelas relações de objeto, originadas por introjeção e por projeção com esses primeiros outros parentais.

Nesse sentido, considerar a vida anterior da criança em adoção nos permite pensar nas rupturas e rompimentos de vínculos precoces, elementos importantes para que possamos compreender as vicissitudes dos futuros processos de formação de vínculos entre a criança e os novos pais.

O estudo de meta-análise do trabalho de dissertação sobre: “O Processo de Tornar-se Pai, Mãe e Filhos na Adoção de Crianças Maiores”, foi o ponto de partida para nossas reflexões. E, com base nos depoimentos coletados, pudemos reconstruir parte da história das crianças. A análise dos dados foi realizada a partir do material coletado no decorrer do período da destituição judicial e do acompanhamento do estágio de convivência. Nos casos de crianças abrigadas à espera de adoção, pouco se sabe sobre os vínculos anteriores; no entanto, quando não temos acesso a essa história, podemos tentar nos aproximar dela, considerando seu reflexo e a maneira como a criança interage com os novos pais. De acordo com Winnicott (1950, p.198), as consequências psíquicas do rompimento de vínculos entre a criança e a família de origem não podem ser generalizadas, nem conhecidas anteriormente. Assim, o único modo de determinar “se havia de fato um ambiente suficientemente bom nos primeiros tempos consiste em prover um bom ambiente e observar que uso a criança pode fazer dele”.

A adoção é uma maneira de dar uma família a crianças que, por alguma razão, não puderam ficar com aqueles que as geraram. Mendes (2012) destaca que a família substituta é aquela que, por exceção, vem exercer o poder familiar pela ausência da família biológica através da adoção. Nesse sentido, podemos pensar a adoção como um processo que cria uma rede de relações que liga a criança a duas famílias – envolvendo pelo menos três partes significativas: pais biológicos, pais adotivos e a criança –, há ainda, a Instituição que faz o primeiro acolhimento (Levinzon, 2009). Sob essa ótica, a nova construção familiar se fará “sobreposta”, por assim dizer, à história anterior da criança e, por essa razão, acompanhada por episódios de intensa ansiedade, emoção e frustração.

Assim, faz-se necessário que a criança se desligue das antigas figuras parentais para investir em novos laços familiares – condição a nosso ver –, fundamental para a filiação e para o enfrentamento das possíveis dificuldades surgidas na formação do vínculo familiar. Ozoux-Teffaine (1987) vê a necessidade de elaboração de um novo Romance Familiar para produzir um novo nascimento psíquico.

Este estudo, pelo viés da psicanálise, possibilitou ampliar a pesquisa sobre a adoção de crianças maiores e a alargar o espectro de interpretação feito na pesquisa empreendida por Silva. Há pouca literatura sobre o assunto, e grande parte das publicações e trabalhos sobre a psicologia de crianças adotivas, geralmente, tendem a abordar o tema, considerando bebês ou crianças mais novas. As publicações francesas contribuem significativamente no estudo de crianças maiores, embora, privilegiem a adoção internacional, pois, em grande parte, as adoções na França são de estrangeiros, provenientes de países não europeus: asiáticos ou latino-americanos, como destaca Ozoux-Teffaine (1987). Nosso trabalho tem uma relevância para a compreensão dos aspectos intra e interpessoais presentes na constituição familiar. Tais aspectos contribuem, também, para a compreensão das novas estruturas familiares, abrindo caminho para a quebra de preconceitos com relação à adoção de crianças maiores.

Tiramos deste estudo lições significativas quanto à importância de se pensar a adoção de uma forma dinâmica, considerando o funcionamento da família biológica e o efeito desse antigo laço afetivo na filiação adotiva. Rico mostra que o processo de filiação é atravessado pelas antigas imagens parentais, comprometendo, por vezes, o estabelecimento dos novos vínculos. Tal processo evidencia a necessidade da restauração narcísica, principalmente pelo seu histórico de maus tratos, o que gera uma incessante demanda de amor e atenção. Pôde-se notar com relação a ele, certo aprisionamento às situações angustiantes do passado, desencadeando defesas e interferindo nos novos laços afetivos que o levou à necessidade de

um maior acolhimento e sustentação (*holding*). Entre as situações angustiantes, podemos citar: a dependência da genitora às drogas e aos namorados, em detrimento dos filhos, impondo-lhes um estado de abandono. Há, ainda, a ausência paterna e a representação das figuras masculinas como homens que “roubavam” sua mãe dele. Vemos o reflexo disso na hostilidade projetada no pai adotivo. O pai biológico ocupa um lugar no imaginário infantil, mesmo que não se tenha registros de sua existência.

Observamos, nessas adoções, a presença de regressões e de desejo de retorno ao ventre materno, pelos comportamentos de querer colar-se ao corpo da mãe, revelando a necessidade de (re)criar uma ficção familiar. Chamamos a atenção aqui, para o fato de Rico, mesmo com a idade de dez anos, apresentar tais regressões; bem como, relações de afetividade e agressividade comuns ao processo. Chama-nos especialmente a atenção de que Rico, mesmo em estado de sofrimento e de desamparo, conseguia cuidar da irmã. No novo ambiente familiar, foi ele que apresentou mais dificuldades para estabelecer laços afetivos e para internalizar a figura do novo pai. Concordamos com Silva quanto à indicação de um trabalho psicoterápico que o ajudaria a significar a experiência de duas rejeições, pela mãe e pela madrinha, como uma cicatriz, e não mais como ferida abertas.

Cada experiência é singular e com trajetórias únicas, dessa forma não podemos fazer comparações, mesmo no caso de irmãos. Rico e Mila mostraram claramente que o percurso trilhado por cada um deles é único e passíveis de influência, tanto pelo meio externo quanto pelas condições psíquicas e fases de desenvolvimento que se encontravam. Assim foi possível identificar nos relatos que, para Mila estava sendo mais fácil essa passagem, mesmo que acompanhada por uma ansiedade natural; talvez a pouca idade na época em que foi separada da mãe, tenha possibilitado a ela passar de uma história à outra como se as duas histórias fossem sinônimos. Há, nesse sentido, uma tendência a apagar a realidade vivida com a genitora. A presença do irmão, ao longo de sua vida, pode ter facilitado esse movimento psíquico. O fato de ser acolhida e amparada por Rico também deve ser considerado.

Isso ivalida a importância de manter as fratrias, pois elas funcionam como uma rede de apoio, estabelecendo laços de cumplicidade; um ponto de referência para a própria identidade. Quando as primeiras figuras parentais faltam ou se mostram deficitárias, elas continuam – como objetos de investimento pulsionais – a constituírem importantes objetos de identificação, conforme Goldsmid e Féres-Carneiro (2011).

O início da construção dos laços e vínculos afetivos, ainda no decorrer do estágio de convivência, fez-nos ver a importância que deve ser conferida a essa fase; bem mais do que

legisla o Poder Judiciário ao instituí-lo como “um período avaliativo [...] às condições necessárias ao exercício da guarda, do sustento e da educação” (Mendes, 2012, p.201), ou como refere Carvalho (2009), uma convivência fundamental para a verificação da adaptação da criança à família, e para o conhecimento de que os adotantes se encontram realmente preparados para assumir a criança como filho. O período de convivência, mais do que uma avaliação das condições de adaptação, representa, a nosso ver, um grande desafio para os protagonistas da adoção. Nele afloram vários sentimentos: medos, angústia, desejos, alegrias, decepções, lutos, e vários trabalhos psíquicos: ruptura, desinvestimentos, projeções, investimentos. Daí a necessidade que se faça um trabalho preventivo (adotantes e adotados) de uma adoção malsucedida, particularmente pelos profissionais que acompanham as famílias no estágio de convivência; somente assim, pode-se intervir nos conflitos e apaziguar o choque das projeções, evitando o risco das “devoluções”.

Preparar crianças e pais para essa convivência, levando em consideração as antigas imagens parentais e as marcas da história anterior, que não cessam de se reinscrever, interferindo nos novos laços, constitui-se, em princípio, uma questão ética. A adoção não apaga a existência de uma história anterior. Ao ter a família destituída, não significa para as crianças o apagamento dela. A história de Rico, Mila, Luz e Juca é exemplar, no sentido de mostrar claramente que é possível, na situação adotiva, construir uma filiação pela legitimidade do desejo e pelo reconhecimento afetivo dos novos pais, transcendendo o laço biológico, mas também, que é preciso que se considere as origens. A história dessa adoção também nos mostrou que ambos, adotantes e adotados, precisam ser acolhidos: o desejo de ter filho pode não resistir ao desejo de destruição projetado pelos adotados nos adotantes.

No caso de Rico e Mila pode se inferir que, mesmo havendo traços de negligência nos cuidados necessários ao desenvolvimento, há indícios de que algo se constituiu nessa relação precária, dada a rapidez com que eles conseguiram se reconstituir psiquicamente na relação com a nova família. Isso mostra, de um lado, a força do desejo dos novos pais em acolher como filhos essas crianças e, de outro, o das crianças de terem um lar e serem acolhidas.

Referências Bibliográficas:

- Alvarenga, L. L. (2012). *Adotabilidade x inadotabilidade. Que questão é essa?* In: A Clínica da Adoção. Recife: Ed.Universitária da UFPE, pp. 171-185.
- Anzieu, D. (1989). *O EU-PELE*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Berenstein, I. (2011). *Do ser ao fazer*. Curso sobre vincularidade. Trad. Monica Seincman. São Paulo: Via Lettera.
- Berger, M. (2008). *Voulons-nous des enfants barbares?*. Dunod: Paris.
- Boy, A. (2011). *Joaquim, o rei pinguim*. Trad. Fernanda Lopes de Almeida. São Paulo: Ática.
- Calligaris, C. (1999). *A Moral e o abuso sexual infantil*. In: O ladrão de memória e outros escritos. In: Pulsional Revista de Psicanálise, São Paulo, Ano XII, 127: pp.80-81.
- Carvalho, D. M. (2009). *Direito de Família: Direito Cível*. Belo Horizonte: Del Rey.
- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA-PE (2011). *Estatuto da Criança e do Adolescente*.
- Dolto, F. (2006). *Destinos de crianças: adoção, famílias de acolhimento, trabalho social*/Françoise Dolto, Nazir Hamad; Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- Dolto, F. (1985). *Seminário de psicanálise de crianças*; Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar.
- Eiguer, A. (1985). *Um divã para a família*. Porto Alegre: Artmed.
- Eiguer, A. (2012). *Filiação e Adoção: Reflexões Cruzadas*. In: A Clínica da Adoção. Recife: Ed.Universitária da UFPE, pp. 141- 156.
- Figueredo, L. C. (1999). *Considerações metodológicas preliminares*. In: Luiz Cláudio Figueredo, Palavras Cruzadas entre Freud e Ferenzi. São Paulo: Editora Escuta.
- Flavigny, C. (2006). *Parents d'aujourd'hui, enfant de toujours*. Paris: Armand Colin.
- Flavigny, C. (2012). *O anonimato: O direito de esquecer*. In: A Clínica da Adoção. Trad. Maria Consuelo Passos. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- Frej, N. Z. (2012). *“Se alguém falar a luz vem”*: o terceiro como lugar de alicerce da maternidade. In: A Clínica da Adoção. Recife: Ed. Universitária da UFPE, pp. 157-169.
- Freud, S. (1986[1905]). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. In: Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1986[1897]). *Carta a Fliss de 25.05.1897*. In: Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. I. Rio de Janeiro: Imago.

- Freud, S. (1986[1909]). *Romances familiares*. In: Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. IX. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1986[1912]). *Sobre a Tendência Universal à Depreciação na Esfera do Amor (Contribuições à Psicologia do Amor II)*. In: Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XI. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1986[1919]). *O Estranho*. In: Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1986[1920]). *Além do Princípio do Prazer*. In: Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1986[1921]). *Identificação*. In: Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago.
- Frizzo, K. R.; Sarriera, J. C. (2005). *O Conselho Tutelar e a rede social na infância*. Recuperado em WWW.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1678-51772005000400009&script=sci_arttext. Acesso em 26/09/2012.
- Guimarães, L. A. (2010). *Conversando com crianças sobre adoção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Goldsmid, R.; Féres-Carneiro, T. (2011). Relação fraterna: constituição do sujeito e formação do laço social. Recuperado em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642011000400005&script=sci_arttext. Acesso: 29/09/2012.
- Hamad, N. (2002). *A criança adotiva e suas famílias*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Hamad, N. (2010). *Adoção e parentalidade: questões atuais*. Porto Alegre: CMS.
- Kaës, R. (2010). *Filiação e afiliação: alguns aspectos da reelaboração do romance familiar nas famílias adotivas, nos grupos e nas instituições*. In: Trindade-Salavert, I. Os Novos Desafios da Adoção: interações psíquicas, familiares e sociais. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, pp.163-182.
- Kaës, R. (2011). *Um singular plural: a psicanálise a prova do grupo*. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola.
- Lacan, J. (1977). *La família*. Colección El Hombre y su Mente. Argentina: Ediciones Homo Sapiens.
- Lacan, J. (1996[1954]). *O Lobo! O Lobo!*. In: O Seminário: Livro I: Os escritos técnicos de Freud, 1953-1954. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, pp.107-127.
- Lacan, J. (1986[1954]). *As Flutuações da Líbido*. In: O Seminário: Livro I: Os escritos técnicos de Freud, 1953-1954. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, pp. 204-216.
- Lacan, J. (1986[1954 a.]). *A Tópica do Imaginário*. In: O Seminário: Livro I: A relação de objeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, pp.89-106.
- Lacan, J. (1986[1957]). *Sobre o Complexo de Édipo*. In: O Seminário: Livro 4: Os escritos técnicos de Freud, 1953-1954. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- Lacan, J. (2003[1969]). *Nota Sobre a Criança*. In: Lacan, J. Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Laplanche, J. ; Pontalis, J. B. (1976). *Vocabulário da Psicanálise*. Trad. Pedro Tamen. Lisboa: Moraes Editores.
- Lebovici, S. (1992). *L'enfant, l'homme*. Paris: Fayard.
- Levinzon, G. K. (2009). *Adoção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Levinzon, G. K. (2009a). *A Criança adotiva na psicoterapia psicanalítica*. São Paulo: Escuta.
- Lévy-Soussan, P. (2010). *Trabalho de Filiação e Adoção*. In: Trindade-Salavert, Os Novos Desafios da Adoção: interações psíquicas, familiares e sociais. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Lévy-Soussan, P.; Marinopoulos, S. (2010a). *Abandono e Adoção: os desafios psíquicos da filiação numa perspectiva histórica e clínica*. In: Trindade-Salavert, Os Novos Desafios da Adoção: interações psíquicas, familiares e sociais. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, pp.81- 106.
- Lovatto, P. A., Lehen, C. R., Andretta, I., Carvalho, A. D., Hauschild, L. *Meta-análise em pesquisas científicas – enfoque em metodologias*. Recuperado em <http://www.sbz.org.br>. Acesso: 22 de Junho, 2011.
- Marinoupoloulos, S. (2010). *O acompanhamento às mães que abandonam*. In: Trindade-Salavert, I. Os Novos Desafios da Adoção: interações psíquicas, familiares e sociais. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, pp.110-120.
- Mattei, J. F. (1999). *Le Chemin de l'adoption*. Paris: Albin Michel.
- Mendes, E. B. (2012). *A Adoção de Crianças e Adolescentes. Um Passo para a Felicidade Permitida*. In: A Clínica da Adoção. Recife: Ed. Universitária da UFPE, pp.185-205.
- Ozoux-Teffaine, O. (1987). *Adoption Tardive: D'une naissance à l'outre*. Editions Stock.
- Ozoux-Teffaine, O. (2011). *De la demande d'adoption à la réalité psychique de l'enfant*. In: *Psychologie de l'attachement et la filiation dans l'adoption*. Paris: Dunod.
- Passos, M. C. (2012). *Reconhecimento, Filiação e Parentalidade*. In: A Clínica da Adoção. Recife: Ed.Universitária da UFPE, pp.125-139.
- Peiter, C. (2011). *Adoção: vínculos e rupturas: do abrigo à família adotiva*. São Paulo: Zagadoni Editora.
- Penot, B. (2010). *Quando a adoção transforma a origem em armadilha*. In: Trindade-Salavert, I. Os Novos Desafios da Adoção: interações psíquicas, familiares e sociais. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, pp. 139-147.
- Queiroz, E. F. (2004). *O "estranho" filho adotivo: uma leitura clínica do Unheimlich na adoção*. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, VII (4), pp.100 -111.

Queiroz, E. F. (2009). *Escutando o desejo de adotar*. In: Besset, Vera; Carneiro, Henrique Figueredo. (Org.). *A soberania da clínica na psicopatologia do cotidiano*. Rio de Janeiro: Garamond.

Queiroz, E. F.; Passos, M. C. (2012). *A Clínica da Adoção*. Recife: Ed.Universitária da UFPE, pp.17-21.

Rocha, Z. J. B. (2012). *A Função Estruturante do Cuidado*. In: *A Clínica da Adoção*. Recife: Ed.Universitária da UFPE, pp. 117- 124.

Roudinesco, E.; Plon, M. (1989). *Dicionário de psicanálise*. Trad. Vera Ribeiro, Lucy Magalhães: supervisão da edição brasileira Marco Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Zahar.

Schettini, L. F. (2009). *Pedagogia da adoção: criando e educando filhos adotivos*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Solis-Ponton, L. (2004). *Ser pai, ser mãe: um desafio para o terceiro milênio*. Trad. Maria Cecília Pereira da Silva. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Silva, C. L. (2011). *O Processo de Tornar-se Pai, Mãe e Filhos na Adoção de Irmãos Maiores*. Dissertação de Mestrado não publicada apresentada à Universidade do vale do Rio dos Sinos – UNISSINOS, São Leopoldo, RS.

Siqueira, E. R. A. (2012). *Do Biológico ao Simbólico: Uma versão Romanceada*. In: *A Clínica da Adoção*. Recife: Ed.Universitária da UFPE, pp. 95-101.

Winnicott, D. W. (1956). *“Preocupação materna primária”*. In: *Textos selecionados da pediatria à psicanálise*. Trad. Jane Russo. Rio de janeiro, Francisco Alves, 1988.

Winnicott, D. W. (1988[1967]). *O papel do espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil*. In *O brincar e a realidade*. Rio de janeiro: Imago.

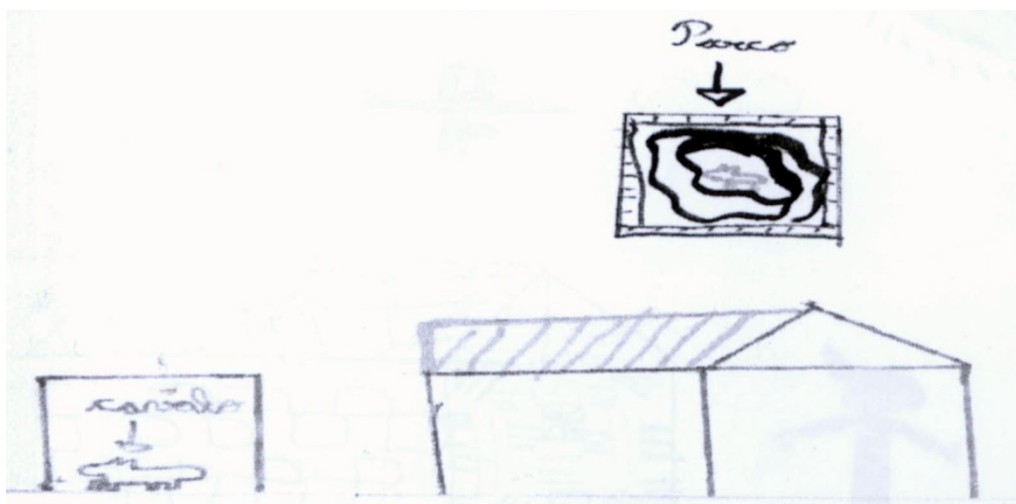
Winnicott, D. W. (1971[1990]). *Natureza Humana*. Rio de janeiro: Imago

Winnicott, D. W. (1997 [1953]). *Duas crianças adotadas*. In: Shepherd, R. ; Johns, J. H. T. (Org.), D. W. Winnicott: *Pensando sobre crianças*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Zornig, S. (2010). *Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade*. Revista Tempo Psicanalítico. Versão ISSN 0101-4838. Vol. 42. nº 2. Rio de janeiro. Recuperado em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=s0101-48382010000200010&script=sci_arttext. Acesso: 06 de março, 2013.

Anexo A

Preparação para a Adoção – Desenho Rico e Garatuja Mila



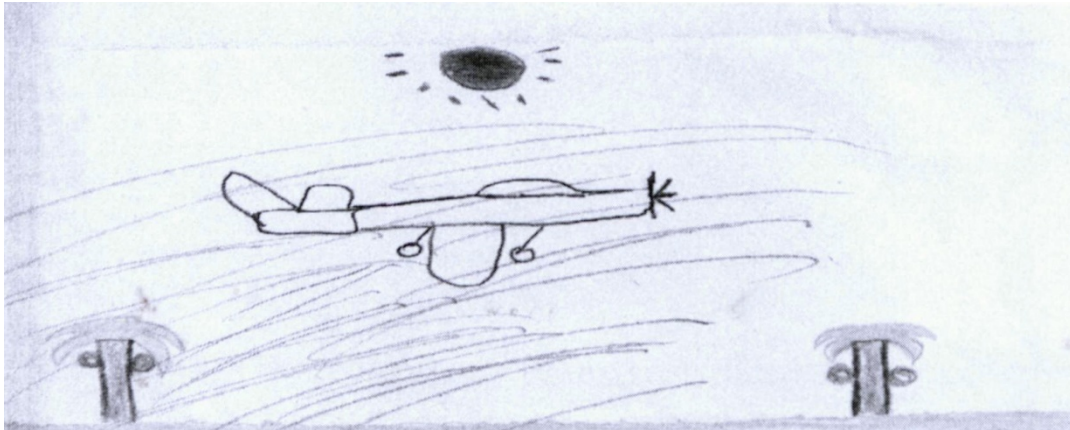
Sua futura casa.

Mila não nomeou o desenho



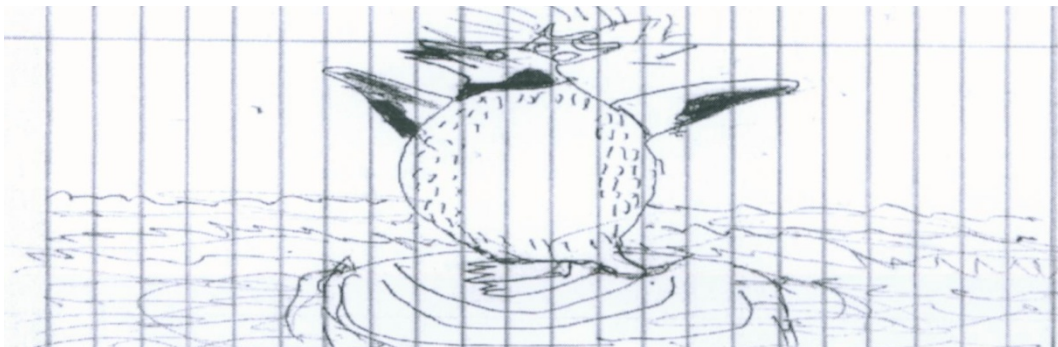
Anexo B

Desenho Livre Rico



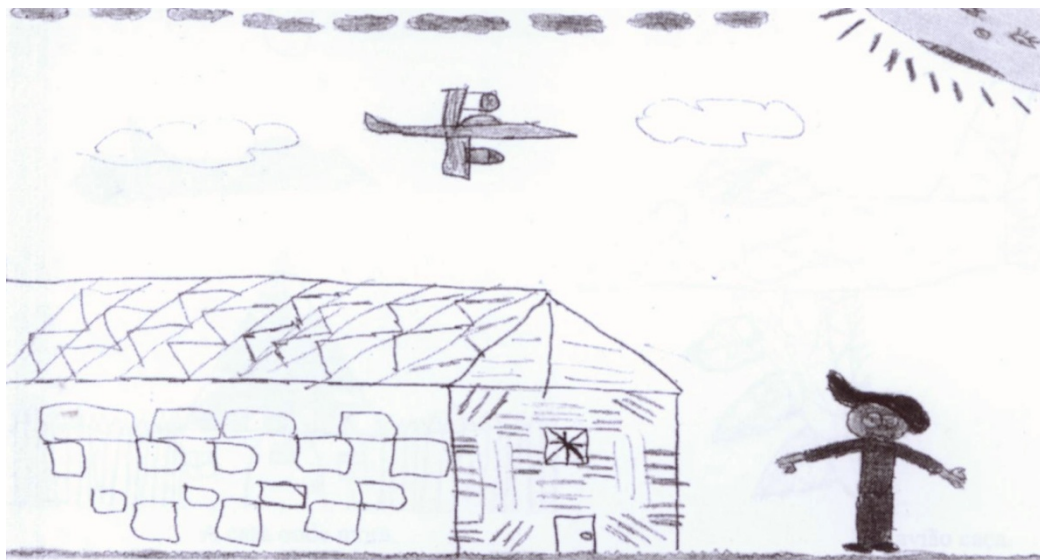
Anexo C

Joaquim, o rei pinguim.



“Joaquim, o rei pinguim” de Rico e imagem do livro da autora francesa: Armelle Boy



Anexo D**Desenho Livre Rico e Mila**

Boneco de braços aberto



1º Desenho: uma flor.

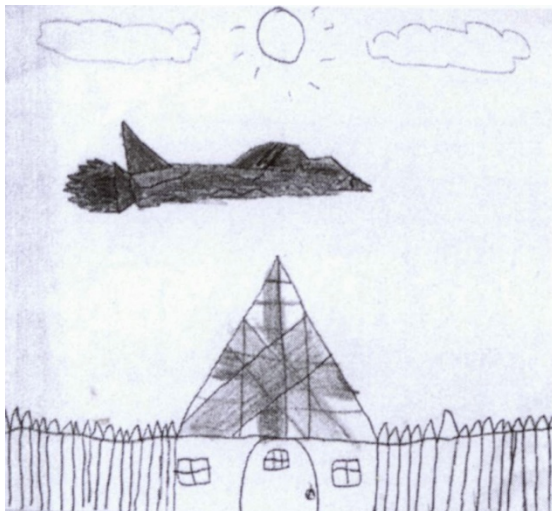
2º Desenho: a casa onde mora.



3º Desenho: uma Minhoca

Anexo E

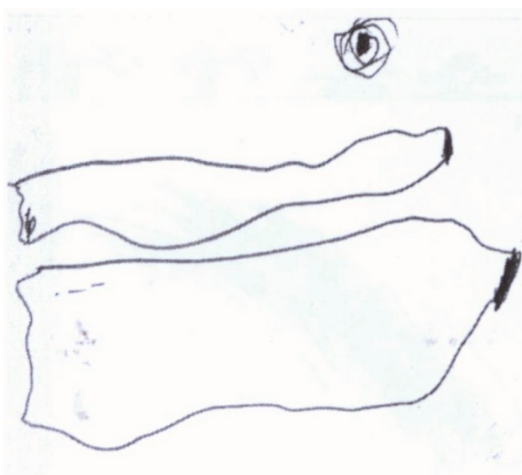
Desenho Livre Rico e Mila



A casa onde mora.



Um avião caça.



O pai e a mãe



A minhoca e o minhoco



Cobras.



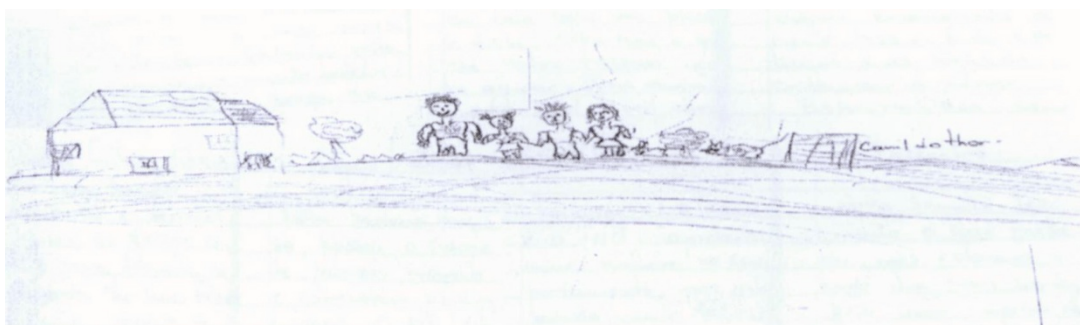
A própria mão de Mila

Anexo F

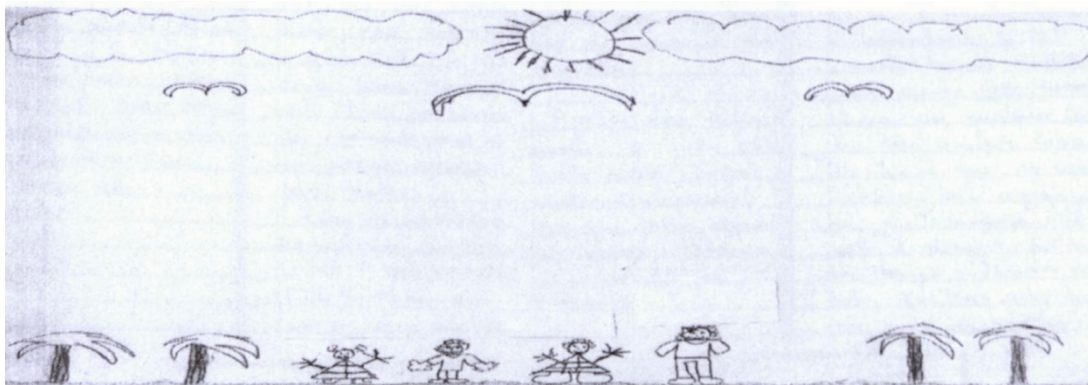
Teste do Desenho da Família



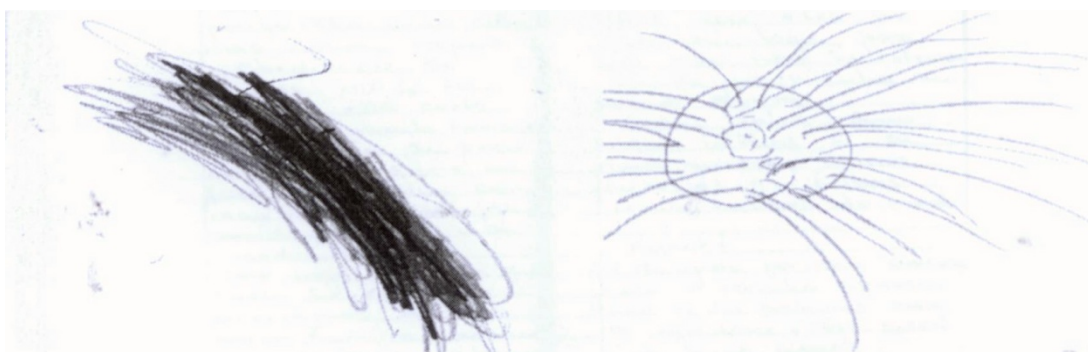
Pai – Juca.



Mãe – Luz



Filho – Rico



Filha – Mila – garatuja da família.

Garatuja boneco.

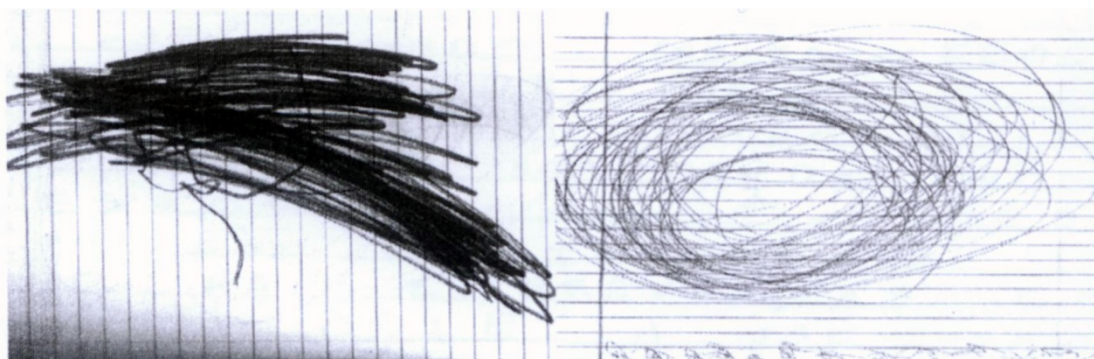
Anexo G

Diário de Luz

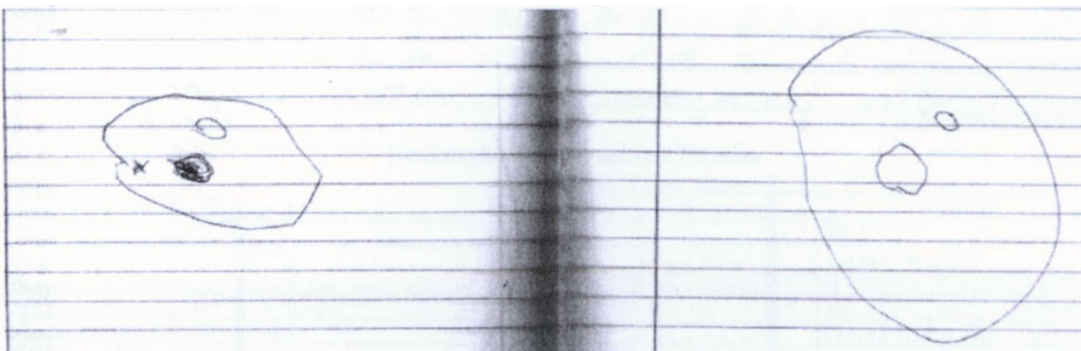
<u>Julho 2010.</u> Estou muito feliz porque chamamos meus filhos AICO e MILA. Com 10 anos e 3 anos. Não estava em nossas plantas antes pois nas como são irmãos. Quando os conhecemos, nos apaixonamos por eles. Sua história de companheirismo um do outro. O AICO é um pouco reservado, não fala muito com os outros, mas é muito receptivo ao carinho, mais afeito que ele vai muito de MILA. É muito gostoso de chamar e muito bom de falar. Uma graça de	meu, carinhoso, gosta de cantar e dançar. Rebelde, está amando meus filhos e para a Deus para que eu possa educá-los e fazê-los felizes. Que sejam adultos amados, respeitados, honestos, pessoas de boa índole. 25.07.10 Hoje o MILA me chamou de Mãe pela primeira vez. Eu estava colocando as roupas na máquina de lavar e ele veio com um bilhete e disse: Mãe, mas o que eu estou fazendo, vou te ajudar. Que engraçado, incrível, corri atrás	cei, enchi de beijos. Que alegria! Já chorei de felicidade abraçada a ele e agradeço a Deus por este momento. O AICO me chamou de Mãe, mas logo, logo ele também vai me chamar. 30.07.10 Hoje o AICO, após o café da manhã me surpreendeu, chegou na cozinha e disse: Mãe, a partir de hoje vou te chamar de Mãe. Fiquei emocionada ao ouvir isso. Fudei de beijos e as lágrimas começaram a correr. Estou realizada com	
<u>meus filhos. Quero</u> as para sempre. Amigos e amigas felizes os quatro com uma única família de verdade. Mãe e filhos. Minha família recebe meus filhos com muito carinho, eles estão recebendo com nossa atitude de adoção que foi surpresa para todos. Nossa família todos vieram conhecer os e estão amando os assim como nós.	<u>Agosto</u> Estou bastante ansiosa, possivelmente porque os filhos estão começando a estudar. O AICO está com a idade que quer estudar, mas quer estudar inglês, não faz o que a gente quer. A MILA também quer estudar inglês, mas por causa de dinheiro, mas os dois estão estudando inglês para estudar. Estou sentindo dificuldade de lidar com eles. O JUCA está estressado com o AICO, não quer obedecer, nem a Mãe, nem a mim.	<u>Setembro</u> Estou com a Karol e o AICO apresentando uma melhora no comportamento, mas está ainda muito tímido e desobediente. A MILA está no 2º tratamento. Acho que vai precisar de cirurgia de adenóides. 16.11.10 As coisas estão difíceis. O AICO está melhorando. Levou o médico (antepedista) mandou fazer exames de Coluna. Estamos aguardando os resultados.	<u>Outubro/Novembro</u> Nossa família tem muito o que melhorar, mas estamos a cada dia mais unidos pelo amor, apesar das personalidades diferentes que cada um apresenta. Estou feliz, a MILA é muito tímida e ansiosa, nunca quer ouvir não, se enche de birra por qualquer coisa. Eu sou sempre cobrado, quero que as coisas melhorem bem rapidamente. Sou muito ansiosa não gosto de esperar por mais tempo para ver resultados positivos, acho que não podemos parar no
<u>Dezembro</u> Tempo e ver tudo passar sem ter nenhuma atitude. O JUCA é um garotinho mais calmo, mas cobra respeito e obediência da MILA. Está AICO já para que ele seja certo. Ele fica muito nervoso e se irrita, se preocupa demais, e se fica preocupado com isso. Tenho por sua saúde, nossa vida mudando muito. Não vejo a hora que tudo se estabilize e acertamos de vez, nossa família, para que vivamos alegres e felizes.	<u>Voltei a trabalhar</u> o JUCA está mais feliz com as crianças, para a Mãe que ele se acostumou logo, para que ele não se estresse muito no mundo da escola. Estou feliz, amo meus filhos e se Deus quiser, vamos fazê-los os filhos mais felizes do mundo. Karol: Obrigada por sua dedicação ao carinho conosco, não tenho palavras para te agradecer e isso ele sabe. Te amo, Karol. Feliz Natal, feliz Ano Novo, feliz carreira p/ você! 1.02.11	<u>Voltei a trabalhar</u> o JUCA está mais feliz com as crianças, para a Mãe que ele se acostumou logo, para que ele não se estresse muito no mundo da escola. Estou feliz, amo meus filhos e se Deus quiser, vamos fazê-los os filhos mais felizes do mundo. Karol: Obrigada por sua dedicação ao carinho conosco, não tenho palavras para te agradecer e isso ele sabe. Te amo, Karol. Feliz Natal, feliz Ano Novo, feliz carreira p/ você! 1.02.11	<u>Voltei a trabalhar</u> o JUCA está mais feliz com as crianças, para a Mãe que ele se acostumou logo, para que ele não se estresse muito no mundo da escola. Estou feliz, amo meus filhos e se Deus quiser, vamos fazê-los os filhos mais felizes do mundo. Karol: Obrigada por sua dedicação ao carinho conosco, não tenho palavras para te agradecer e isso ele sabe. Te amo, Karol. Feliz Natal, feliz Ano Novo, feliz carreira p/ você! 1.02.11

Anexo H

Diário de Mila



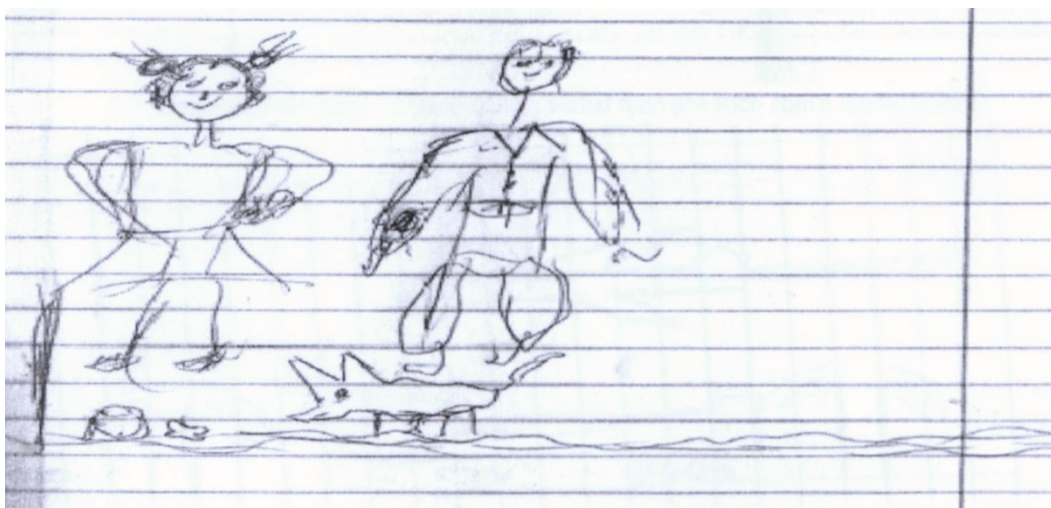
Evolução da garatuja.



Evolução garatuja nomeado de boneco



Desenho feito por Juca no diário da filha, representando ele, Mila e o cão pequeno da família.



Anexo I

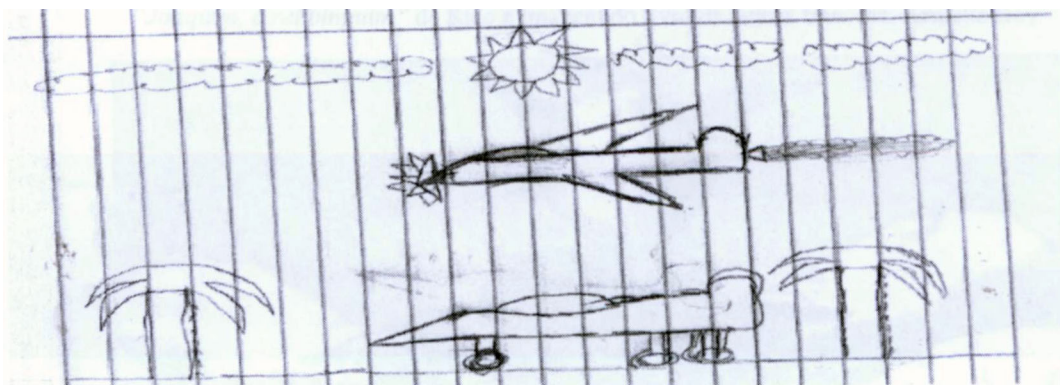
Diário de Rico

ESTÁ SENDO MUITO LEGAL
 ESTAR AQUI PORQUE
 TEM AVIÃO TENHO AMIGO
 E ESTOU ESTUDANDO NUMA
 ESCOLA NOVA A MÃE E O
 PAI SÃO MUITO LEGAIS
 O PAI É BRAVO MAS É DO
 SEITO D'ELE A MÃE LEVA A
 MULA NA ESCOLINHA E O
 PAI ME LEVA NA ESCOLA
 A ESCOLA É PEQUENA MAS
 NEM TUDO É GRANDE

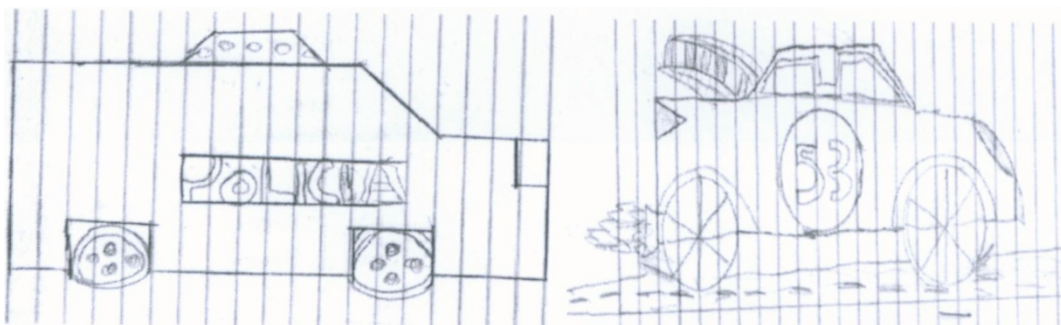
Declaração de Rico sobre a Família

	A Corina surgiu de longe.	Amorinha nos vamos passear	
	Passou	EU PASSO ARI ANAHE	2 10
		Não sabia que tu era colombiana	QUATRO DÍZIMOS
	A vida passa depressa	NÃO SABIA QUE VAS SER COLORADA	4 40
		Nós nos damos graças Senhor.	QUATRO VINTAVOS
	O campo é muito	EU BOU AS GRASAS SENHOR	5 100
		Ele era muito inteligente.	CINCO CENTESIMOS
		Ele é muito inteligente	6 1000
		Todos admiravam o que eles	SETE MILLESIMOS
		faziam	7
		TODOS ADMIRAVAM O QUE EU FA	1000
		zia	SETE BILLESIMOS
		Quero que ela vá embora.	8
		QUERO QUE ELAS VÃO ENBORA	2000
			CITO TRILLESIMOS
		Eu quero que vos participe	9
		da festa	1000
		NOS QUEREMOS QUE PARTICIPE	NOVE QUATRICESIMOS
		da festa	

Temas de Português – Concordância verbal feito por Rico com a ajuda da mãe.

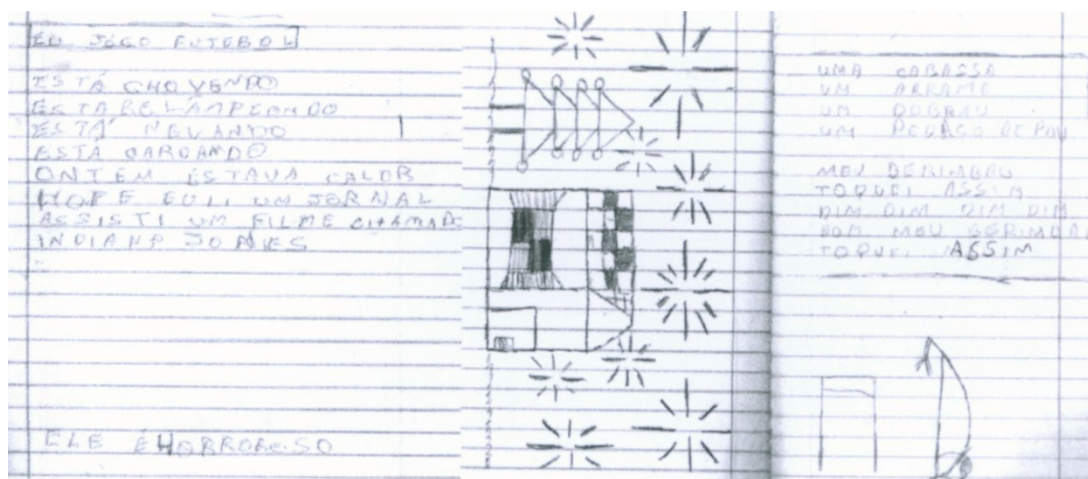


Avião Caça

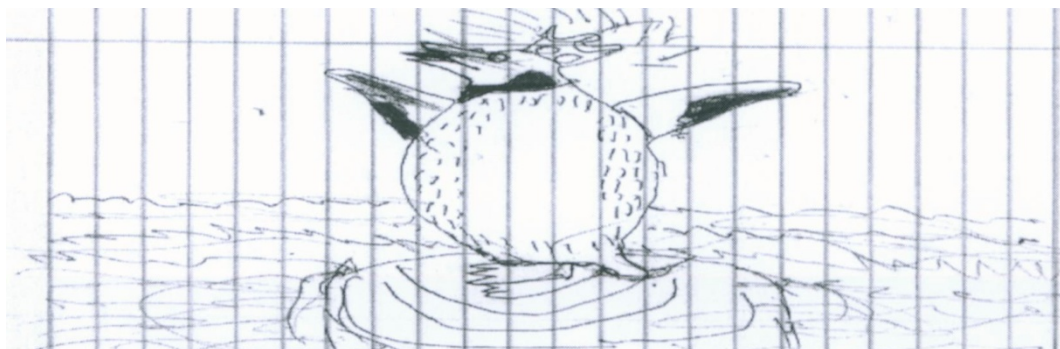


Tinha um posto policial na esquina da casa de Rico

Carro do piloto Gerson novela Passione



Desenho da casa da família enfeitada para o Natal e duas músicas de capoeira escrita por Rico.



“Joaquim, o rei pinguim” de Rico e imagem do livro da autora francesa: Armelle Boy

